

A CIDADE DESEJADA



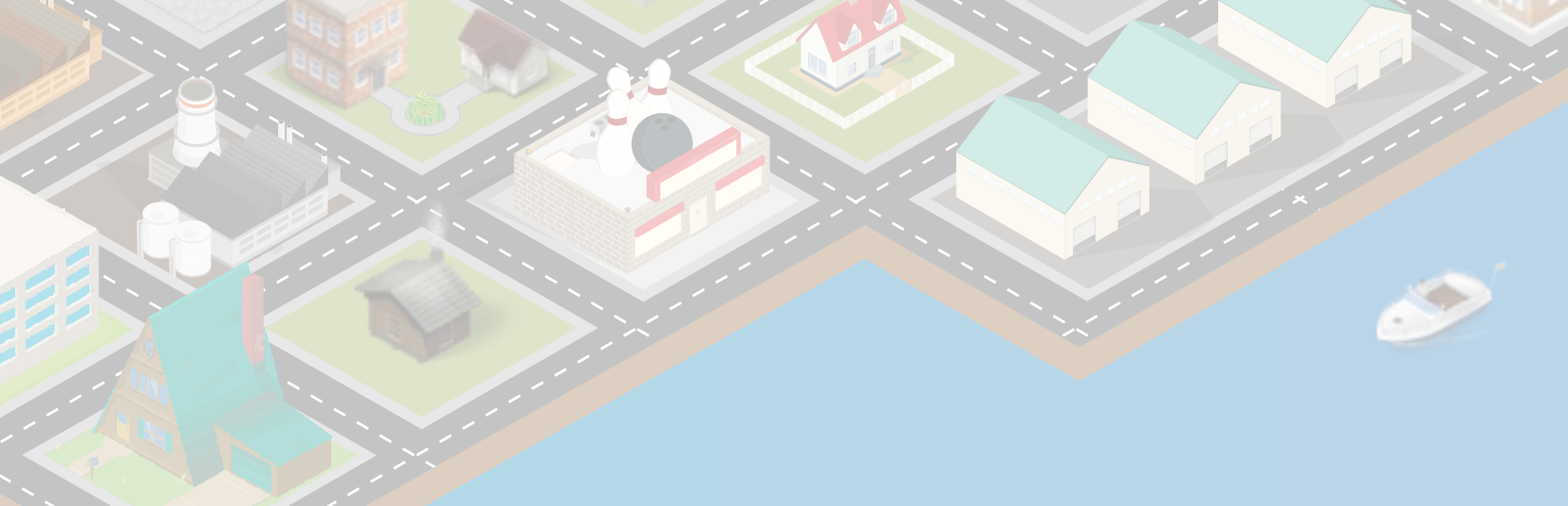


A CIDADE DESEJADA



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PREFEITO.....	7
TERESINA JÁ VIVE O FUTURO!	9
PALAVRA DO COORDENADOR.....	11
A CIDADE QUE SOMOS.....	13
CAPÍTULO I - A CIDADE QUE SOMOS.....	15
VCAPÍTULO II - OUVINDO QUEM TEM A DIZER	21
CAPÍTULO III - A CIDADE DESEJADA: EIXOS TEMÁTICOS	27
EIXO CIDADE SUSTENTÁVEL	31
SANEAMENTO BÁSICO	31
HABITAÇÃO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:	37
INFRAESTRUTURA URBANA	40
MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO.....	42
EIXO CIDADE DE OPORTUNIDADES	51
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	51
ECONOMIA INFORMAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	56
DESENVOLVIMENTO RURAL	59
EIXO CIDADE DE DIREITOS.....	65
SAÚDE: EDUCAÇÃO DO CORPO.....	65
ASSISTÊNCIA SOCIAL- CUIDADOS E ATENÇÃO A QUEM PRECISA.....	71
EIXO CIDADE CRIATIVA	79
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO: PASSADO E PRESENTE, FUNDANDO O FUTURO.	79
CULTURA.....	81
ESPORTE: MENTE E CORPO EM HARMONIA.....	83
EIXO GOVERNANÇA EFICIENTE	91
RESUMO QUANTITATIVO DE DIRETRIZES E AÇÕES.	93
CAPÍTULO IV - PROGRAMAS ESPECIAIS.....	97
PROGRAMA ZONAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	97
PROGRAMA COMUNIDADE ATRAENTE	98



PROGRAMA TURÍSTICO VIVER TERESINA.....	98
PROGRAMA CONHECIMENTO E TECNOLOGIA.....	100
O PROGRAMA LAGOAS DO NORTE	101
CAPITULO V - GRANDES DESAFIOS	107
PROJETO CAPITAL DAS OPORTUNIDADES.	107
PROJETO TERESINA E AS ÁGUAS	109
PROJETO VIVER MAIS E MELHOR.....	110
PROJETO NOVO AEROPORTO.....	110





MENSAGEM DO PREFEITO

Uma Agenda como esta é repleta de significados. Mas sua melhor qualidade é a capacidade de abrir caminhos. Estabelecer opções. Definir pontos de convergência para os esforços da coletividade.

Seguramente, este não é um documento focado apenas nas possibilidades imediatas da Prefeitura de Teresina. A AGENDA TERESINA 2030 é um esforço de planejamento orientado para um período de 15 anos, portanto, de longo prazo, num processo de construção liderado pela Prefeitura, voltado para um município-capital que conta com a peculiaridade de ter uma extensa área rural.

Por aqui se percebe quais as necessidades, expectativas e desejos da cidade quanto ao seu desenvolvimento e a qualidade da vida que buscamos alcançar. Por outro lado, é natural que tenha como referência as potencialidades amplas e diversificadas que apresenta e as oportunidades que oferece a quem nela vive ou quer viver.

Pelos próximos 15 anos, fica desenhado aqui os rumos do crescimento da Cidade Verde do Brasil. A calorosa Teresina. A solidária Teresina. A moderna Teresina.

Costumamos dizer que a cidade é uma expressão coletiva. E que sua contínua construção não só é responsabilidade de todos os que aqui vivem e trabalham, dos agentes políticos que nela convivem e interagem, mas fruto da reunião de esforços de todos nós.

A leitura desta Agenda Teresina 2030 proporciona uma visão dos teresinenses de vida, coração e emoção sobre sua rica história e formação, bem como facilita o contato com as possibilidades que vislumbra.

É importante salientar que participaram da elaboração emitindo opiniões, estabelecendo visões e formulando soluções, as mais variadas e ecléticas instituições. Desde as públicas situadas nos três níveis de governo, as instituições privadas de grande responsabilidade social, bem como as instituições do chamado Terceiro Setor.

Colaboraram também, entidades do movimento popular, sindical, classista, patronal, laboral, profissional, todos imbuídos de elevada sensibilidade social, econômica, ambiental, cultural e política. Nossa matriz institucional cresce, diversifica-se na medida em que multiplicam-se os desafios apresentados à cidade.

É nosso dever agradecer a colaboração e apontar que as orientações aqui reveladas são frutos do diálogo havido, tendo como resultante a convergência de opinião, fonte que legitima sua divulgação e fortalece sua adoção com a determinação de quem busca alcançar e superar metas.

Os resultados que deverão ser buscados são surpreendentes. Deverão servir de guia e celeiro de propostas para todos quantos se incumbam de governar e liderar a cidade de Teresina nos anos vindouros.

Sua leitura permite perceber o sentimento teresinense. O que quer a nossa gente. Suas expectativas, desejos e sonhos. Tratemos de tornar tudo isso realidade, no presente e no futuro. Para o bem da cidade e do povo. Para o bem de todos.

Firmino da Silveira Soares Filho
Prefeito Municipal de Teresina





TERESINA JÁ VIVE O FUTURO!

Desde o lançamento da Agenda 2015, no início dos anos 2000, a cidade de Teresina produziu inúmeros avanços: consolidou um sistema de saúde pública que é referência para os municípios piauienses e dos estados do Maranhão e parte dos estados do Ceará e Tocantins; avançou na qualidade do ensino fundamental da rede pública municipal e no atendimento às crianças em idade pré-escolar; construiu uma rede de atendimento na área de assistência social, privilegiando a inclusão e a perspectiva dos direitos da população teresinense, especialmente para mulheres e jovens; e, não menos importante, construiu alternativas de atração de investimentos, diversificação do seu setor de serviços, tendo também reorganizado o centro de nossa cidade, aliando dignidade ao comércio informal e recuperação dos seus espaços públicos, o que veio a reaquecer o comércio formal que o caracteriza.

Em 2030, teremos ultrapassado a marca de um milhão de habitantes e à agenda social que persiste, típica da responsabilidade constitucional dos municípios brasileiros, acrescenta-se para os próximos quinze anos, o desafio da construção de uma cidade mais sustentável, que preserva seus rios e cursos d'água; favorece a mobilidade da população transformando seu sistema público de transporte e multiplicando os seus "centros" econômicos e de serviços; e estimula a qualidade de vida através da qualificação dos seus espaços públicos de lazer, esporte e cultura.

A Agenda Teresina 2030, em grandes linhas, une os objetivos de manter as conquistas da Agenda 2015 e seguir construindo uma cidade para as pessoas: ambientalmente sustentável, socialmente inclusiva e economicamente justa!

Dentre as nossas maiores tarefas estão: 1. continuar criando oportunidades de emprego e renda para os teresinenses, com foco na juventude; 2. o cuidado com as pessoas, especialmente os idosos, em razão do progressivo aumento da longevidade de nossa população; 3. a recuperação, preservação e utilização racional de nossos recursos hídricos; 4. e a interconexão da cidade com os demais centros urbanos do Brasil e do mundo, através da construção de um novo aeroporto, que seja capaz de impulsionar o turismo e ampliar as possibilidades econômicas do Piauí através do transporte de cargas.

Há um conjunto de novas oportunidades e desafios a serem explorados e vencidos até 2030. A principal oportunidade está na forte expansão do ensino superior na cidade, que significou a criação de novos e melhores empregos, aumentou a renda e trouxe novas oportunidades para os nossos jovens. Além disso, Teresina tem se consolidado do ponto de vista turístico e, nesta área, revela-se uma potencialidade a ser explorada nos próximos anos, especialmente na zona norte da cidade, com a segunda etapa do Programa Lagoas do Norte.

Entre os desafios, é importante ressaltar a melhoria contínua das condições de habitação e urbanização de nossos bairros e vilas! Redução da vulnerabilidade social, reestruturação dos espaços públicos, apoio ao empreendedorismo e à vida comunitária seguem como importantes tarefas da cidade nos próximos 15 anos.

Teresina tem muito de que se orgulhar, juntos vencemos enormes dificuldades. Nos próximos 15 anos, muitos outros estão à nossa espera. Sustentabilidade, oportunidades, garantia de direitos, governo eficiente e qualidade de vida resumem os eixos transversais que orientarão os destinos da cidade no futuro. Com a Agenda Teresina 2030, esperamos agregar parcerias, discussões e ideias para o governo da cidade, que não é tarefa exclusiva da Prefeitura de Teresina, mas uma responsabilidade partilhada com as demais esferas governamentais e com as forças vivas da sociedade civil.

Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação





PALAVRA DO COORDENADOR

Quando da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio92), os 176 países presentes, foi aprovada a monção de recomendação de que as nações e suas unidades federadas, ao realizarem seus planejamentos estratégicos, considerassem a sustentabilidade, que fossem feitos com a ampla participação da sociedade e que fosse observado ainda o patrimônio ambiental necessário para atender as atuais e futuras gerações.

No Brasil a Agenda 21 foi a denominação escolhida. Teresina foi das primeiras capitais a aderir ao processo realizando, em 2002, a Agenda 2015. Passados 18 anos, foi feita a atualização quanto as mudanças ocorridas (Teresina 2000-2010 – diagnóstico, avanços e desafios) e o reconhecimento de obstáculos não transpostos continuaram a interferir no bem-estar da sociedade. Era chegado o momento de avaliar os feitos e as faltas para elaboração da nova agenda para os próximos 15 anos.

A Prefeitura de Teresina assumiu a função de coordenar e funcionar com agente facilitador nas consultas à sociedade. Foram realizadas 12 oficinas de trabalhos com a participação de aproximadamente 1.000 pessoas; foram consultados dirigentes de órgãos públicos que têm atividades no município; ouviu-se lideranças de organizações civis que sentem os problemas e enfrentam os desafios do cotidiano; técnicos e especialistas de fundações e universidades que estudam a realidade participaram ativamente procurando soluções e apresentando propostas..

A formulação da Agenda também foi enriquecida pela consulta aos mais diversos documentos e estudos do acervo municipal. A Agenda 2030 , portanto, é uma síntese das experiências, ideias, interesses e sonhos da sociedade, advindo dos diversos encontros, tendo si escrita por muitas mãos. Não é, no entanto, uma obra acabada. É uma carta de compromissos dos diversos segmentos da sociedade.

A representação da comunidade por intermédio de suas representações, será guardiã e o Conselho Consultivo será a segurança disto, por ter a missão de estar sempre vigilante em acompanhar, avaliar, ajustar, cobrar, propor novas prioridades e ações em função de várias mudanças que possam ocorrer, das novas tendências, das oportunidades que surjam e das ameaças que vierem aparecer, no decorrer dos anos.

Sua formulação participada não substitui nenhum dos instrumentos institucionais existentes: os Planos Diretores, Planos Plurianuais, Programas de Metas, orçamentos e planos setoriais, que tem funções específicas instituídas por lei. A Agenda possibilita uma maior integração destes diversos instrumentos para mais facilmente oferecer uma melhor qualidade de vida para a sociedade teresinense.

Agradecemos a todos aqueles que participaram deste processo de forma voluntária e desprendida e os muitos que contribuíram com seus sonhos e utopias para que o futuro seja melhor para todos.

Matias Augusto de Oliveira Matos
Coordenador da Agenda 2030



A CIDADE QUE SOMOS



CAPÍTULO I

A CIDADE QUE SOMOS

Origem entre o verde e as águas

Teresina foi oficialmente criada em 1852, primeira cidade/capital planejada. O português mestre de obra Isidoro França, junto com o presidente da Província, o baiano José Antônio Saraiva, elaborou uma planta inspirada nas cidades europeias. Era um modelo em formato de tábua de xadrez, com ruas horizontais e verticais, que se cruzavam limitando as 100 quadras previstas para a cidade que nascia.

Os idealizadores tiveram larga visão de futuro ao deixar grandes vazios reservados para grandes largos ou as praças de hoje. A área selecionada para a localização da cidade era plana, com pequenas elevações e baixios. E estava localizada à margem direita do rio Parnaíba, o segundo maior rio perene do nordeste brasileiro, no local chamado Chapada do Corisco.

A localização geográfica tinha grande importância estratégica, pois o rio era naqueles tempos a mais eficiente via de transporte. E Teresina, por localizar-se naquele lugar, podia rivalizar, com vantagem, com a cidade maranhense de Caxias, que monopolizava todo o mercado da região. A partir de então, o eixo comercial foi mudado, passando a nova capital a atender às necessidades comerciais de vasta região. Surge assim um polo comercial varejista de notória relevância.

Definido o local, o presidente da Província, mais tarde Conselheiro Saraiva, com o apoio do vigário da Barra do Poti, padre Mamede, começa a construção do primeiro prédio, a igreja de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do lugar. Na frente da igreja, voltado para o rio, foi construído o largo do Amparo (hoje praça Marechal Deodoro), que ocupava o espaço de oito quadras e tinha início na margem do rio Parnaíba. Aí se localizaria rústico cais para embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias. No entorno do largo, tal como nas cidades portuguesas, seriam construídas as principais edificações para abrigar os três poderes – o Legislativo, o Executivo, o Judiciário; e a expressão do poder espiritual – a Igreja Católica.

O que fazemos

Na década de 50 do século XX ocorrem fatos que seriam importantes para a cidade e que justificam seu atual perfil. O governador da época, médico Leônidas Melo, constrói o maior e mais moderno hospital do nordeste, o Hospital Getúlio Vargas. Formou, para a época, a melhor equipe de profissionais da saúde, treinados no Rio de Janeiro e em Salvador. Anos depois, um empreendedor médico, o Dr. Clidenor de Freitas Santos, revoluciona o tratamento das doenças mentais, tornando mais humana a assistência aos pacientes. A fama corre o mundo e Teresina passa a ser também uma referência de alto nível no tratamento psiquiátrico. Teresina consolida-se como polo comercial de mercado varejista e também na área da saúde pela qualidade do atendimento médico. A partir da década de 90, por ser a cidade mais desenvolvida da região e por ter educação de base de melhor qualidade, torna-se novo polo, agora de ensino superior.

Pela riqueza de seus recursos naturais, em especial por ter grandes jazidas de argila de boa qualidade, Teresina é a maior fornecedora do nordeste e parte da região norte de tijolos e telhas industriais, graças à sua exuberante indústria cerâmica.



Perfil da Cidade

A população de Teresina em 2010 era de 814.230 habitantes, estimada para 2014 é de 840.600, em uma área de 1.392 km², onde a zona urbana ocupava apenas 17% do território da cidade ficando aproximadamente 83% para a zona rural, a maior, entre as capitais nordestinas.

Sua precipitação pluviométrica média anual é de 1.332 mm, com concentração de 75,6% das chuvas em quatro meses (de janeiro a abril). A temperatura média é de 29°C com uma variação de pouco menos de 10°C entre o dia e a noite. Um fenômeno observado é que em um período de aproximadamente 90 anos a temperatura média anual aumentou aproximadamente em 2°C (dois graus centígrados).

Quanto à hidrografia, Teresina possui posição privilegiada, pois que o território é banhado por duas grandes bacias hidrográficas, dos rios Poti e Parnaíba, tendo 90km de margem do rio Parnaíba e 59 Km de margem no rio Poti. A região é também beneficiada pela disponibilidade de águas subterrâneas oriundas do aquífero formado pelo arenito da Formação Pedra de Fogo.

Agenda e o Desenvolvimento Sustentável

A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na cidade do Rio de Janeiro (ECO-92), recomendou a todas as nações que elaborassem agendas de compromisso de forma participativa visando um desenvolvimento sustentável, com exploração racional dos recursos naturais e compromisso com as gerações futuras, objetivando uma melhoria na qualidade de vida do homem.

Esta estratégia de desenvolvimento sustentável está embasada no conceito contido no relatório da ONU, da década de 80, o conhecido Relatório Brundtand, que diz: *“É o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico, de realização humana e cultural fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats”*.

Para atingir o sonho coletivo de uma cidade voltada para as pessoas, a Agenda 2030 foi construída de forma participativa, buscando a justiça social, a eficiência econômica e o equilíbrio ambiental de forma apartidária, desvinculada de ideologia política, sem compromissos com credo religioso ou interesses de grupos econômicos e sociais.

Teresina no ano de 2002, quando do seu sesquicentenário de fundação, elaborou a primeira versão, a Agenda 2015 que teve uma ampla participação popular. Muitas transformações ocorreram nos cenários econômico, social, cultural e urbano. Teresina inserida no mundo, no país, na região e no Estado é hora de preparar mais quinze anos de futuro.



A man wearing a black t-shirt and a dark baseball cap is focused on shaping a large, light-brown clay pot on a pottery wheel. His hands are covered in wet clay as he works. The background is a rustic wall made of rough, reddish-brown bricks. The scene is lit with warm, natural light, highlighting the texture of the clay and the man's concentration.

**OUVINDO QUEM
TEM A DIZER**





CAPÍTULO II OUVINDO QUEM TEM A DIZER

A agenda foi construída tendo como foco principal a participação da população e dos diversos segmentos organizados da sociedade. Oito etapas foram cumpridas.

1. A primeira constou dos aspectos formais de criação e definição da estrutura operacional de suporte quando da realização das comemorações do aniversário de Teresina, em agosto de 2013.
2. A segunda etapa constituiu-se de um diagnóstico das mudanças ocorridas nos mais variados aspectos: sociais, econômicos, culturais, assim como das transformações ocorridas no desenho urbano e na infraestrutura, nos últimos dez anos. Foi gerado, então, o documento – *Teresina 2000 a 2010: Diagnóstico, avanços e desafios*.
3. A terceira etapa constou de consulta aberta à população feita com o auxílio da internet. A população pôde oferecer suas contribuições, através do site “*Pensar Mais Teresina*”.
4. A quarta etapa compreendeu o período de agosto/2013 a outubro/2013 e se propôs a ouvir diretamente a sociedade na busca de suas conquistas, dos seus sonhos, nas suas reclamações e preocupações. Ao todo foram realizadas 12 oficinas, sendo 08 na zona urbana e 04 na zona rural, envolvendo aproximadamente 1.000 pessoas.
5. A quinta etapa foi destinada a consulta às lideranças e dirigentes de instituições não governamentais da sociedade civil organizada atuantes em áreas específicas; entidades de classe, associações de profissionais liberais; associações empresariais produtivas; fundações; institutos; agentes financeiros; instituições culturais, religiosas e esportivas com participação direta ou indireta no desenvolvimento da cidade, influenciando sua formação. Foram consultadas lideranças de organizações como Ação Social Arquidiocesana, Associação dos Jovens Empresários (AJE), Associação Industrial do Piauí (AIP), Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL), Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU-PI), Conselho Regional de Economia (CORECON), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (CREA-PI), Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI), empresários do agronegócio, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Sindicato dos Dirigentes Lojistas (SINDLOJAS), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Teresina (STTR), Ordem dos Advogados do Piauí (OAB-Piauí), Conselho Regional de Medicina (CRM/Piauí), dentre outras.
6. A sexta etapa envolveu os atores que participam ativamente da vida da cidade. Foram ouvidos gestores públicos que dirigem ou influenciam a gestão governamental nos âmbitos municipal, estadual e federal. Este segmento formado por órgãos governamentais possibilitou conhecer a visão que estes agentes têm da cidade de Teresina, dentro de suas áreas de atuação pública e profissional. Foram escolhidos agentes pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal de Saúde, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, Superintendência de Desenvolvimento Rural, Superintendência de Desenvolvimento Urbano-Centro Norte, Superintendência de Desenvolvimento Urbano-Sul, Superintendência de Desenvolvimento Urbano-Sudeste, Superintendência de Desenvolvimento Urbano-Leste, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social, Secretaria Municipal

de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Comunicação Social, Secretaria Municipal da Juventude, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fundação Municipal de Cultural Monsenhor Chaves, Fundação Wall Ferraz, Empresa Teresinense de Processamento de Dados, as três secretarias executivas da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (de Captação de Recursos e Monitoramento, de Orçamento e Controle de Gestão, de Planejamento Urbano), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH), Banco do Nordeste (BN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Universidade Federal do Piauí (CCHL-DE e CCA). A totalidade dos entrevistados tinha nível superior, eram funcionários públicos e tinham experiência de alguns anos em suas áreas de atuação, onde foram responsáveis pela execução de tarefas e de missões pertinentes a planos e projetos governamentais.

7. A sétima etapa foi dedicada a análise de documentos, estudos, planos e projetos existentes nos acervos de órgão públicos, atividade entregue à equipe técnica constituída. Bem como a realização de dois workshops envolvendo os temas mais críticos.
8. A oitava etapa corresponde à validação da Agenda 2030, com base na II Conferência da Cidade e na participação da sociedade, para aprovação das Diretrizes e Ações previstas na Agenda 2030 e na instalação do Comitê Consultivo da Agenda 2030.



EMBARQUE/
DESEMBARQUE

EMBARQUE/
DESEMBARQUE

A CIDADE
DESEJADA

A CIDADE DESEJADA





CAPÍTULO III

A CIDADE DESEJADA: EIXOS TEMÁTICOS

Os temas propostos nas discussões foram organizados em eixos temáticos em três grandes vertentes, a saber: (a) oriundos das comunidades dos bairros; (b) nos segmentos institucionalizados da sociedade e; (c) nos segmentos institucionalizados do setor público.

Essas manifestações foram registradas em relatório. O conjunto das manifestações constitui a substância da Agenda. Em seguida foram feitas considerações interpretativas das manifestações da sociedade e do poder público, segundo visão consolidada. Primeiro, em função dos encontros in loco com as comunidades dos bairros. Em seguida, com base nas reuniões com representantes dos segmentos institucionalizados da sociedade e do poder público.

Eixos e temas foram considerados prioritários em função das preocupações e dos sonhos da comunidade teresinense, observados quando da consulta aos diversos segmentos sociais e seus líderes consolidados no documento “*Relatório de Consulta à Sociedade Teresinense (A Cidade Onde Desejamos Viver)*”.

1. Eixo Cidade Sustentável
 - 1.1. Saneamento básico
 - 1.2. Habitação e situação fundiária
 - 1.3. Infraestrutura urbana
 - 1.4. Mobilidade urbana e transporte
 - 1.5. Meio ambiente
2. Eixo Cidade de Oportunidades
 - 2.1. Desenvolvimento econômico e turismo
 - 2.2. Economia informal e economia solidária
 - 2.3. Desenvolvimento rural
3. Eixo Cidade de Direitos
 - 3.1. Saúde
 - 3.2. Educação
 - 3.3. Assistência Social
4. Eixo Cidade Criativa
 - 4.1. Patrimônio histórico, arquitetônico e cultural
 - 4.2. Cultura
 - 4.3. Esporte
 - 4.4. Segurança pública
5. Eixo Governança Eficiente



CIDADE SUSTENTÁVEL

*Uma cidade que cabe em si e sustenta
sonhos, garante a permanência
de todos, valoriza a mobilidade,
preserva o que naturalmente lhe
foi dado, garantindo no presente
o que o futuro lhe exigirá.*





EIXO CIDADE SUSTENTÁVEL

1.1 - SANEAMENTO BÁSICO

Análise da realidade.

Ao longo do tempo, o saneamento básico tem-se constituído em uma das mais importantes ferramentas alimentadoras do desenvolvimento dos povos, na medida em que dá atendimento às necessidades humanas básicas, sempre crescentes, em função do aumento populacional e a maior concentração nas áreas urbanas.

O fornecimento de água domiciliar de qualidade, o esgotamento sanitário eficiente, a coleta e o destino dado aos resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais são essenciais para a vida da sociedade moderna. A manutenção destes sistemas que carecem ser sempre ampliados e têm alto custo de manutenção é um desafio constante para os gestores das cidades.

No Brasil, segundo dado do censo de 2012 do IBGE, 80% das doenças estão relacionadas à precariedade do saneamento. Em regiões onde não existe infraestrutura adequada e a renda familiar é baixa, a incidência de enfermidades proveniente dessa realidade é maior, principalmente a diarreia.

Outra consequência imediata gerada por déficit de saneamento é a poluição dos corpos d'água (rios e lagoas) que prejudica a sobrevivência dos seres aquáticos e pode contaminar animais e seres humanos afetando a qualidade de vida do cidadão.

Ao longo das últimas três décadas o censo demográfico registrou um significativo crescimento populacional de Teresina com concentração na zona urbana. *Em 1980 a população total era de 377.774 habitantes, em 2014 foi estimada em 840.600 habitantes, apontando um crescimento absoluto de 462.826 habitantes, correspondente ao aumento de mais de 100% em três décadas.*

Esse processo de crescimento e concentração da população requer do setor público investimentos pesados em serviços urbanos, entre eles o saneamento, que não evoluiu na mesma velocidade do crescimento populacional. As cidades no mundo inteiro apresentam forte tendência ao crescimento da ocupação nas cidades. Em Teresina, o ritmo do crescimento populacional gerou em 2014 uma densidade média de 603,88 habitantes/km² distribuídos entre a zona urbana e rural.

Mantida a atual tendência de crescimento, estima-se que em 2030 a população de Teresina alcance 1.122.796 habitantes, com densidade média de 806.606 habitantes/km². Este cenário implica no aumento da geração de efluentes e de resíduos oriundos dessa população, consequentemente requer dos gestores públicos ações socioambientais compatíveis e investimentos em infraestrutura para atender essas demandas.

Uma das consequências imediatas da deficiência de um sistema de saneamento básico é a incidência de doenças tais como a leishmaniose, hanseníase, diarreia, dengue, hepatite e meningite. Outra consequência de grande importância é a poluição causada ao meio ambiente principalmente dos corpos d'água.

Para melhor compreensão, o saneamento básico em Teresina será abordado sobre quatro vertentes principais: 1 – Abastecimento de água potável, 2 – Esgotamento sanitário, 3 – Limpeza urbana e manejo

de resíduos sólidos e 4 – Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Todas essas ações têm forte correlação entre si.

1.1.1. Abastecimento de Água Potável em Teresina

Análise da realidade.

O gerenciamento do sistema de abastecimento d'água em Teresina é de responsabilidade da AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S.A., uma sociedade de economia mista, que tem o Governo do Estado do Piauí como acionista majoritário.

A Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina – ARSETE é a responsável pela regulação, fiscalização e o controle do sistema de abastecimento de água de Teresina.

A captação de água é feita de duas fontes, do rio Parnaíba (94%) e de poço tubular (6%). As três estações de tratamento de água (ETA I, ETA III e ETA IV) funcionam em condições precárias. Estão localizadas em uma única área, às margens do rio Parnaíba e tratam um volume médio de água da ordem de 6 bilhões de litros/mês, o suficiente para atender a população de Teresina

Conforme dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento do Ministério das Cidades, a rede de distribuição d'água da AGESPISA em Teresina atende 91,1% da população total de cidade.

O consumo per capita médio é de 140,9 litros/habitante/dia, valor um pouco abaixo do estimado para cidades do porte de Teresina, podendo variar entre 150 a 300 litros/habitante/dia.

O volume de água produzido em 2012 pela AGESPISA foi da ordem de 94.095.961m³ enquanto que o consumido pela cidade foi da ordem de 41.557.568m³, ocorrendo perda na distribuição de água na ordem de 54.87%. Este índice de perda de água na distribuição é considerado alto e tem consequências diretas na oferta de água para a população, no custo da tarifa e na manutenção da rede e expansão do sistema.

Analisando os dados, observa-se que o problema central não reside na falta de água, pois ela é suficiente para abastecer todo o sistema instalado de captação e distribuição de água: o problema está na ineficácia da distribuição da água para a população e na gestão do sistema.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Uso de tecnologias modernas e eficientes compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e regularidade da oferta de água.	- Realizar a setorização dos sistemas implantando macromedidores para auxiliar na análise do balanço hídrico, sendo 50% de rede em curto prazo e mais 50% a médio prazo; - Substituir e adequar as tubulações de água, instalar hidrômetros, e melhorar a entrada/saída de reservatórios;
Ampliação progressiva do acesso dos cidadãos e das comunidades à água potável;	- Concluir e colocar em operação a Estação de Tratamento de Água na região da Santa Maria da CODIPI; - Priorizar a perfuração de poços tubulares e a implantação de caixas d'água para construção de sistemas simplificados de água em localidades rurais; - Atender 100% da população com água potável; - Ampliar a rede de distribuição de abastecimento para atender as regiões periféricas da cidade; - Estudar a viabilidade e construir uma Estação de Tratamento de Água na região do Grande Dirceu



1.1.2. Esgotamento Sanitário

Análise da realidade

É constituído por um sistema de tratamento coletivo, caracterizado por redes de coleta de esgotos e por sistemas de tratamento individuais, composto na sua grande maioria por fossas sépticas e rudimentares.

A estruturação do sistema de esgotamento é baseada em três bacias hidrográficas, sendo duas localizadas nas margens direita e esquerda do rio Poti, e a terceira, na margem direita do rio Parnaíba. O sistema de rede de esgotamento é formado por cinco subsistemas que possuem funcionamento independente e são ligados a três estações de tratamento, sendo composto de rede coletora separadora (424 km), estações elevatórias de esgoto (17 estações), interceptores e emissários (5), coletores tronco e Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs do tipo lagoas de estabilização (3 estações – ETE Alegria, ETE Leste e ETE Pirajá) e uma em fase de conclusão (ETE Tancredo Neves).

A rede de esgotamento sanitário em Teresina atende a 18,59% dos domicílios urbanos e 0,09% dos domicílios rurais (IBGE 2010), com índice de tratamento do esgoto gerado de 13,86%.

A geração de esgotos está diretamente ligada ao crescimento da população e a quantidade de água consumida por esta. Atualmente em Teresina a geração de esgoto é de 113 litros de esgoto/habitante/dia. Estima-se que em 2030, com população acima de um milhão de habitantes, a geração de esgoto seja da ordem de 140,09 litros de esgoto/habitante/dia.

No tocante ao sistema individual de coleta de esgoto, segundo dados do IBGE (2010) 76,30% dos domicílios particulares permanentes urbanos de Teresina são atendidos por fossas sépticas ou rudimentares (seca). A adoção dessa opção deve ser considerada para áreas isoladas ou impossibilitadas de ligação com a rede de esgotamento, pois o elevado percentual de domicílios atendidos por fossas pode contribuir para a contaminação dos aquíferos, principalmente na zona norte e nas áreas baixas da cidade. O ideal é a inversão/redução desse percentual, pois, o sistema coletivo é mais eficiente e facilita nas intervenções de desenvolvimento urbano da cidade.

Para pequenos aglomerados, principalmente na zona rural, que é desprovida de rede de esgotamento, existe a possibilidade de adoção do sistema de tratamento coletivo isolado que reside na instalação de Estações Compactas de Tratamento de Esgotos.



O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Expansão do sistema de esgotamento sanitário objetivando atender a demanda atual e futura (urbana e rural), obedecendo às características locais e priorizando o sistema coletivo (rede de esgotamento);	• Ampliar o sistema de esgotamento sanitário visando atender 100% da população priorizando a sistema de rede de esgotamento; • Implantar sistemas sanitários adequados nas habitações de baixa renda; • Construir estações de tratamento de efluentes - ETE na região sul e sudeste;
Criação de mecanismos de controle e monitoramento na gestão do sistema de esgotamento sanitário.	• Ampliar as instalações de laboratórios para análises de efluentes em função do monitoramento dos corpos receptores de efluentes; • Tratar e dar destinação final adequados dos lodos gerados nas estações de tratamento; • Melhorar as instalações das Estações de Tratamento de Efluentes existentes; • Cadastrar, mapear e monitorar a rede de esgotamento sanitário a partir de sistemas de informações georreferenciadas; • Monitorar a eficiência do tratamento dos efluentes coletados; • Fiscalizar as atividades industriais, domésticas e de serviços, visando identificar as ligações clandestinas de esgotos à rede pluvial;
Implantação de sistema de fossas, obedecendo a critérios técnicos, assegurando a proteção dos mananciais e da saúde pública.	• Implantar 10.050 fossas sépticas na área rural, sendo 50% a curto prazo, 30% a médio prazo e 20% da demanda a longo prazo;
Promoção de políticas de educação ambiental.	• Estimular a participação de associações comunitárias nos projetos e ações de saneamento;
Garantia do acesso da população que vive em condições de vulnerabilidade aos serviços de esgotamento sanitário.	• Adotar tarifas diferenciadas de água e esgoto para a população de baixa renda; • Implantar rede de esgotamento sanitário nas comunidades rurais mais adensadas; • Instalar estações compactas para tratamento do esgotamento sanitário em comunidades adensadas;

1.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Análise da realidade.

Resíduos são os restos gerados e não aproveitados nas atividades humanas. Eles são encontrados na forma sólida, semissólida e semilíquida. E podem apresentar em sua composição propriedades físicas e químicas nocivas ao ser humano e ao meio ambiente, oferecendo riscos à saúde pública e a qualidade de vida.

A limpeza urbana compreende os serviços de capina e varrição de ruas, praças, parques e terrenos baldios e o manejo dos resíduos sólidos compreendem os serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos.

O manejo dos resíduos e a limpeza urbana em Teresina são de competência da Prefeitura, tendo como operador a SEMDUH – Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação juntamente com as Superintendências de Desenvolvimento Urbano – SDUs (zona urbana) e SDR – Superintendência de Desenvolvimento Rural (zona rural).

Os resíduos têm de origem diversa: doméstica, comercial, serviço público, serviço de saúde, atividade industrial, agropecuária, construção civil. Em Teresina, a maioria dos resíduos gerados tem origem doméstica.

A qualidade e a quantidade gerada desses resíduos estão diretamente relacionadas ao estilo de vida da sociedade, ao crescimento populacional, ao poder aquisitivo da população e às atividades econômicas, fatores que vem apresentando grandes transformações, especialmente no padrão de consumo.

Mantida a atual tendência de crescimento populacional e da geração de resíduo, estima-se que em 2030 a população chegará a 1.122.796 habitantes e os resíduos gerados serão de 1.953,10 toneladas/dia.

O serviço de coleta, transporte e destino final dos resíduos é atividade terceirizada pela Prefeitura. Realiza-se pelo sistema convencional, com coleta sem separação dos resíduos, transporte feito em caminhões compactadores, atendendo às recomendações legais. Atualmente os resíduos são depositados em um aterro controlado, sem tratamento. No entanto, encontra-se em construção um aterro sanitário. Outro equipamento que merece atenção são os pontos de transbordo, que são pontos de destinação intermediários dos resíduos coletados, que recebem 66.620,48 toneladas/ano, conforme a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em 2013.

Estima-se que o serviço de poda, corte de grama e capina gere 9.000 toneladas de resíduos orgânicos por mês, sendo todo ele destinado ao aterro sanitário.

Dos sistemas geradores de resíduos, aqueles originários das atividades de saúde e da criação de aves (penas e vísceras) merecem maior atenção principalmente pelos impactos causados ao meio ambiente e pela tendência de crescimento acelerado dessas atividades econômicas. A coleta e destino final dos resíduos hospitalares são de responsabilidade legal dos geradores destes resíduos, que contratam serviços terceirizados de autoclave ou incineração.

O processo de geração de resíduos é contínuo e crescente. Uma das ações para atenuar esta situação é a adoção da coleta seletiva, que reduz a quantidade de resíduo destinado ao aterro (destino final), diminui impactos ambientais (reciclagem e reuso), gera renda e proporciona uma mudança de visão da população, que passa a ver no lixo uma oportunidade, não um problema.

A cidade carece de uma prática de coleta seletiva, pois as ações acontecem de forma tímida e pontual. Existem 13 pontos de coleta seletiva, sendo 3 da iniciativa privada e 10 gerenciados pela Prefeitura. Além disso, ela também gerencia um centro de compostagem, que utiliza como matéria prima a casca do coco verde e resto de galhos. A coleta seletiva, na sua grande maioria, é feita por catadores autônomos que são fornecedores de empresas ou depósitos particulares. Foram detectados seis depósitos, que recebem 60 toneladas de material por mês, os quais são reciclados e/ou revendidos para centros recicladores fora de Teresina.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Desenvolvimento de mecanismos de manejo voltados para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos;	- Realizar estudos visando determinar o potencial econômico dos resíduos gerados em Teresina; - Implantar postos de entrega voluntária de resíduos recicláveis em pontos estratégicos e prédios públicos;
Criação de mecanismos que assegurem a correta destinação de todos os tipos de resíduos gerados nas diversas atividades urbana e rural cumprindo atentar-se para a geração de bioenergia;	- Implantar sistema de coleta seletiva, de forma gradual, sendo 50% a curto prazo, 30% a médio prazo e 20% a longo prazo, além de apoiar e incentivar as organizações de catadores existentes e estimular a instalação de recicladoras; - Melhorar e ampliar o serviço de varrição e adotar tecnologias modernas e eficientes na capina, atendendo semanalmente as áreas residenciais e diariamente as áreas comerciais, intensificando a atividade de capina no período das chuvas; - Ajustar a periodicidade da coleta domiciliar, estabelecendo e divulgando o calendário com dia e intervalo de hora da coleta; - Adotar normas mais rigorosas para execução do serviço de coleta de penas e vísceras e de resíduos hospitalares; - Implantar sistema de informação cadastral de indústrias para controle e monitoramento da gestão dos resíduos industriais; - Implantar novo aterro sanitário e adequar o existente às melhores práticas para a atividade;
Maximização da recuperação de resíduos sólidos recicláveis e minimização dos impactos decorrentes do tratamento e da destinação final;	Elaborar e implementar o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PMGRS e o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PMGRCC;
Estabelecimento de melhorias na conduta ambiental e sanitária da população.	Desenvolver ações de educação ambiental com propósito de melhorar a conduta ambiental;

1.1.4. Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas

Análise da realidade.

A drenagem e o manejo das águas pluviais diz respeito à forma como as águas oriundas das chuvas são escoadas nas áreas urbanizadas. Para se obter um sistema eficiente é necessário que a infraestrutura de drenagem e de manejo atenda as demandas atuais e futuras, respeite os cursos d'água das bacias existentes, a vegetação, a topografia da área e, em especial, das regiões mais baixas. A não observação desses fatores tem com consequência o aumento no volume e frequência das inundações e alagamentos, no aumento da presença de materiais sólidos no escoamento pluvial, entre outras.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, juntamente com as Superintendências de Desenvolvimento Urbano, compõem um todo administrativo responsável pela implantação e manutenção do sistema de drenagem e pelo manejo das águas pluviais.

Teresina tem baixa altitude (70 a 150m). É cortada e margeada por dois rios, possuindo áreas ribeirinhas e baixas e é propensa às inundações. Segundo o Plano Diretor Municipal de Drenagem Urbana do Município de Teresina (PDDrU 2012) existem 3 acrobacias na margem direita do rio Parnaíba e nas margens esquerda e direita do rio Poti e 29

microbacias na zona urbana da cidade. Na zona rural existem 4 bacias hidrográficas, o que exige atenção especial dos órgãos públicos, no planejamento urbano, e rigorosa fiscalização no sentido de coibir a obstrução dos canais de alimentação e drenagem, assim como a ocupação com edificações do leito das lagoas e rios.

Em Teresina, as chuvas são rápidas e torrenciais e ocorrem com maior frequência nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Este período representa 75,6% do regime pluviométrico anual da cidade. Aliado a essa concentração, tem-se o aumento contínuo de áreas impermeáveis, principalmente nas áreas próximas aos canais de drenagem natural, ocupação com habitação em área de inundação natural e os poucos investimentos na ampliação e melhoria do sistema. É o que explica a atual situação do sistema de drenagem da cidade.

Além dos fatores listados, outros dois ligados à conduta ambiental da população torna o sistema ainda mais deficiente, representado pelo uso de drenagem para esgotamento sanitário doméstico através de ligações domiciliares e comerciais irregulares, com destino inadequado de resíduos sólidos, causadores de obstrução das galerias. Estas práticas têm como consequência a contaminação dos cursos d'água (rios e lagoas), decorrente dos resíduos do esgotamento sanitário, e o alagamento de ruas nos períodos chuvoso devido a obstrução das galerias por resíduos urbanos jogados em local inapropriados.

A extensão da rede do sistema de drenagem de águas pluviais é de 46,32 km, para 2.599,97 km de ruas e avenidas.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Garantia da sustentabilidade do sistema de drenagem e de manejo de águas pluviais, tornando o sistema eficiente;	- Realizar estudos e elaborar projetos de engenharia para manejo das águas pluviais; - Identificar, desapropriar e retirar edificações localizadas em áreas de risco; - Normatizar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial para compensação dos impactos da impermeabilização do solo no sistema de drenagem;
Implantação de mecanismo de fiscalização e monitoramento do sistema de drenagem, evitando o uso inadequado, a contaminação dos cursos d'água e alagamentos de ruas;	- Elaborar o mapeamento e cadastro do sistema de drenagem; - Mapear e obstruir as ligações clandestinas de esgoto nas galerias pluviais, com a utilização de tecnologias modernas de controle;
Estabelecimento de mecanismo de melhoria das condições ambientais e recuperação de áreas degradadas;	- Recuperar áreas degradadas, principalmente as de preservação permanente; - Ampliar o programa de recuperação de áreas degradadas conforme modelo adotado no Programa Lagoas do Norte para outras regiões da cidade;
Ampliação da cobertura e da eficiência do sistema de drenagem pluvial.	Crescer a área coberta por galerias pluviais em mais 50% em relação ao existente.

1.2 – HABITAÇÃO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

Análise da realidade.

Devido ao rápido processo de industrialização ocorrido no mundo a partir do início do século XX, e a consequente atração da população para as cidades, ocorreu um processo de urbanização sem precedentes, com ausência de uma política de planejamento, principalmente voltada para ordenar o uso e ocupação do solo urbano pela população com moradias. Esta situação favoreceu a ocupação irregular e ilegal de áreas urbanas estimulando a construção de habitações inadequadas, de baixa qualidade, localizadas em áreas de risco e periféricas. A atratividade exercida pelos centros urbanos perdura até os dias atuais, agravando o

déficit habitacional nas cidades, em especial da população de baixa renda.

No Brasil, somente a partir de meados do século XX é que se desencadeou o processo de industrialização antes descrito, com atração da população para as cidades e nenhuma preocupação com a condição de moradia. Como consequência, mais de 80% da população brasileira é urbana e o déficit habitacional estimado é de 5,8 milhões de moradias, das quais 82% estão localizadas nas áreas urbanas.

Outros fatores que impossibilitam o acesso à moradia estão relacionados ao mercado imobiliário especulativo, ao baixo poder aquisitivo da população, à desarticulação entre as esferas de governo e a descontinuidades das políticas públicas voltadas para habitação. Dentre as camadas da população, justamente a de baixa renda, é a que concentra a maior quantidade de problemas relacionados à habitação. Estima-se que 89% dos problemas com moradia estão relacionados com essa faixa da população.

As iniciativas para frear o déficit habitacional brasileiro não são recentes. Entre o período de 1940 a 1960 a taxa de urbanização aumentou de 31% para 45% fazendo crescer as ocupações ilegais, que avançaram sobre as cidades. Nessa época surge a primeira ação de governo no sentido de enfrentar a situação com a criação do Conselho Federal de Habitação em 1960. Quatro anos depois foi formado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que pretendia a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Esta iniciativa, entretanto, em função da conjuntura econômica e social, beneficiou as classes com renda mais elevada do que aquelas de baixa renda.

A partir da Constituição de 1988 com a abordagem da política urbana, onde se situa a questão da regularização fundiária e da política de habitação social, é que esses temas ganham corpo na gestão pública, sendo regulamentado pela lei 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade, que propõe a implantação da Política Nacional de Habitação com previsão dos seguintes instrumentos de implementação: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Plano Nacional de Habitação e o Conselho Gestor do FNHIS.

O problema de uso e ocupação do solo urbano assim com a qualidade das moradias de uma grande parcela da população mais pobre vem desde a criação de Teresina. O primeiro plano urbanístico em 1852, constou de uma planta básica com 100 quadras simétricas e separadas por ruas verticais e horizontais, de 11 metros. O centro, assim como nas cidades europeias, ficava o poder político, executivo, legislativo, judiciário, o poder religioso e no seu entorno atividades comerciais e moradias, a serem ocupadas pelos mais importantes moradores locais e servidores públicos, fazendeiros e comerciantes transferidos da antiga capital, a cidade de Oeiras. Com o tempo Teresina passou a ser uma referência para toda a região e uma leva de famílias para aqui se transferiu à procura de oportunidades e por uma sonhada melhor condição de vida. As melhores áreas já estavam ocupadas e só restavam os contornos mais distantes e os preferidos eram os próximos da água, as margens do rio Parnaíba.

As casas eram as mais precárias, de chão batido, as paredes e cobertura feitas de palhas tiradas dos abundantes babaquais que aqui existiam. Esta era a regra predominante, nem sempre só dos mais pobres. Em 1910, a Câmara dos Vereadores proibia a construção de casas de palha na zona urbana de Teresina. A Lei não vingou e até pouco tempo eram muitas as existentes na periferia da cidade e até em áreas ditas nobres. Houve várias tentativas da Prefeitura de melhorar esta condição estrutural das casas. Na década de 40 a Prefeitura possuiu até olaria para confecção de tijolos e telhas, mas não conseguia atender as demandas.

A partir da década de 70, Teresina foi beneficiada com a construção de conjuntos habitacionais populares de grande porte. Este programa federal financiado em sua grande parte com recursos de FGTS, por intermédio do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) e na esfera estadual, pela antiga COHAB (Companhia de Habitação do Piauí). Foram construídos até o ano de 2001 em torno de 90 conjuntos residenciais populares, com aproximadamente 60.000 unidades. Nestes conjuntos, as casas minúsculas eram uma grande conquista estrutural, pois suas paredes eram de alvenaria, cobertas de telhas, com piso cimentado, tinham cozinha e banheiro interno. A infraestrutura urbana prometida, no entanto, nem sempre era implantada. As grandes distâncias onde estes conjuntos foram erguidos dificultava estender a rede de abastecimento de água, o sistema de energia elétrica, a coleta de lixo, o transporte coletivo e ainda estavam distantes do emprego, seja do comércio e da prestação dos serviços de saúde, educação e

atendimento sociais governamentais, que permaneceram na zona central.

Para atender as centenas de pessoas que não tiveram acesso a este programa de habitação, a Prefeitura passou a desenvolver linhas de atuação implantando programa de melhoria das condições habitacionais da cidade. No governo do prefeito Wall Ferraz passou a distribuir lotes de terras em área seguras e doar madeira e telhas cerâmicas para a autoconstrução de moradias de taipa. Para as famílias remanejadas de áreas inundáveis e ocupantes de áreas públicas reservadas para a construção de equipamentos de uso coletivo (escolas, unidade de saúde, praças) e ou que obstruíam vias públicas, a Prefeitura construía pequenos conjuntos de casas denominados Parques Habitacionais.

O processo de migração de municípios vizinhos continuava intenso. Nos anos setenta / oitenta a demanda por moradia não era atendida e aumentaram os conflitos sociais com um maior número de invasões/ ocupações, em áreas públicas e privadas. Nestes casos, as casas e o ambiente urbano social eram de muita precariedade e vulnerabilidade, sem mínima infraestrutura. Passaram a evidenciar conflitos jurídicos de reintegração de posse, quase sempre em áreas de risco.

A Prefeitura, para enfrentar esta demanda, criou na sua estrutura organizacional a Secretaria Municipal de Habitação que coordenou uma série de ações que atendiam a diferentes faixas de necessidades como: *Projeto Morar Melhor* (regularização fundiária de lotes residenciais e kit para autoconstrução de casa de taipa), *Projeto Casa Melhor* (casa embrião, isoladas, de 25 m², de alvenaria, telha cerâmica e piso cimentado, com “fossa seca” externa), *Projeto Minha Casa* (mesmo tipo de casa embrião com banheiro interno e ligação ao sistema de abastecimento de água domiciliar), *Projeto Morar Melhor II* (casa embrião, em lugar com arruamento, abastecimento de água, com 40 m² de área coberta). Todos eles com envolvimento direto da comunidade.

Em função da estrutura dos aglomerados residenciais a comunidade denominou de Vilas as ocupações irregulares sem nenhuma infraestrutura urbana. Recebeu a denominação de Parques Residências ou Loteamentos, o conjunto de casas de construções em alvenaria e telha cerâmica, com instalação sanitária, em área com arruamento, com regularização fundiária e um mínimo de infraestrutura básica.

Atualmente a política de habitação e de uso e ocupação do solo, é coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, com apoio logístico das Superintendências de Desenvolvimento Urbano.

No início deste século as tensões diminuíram quer seja pela redução da migração, quer pelo atendimento de muitas famílias com moradias, quer pela influência dos municípios vizinhos que absorveram muito da procura por moradias. Também deu uma expressiva contribuição a disponibilidade e alocação de mais recursos pelo governo federal no seu Programa Nacional de Habitação que passou a ter a ação conjunta com os governos do estado e municipal.

A moderna visão do planejamento urbano quanto ao uso e ocupação do solo para a habitação passa a ter novos vetores. Os grandes vazios urbanos foram identificados como problemas, o crescimento horizontal passou a ser questionado e a necessidade do adensamento populacional constitui-se numa nova preocupação e estes fatores são parte do novo desenho urbano e da política urbanística da cidade.

O modelo antigo de expansão urbana horizontal dificultava a implantação da infraestrutura. Esta condição penalizava as populações mais pobres e indiretamente favorecia a especulação urbana pela valorização de lotes vazios que eram beneficiados pelos equipamentos sociais públicos que por ali passavam.

Os novos programas habitacionais devem, além de priorizar locais com infraestrutura já implantada, eleger o modelo vertical das habitações para melhorar o uso das infraestruturas urbanas existentes. Dois componentes que não eram muito considerados nos planos de habitação, eram a rede de transporte coletivo e a regulamentação do uso e ocupação do solo, que vinham depois da implantação dos empreendimentos habitacionais. Agora, percebe-se imprescindível que estas duas intervenções avancem de forma conjunta.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Urbanização das ocupações viabilizando o acesso aos serviços, equipamentos públicos, infraestrutura urbana, mobilidade, proteção ao meio ambiente e legalização fundiária;	• Promover remanejamento dos domicílios localizados em áreas de risco; • Promover a integração urbanística das áreas habitadas, em condições precárias e consolidáveis; • Promover a regularização fundiária das ocupações irregulares, priorizando as áreas de interesse social; • Cadastrar imóveis privados ou públicos não utilizados e sua transformação em equipamentos públicos com destinação social; • Garantir a fiscalização das áreas e casas ocupadas irregularmente, no sentido de inibir seu adensamento e expansão, bem como coibir a ocupação de novas áreas; • Integrar ações da política de habitação com as demais políticas setoriais;
Priorização das construções de habitação de Interesses social e regularização fundiária.	• Ampliar o estoque de terras públicas e privadas para construção de habitação de interesse social; • Garantir fluxo de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, mediante a destinação de recursos orçamentários públicos e privados, para implementação das metas e programas propostos no Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS; • Estimular a construção de edificações, com o objetivo de favorecer o adensamento urbano;

1.3 - INFRAESTRUTURA URBANA

Análise da realidade.

Energia elétrica de qualidade e contínua e a comunicação no seu escopo mais amplo estão situadas entre as principais infraestruturas urbanas. As duas exigem prioridade nos investimentos do poder público, mediante ações rápidas com vistas ao desenvolvimento sustentável. Estes dois serviços, pela importância intrínseca e por fazerem parte de uma política nacional, propiciam aos municípios, na estrutura organizacional da federação brasileira, apenas pequeno poder de intervenção, quer pela autoridade que não lhe é delegada, quer pelos altos custos para operacionalizar qualquer intervenção.

1.3.1. Energia elétrica.

O desenvolvimento pleno está vinculado à oferta de energia elétrica. É essencial no cotidiano da vida doméstica, é essencial na iluminação pública por facilitar os deslocamentos no período noturno e contribui para a segurança pública. Contribui de forma significativa para o atendimento dos serviços essenciais, como educação, saúde e assistência social e, sobretudo, para a atividade econômica.

Em Teresina, o sistema é gerido pela estatal federal, a ELETROBRAS Distribuição Piauí, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O serviço tem sido de baixa qualidade. Em nível doméstico, 92% dos imóveis são atendidos. O fornecimento de energia é irregular e oscilante e tem sido crescente o número de acidentes ocorridos na rede de distribuição, por problemas de manutenção. Na visão de empresários e lideranças classistas ligadas ao setor produtivo, há unanimidade em afirmar que a energia elétrica ofertada em Teresina tem prejudicado as atividades empresariais, limitando o atrativo a novos empreendimentos e a ampliação dos atuais negócios. As tarifas cobradas pela oferta de energia são consideradas elevadas.

Energia alternativa.

A busca por “energias limpas” é tendência mundial. A esse propósito, Teresina atende muito especialmente aos requisitos favoráveis à geração de energia solar, como fonte complementar de energia, pelas condições de insolação a que é submetida. Apesar disso, a energia solar não tem sido usada como opção, em função dos elevados custos. Por outro lado, muitas empresas fazem uso de geradores a diesel em horário de pico de consumo de energia.

1.3.2. Comunicações.

A cidade de Teresina, há pouco mais de uma década, tem tido acesso a diferentes meios de comunicação, como os tradicionais por fio ou os eletromagnéticos. Entre eles, os sistemas por radioeletricidade, por fibra ótica. O telefone celular foi o que se popularizou mais rapidamente, tornando-se acessível a pessoas de baixa renda, com destaque para o sistema pré-pago.

Grande parte da população reclama da qualidade do serviço das operadoras de telefonia quanto à cobertura e qualidade.

A internet é outro meio de comunicação de longo alcance que tem se disseminado com grande velocidade, facilitando o cotidiano das pessoas nas suas relações sociais, nas suas transações comerciais, no acesso à educação, à cultura, à informação social, à política, ao lazer. No entanto, muitos usuários da internet – os profissionais liberais, os comerciantes, os industriais, os juristas, os professores e usuários em geral – têm reclamado da baixa qualidade dos serviços.

Os serviços de comunicação de massa em Teresina concentram-se no maior número de canais de televisão (atualmente seis e um sétimo em fase de implantação), três jornais diários, mais de 20 emissoras de rádio FM e AM, TVs por assinatura, dezenas de portais e uma infinidade de rádios comunitárias instaladas a título precário, que mantêm a população informada do que se passa no meio político, social, cultural e econômico.

1.3.3. Transporte fluvial, aéreo, rodoviário e ferroviário.

A matriz de transportes públicos da cidade é bastante limitada, requerendo renovação, modernização e ampliação.

O transporte fluvial restringe-se a um número limitado de barcos na ligação Teresina - Timon. O sistema rodoviário é atendido por veículos motorizados na sua maioria particulares. Os sistemas coletivos são subordinados à concessão pública e são usados para atender à maioria da população.

Para o cidadão, o transporte coletivo é aquele que mais o afeta e o que por muitas razões apresenta maior fragilidade, mas é de importância significativa para a mobilidade urbana.

O transporte de atendimento interestadual e intermunicipal é gerido por empresas locais, estaduais e nacionais, regulamentado e acompanhado pela Secretaria Estadual de Transportes. Um dos maiores problemas são as estruturas edificadas e a organização operacional da rodoviária, que, além de suas deficiências estruturais, carece de modernização e de informatização dos seus procedimentos e controles. O atendimento deficiente inibe o turismo.

Já o transporte ferroviário, denominado “pré-metrô”, é o mais precário, por possuir uma estrutura antiga, transportando diariamente em torno de 7.000 passageiros. Esta opção de transporte coletivo é boa opção, por transportar um maior número de passageiros por viagem, ser mais rápido, ter tarifa reduzida. Por suas linhas estarem rebaixadas o movimento das composições não prejudica o trânsito. A localização das estações de passageiros, no entanto, não é adequada. A substituição dos vagões por outros mais modernos, a informatização das rotinas e dos controles e a valorização da gestão em si, serão capazes de melhorar a mobilidade.

O meio de transporte que mais transtornos têm trazido para a cidade é o aeroportuário. A situação se agrava a cada ano pelo aumento da procura contraposta às restrições da oferta de vôos, frente a conjuntura do serviço ligada à localização do terminal, bem como ao seu entorno.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Promoção da expansão e a universalização da conectividade como mecanismo de estímulo ao desenvolvimento econômico, competitividade e geração de emprego;	• Ampliar a rede de fibra óptica municipal para interconectar as entidades públicas, as escolas, os hospitais e para prover melhores serviços públicos ;
Garantia da oferta de serviços e tecnologia de geoprocessamento para atender as demandas dos setores público e privado;	• Implementar sistema de gerenciamento territorial, composto de centrais integradas de operação, para tornar mais ágeis e aumentar a qualidade dos processos que dependem de dados geográficos; • Executar o Plano de Parcelamento do Solo Urbano
Oferta à sociedade e aos agentes econômicos de rede de fornecimento de energia elétrica e de outras fontes de energias renováveis, permanente e de qualidade;	• Fazer gestão junto ao órgão operador do sistema elétrico para ampliar a oferta de energia em quantidade e qualidade; • Buscar novas alternativas de matriz energética tais como energia solar, eólica e de biomassa; • Implantar o Plano Diretor de Iluminação Pública. •
Melhoria das estruturas de acesso à cidade tais como rodovias e ferrovias como mecanismo de facilitação de escoamento da produção e da comunicação da cidade com outros centros econômicos;	• Construir anel viário Norte/Leste, ligando da BR 343 com o Polo Industrial Norte; • Construir novo aeroporto fora do perímetro urbano e seus acessos;

1.4 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

Análise da realidade.

O crescimento físico e territorial das capitais, e entre elas Teresina, tem agravado um dos maiores problemas no Brasil, que é o da mobilidade urbana. Consta-se uma disputa de espaço entre os veículos motorizados e os cidadãos, em busca de satisfazer necessidades básicas de locomoção pela cidade.

Diante das dificuldades da mobilidade urbana e do transporte coletivo, o poder público municipal vem desde o início da primeira década dos anos 2000 implementando ações de melhorias nas vias urbanas de Teresina, como: a construção de viadutos sobre a via férrea; o rebaixamento da avenida Barão de Castelo Branco no cruzamento com a avenida Higino Cunha; a implantação parcial do sistema de integração das linhas de ônibus e a colocação de faixas exclusivas para ônibus; o início da construção do rodoanel e a duplicação das BR 316 e BR 343, nos seus 10 km iniciais. Há, porém, de se reconhecer a necessidade de se intensificar este processo com medidas de caráter estrutural e que assegure sustentabilidade no longo prazo.

Situação da mobilidade urbana em Teresina.

Considerando a mobilidade urbana como sendo essencialmente a capacidade das pessoas em realizar deslocamentos de um ponto a outro da cidade, num determinado período de tempo, para satisfazer diversas necessidades, como: trabalhar, estudar, comprar, divertir-se, buscar serviços de saúde, verifica-se que a situação de Teresina vem se agravando nos últimos dez anos.

Este agravamento da mobilidade penaliza mais os usuários do ônibus, já que, numa primeira observação, o tempo médio de viagem deste tipo de transporte coletivo (68 minutos) é mais elevado do que o do transporte motorizado individual (21 minutos), conforme dados de 2008, do Plano Diretor de Transporte e

Mobilidade Urbana de Teresina.

Vale mencionar que este problema não se estabilizou. Pelo contrário. Conforme segunda observação, dados de abril do presente ano (2014), da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (STRANS) revela que o tempo médio das viagens dos ônibus por linha se elevou. Daqueles 68 minutos, para 96 minutos. Isto representa aumento de 41% em relação ao ano de 2008, prejudicando a grande maioria da população no atendimento de seus afazeres e aumentando o seu cansaço físico e o nível de estresse, comprometendo pelo desgaste do trabalhador, a sua produtividade.

Um dos fatores que agrava a mobilidade em Teresina é o congestionamento de veículos motorizados de uso individual, que tem como principal causa o crescimento vertiginoso da frota – aproximadamente 2.400 veículos ao mês – apresentando um crescimento de 246,62%, entre dezembro de 2001 a março de 2014, o que significa um salto de 109.811 veículos motorizados em 2001 para 380.576 em abril de 2014, conforme informações do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Embora o aumento da quantidade de veículos em circulação, que é algo comum a todas as capitais brasileiras, possa ser considerado o fator mais determinante dos constantes congestionamentos em Teresina, deve-se mencionar também a descontinuidade de suas vias como um dos fatores importantes para o crescimento deste fenômeno, assim como o fato de suas ruas serem estreitas.

Essa situação de descontinuidade é provocada pelo traçado do percurso da via férrea, o rio Poti – que atravessa a zona urbana – e alguns prédios públicos (hospital Getúlio Vargas, prédios dos quartéis 2º BEC e 25º BC exército, os Campis da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, o Aeroporto Petrônio Portela e a área da EMBRAPA, dentre outros) e residências (sobretudo na zona leste). Isso tem induzido, por exemplo, na área central da cidade, a confluência de um maior número de veículos para as principais vias: as avenidas Frei Serafim, Miguel Rosa, Joaquim Ribeiro, Barão de Gurguéia e na zona leste, as avenidas Dom Severino, Homero Castelo Branco, Jóquei Clube, Kennedy, dentre outras.

Outro fator importante, que explica a formação dos congestionamentos em Teresina, é a concentração de grande parte dos serviços públicos no centro da cidade, assim como os serviços de educação e de saúde prestados pela iniciativa privada nessa área, contribuindo para que 51,86% dos empregos e 31,81% das matrículas estudantis sejam ofertados na área central, conforme o Plano Diretor de Mobilidade e Transporte Público.

A grande quantidade de veículos que se dirigem para o centro se constitui num grave problema para a cidade, já que as vagas ofertadas pelos estacionamento não são suficientes para atender a demanda. Não tendo os proprietários dos veículos motorizados de uso individual privados abrigos para estacionarem os seus carros, circulam pelas ruas estreitas do centro, restringindo o fluxo de veículos e consequentemente provocando congestionamentos.

Estudos realizados estimam que a oferta dos estacionamento na área central da cidade corresponde a 8.000 vagas, enquanto que a demanda é de aproximadamente 11.000 veículos. Esta necessidade de se construir estacionamento no centro de Teresina, por sua vez, vem provocando ao longo do tempo, a destruição do patrimônio histórico edificado.

Situação do transporte público.

Além do usuário do transporte público ser o que mais perde tempo no trânsito, há de se ressaltar outro problema que é o desconforto causado, especialmente nos horários de pico, isto é, nas primeiras horas do dia e nos finais das tardes. Essa situação acontece principalmente em função da quantidade excessiva de passageiros nesses horários, que em grande parte do tempo são obrigados a ficar de pé por grande parte do tempo do percurso do ônibus.

Na verdade, o problema do desconforto começa com a demora nas paradas de ônibus – em sua maioria com infraestrutura precária, com poucos assentos e cobertura, não protegendo os usuários do sol e da chuva – em razão de um sistema de transporte público ineficiente em sua operacionalização, ou seja, sem racionalidade das linhas de ônibus existentes. Tais linhas atuam em longas distâncias, ligando cada bairro ao centro da cidade (linhas radiais), outras fazendo percursos completos (linhas circulares) ou ligando dois

pontos da Cidade (linhas diametrais), gerando consequentemente superposição entre elas.

Vale ressaltar que a integração implantada em 2012 é ineficiente em razão de acontecer em apenas alguns terminais predominantemente no centro da cidade e não nos bairros, obrigando os passageiros a passar por esta área, no seu deslocamento de um bairro para outro – e a percorrer maior distância e em tempo maior – sobrecarregando assim os ônibus no horário de pico, em termos de quantidade de usuários e principalmente a qualidade.

A implantação do novo sistema de transporte público, que iniciou em janeiro de 2015, se propõe a ampliar a integração através da implantação dos Terminais de Integração nos bairros juntamente com as linhas alimentadoras, troncais e interterminais, bem como a criação de corredores de transporte coletivo e eixos viários.

Em razão da irracionalidade do sistema de transporte coletivo, Teresina apresenta baixo nível de desempenho, com reduzido número de passageiros por quilometro (IPK), que é o segundo das capitais nordestinas (2,22), posicionando-se atrás apenas de Fortaleza (2,35), segundo dados da Associação Nacional do Transporte Público (ANTP) de 2011. Ainda de acordo com essa fonte, naquele ano, Teresina ocupava no nordeste a segunda posição no Percurso Médio Anual (PMA) da frota, com 99.933 km e uma média anual de 221.971,70 passageiros por ônibus.

Tendo em vista a situação de desconforto do transporte público e do preço da tarifa de ônibus, a partir do início da década passada começou haver um processo de migração dos usuários para outros tipos de transportes, sobretudo motos e motonetas.

Dados da Agencia Nacional de Transporte Público mostram que entre 2005 e março de 2011 houve uma diminuição de 20% no número de passageiros de ônibus, que em sua grande maioria migraram para o uso de veículos motorizados de uso individual, cuja quantidade apresentou crescimento de 621,59% entre os anos de 2001 e março de 2014. Isto nos faz deduzir, que o aumento de 21.409 motos e motonetas do primeiro ano, para 154.487 no último ano, tem elevado consideravelmente o número de acidentes no trânsito e comprometido em 70% o atendimento ortopédico do Hospital de Urgência de Teresina em 2013, o correspondente a 11.000 durante o ano, segundo dados desta instituição. Vale frisar que grande número dos acidentados são pessoas jovens que não estão habilitadas para dirigir estes veículos.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Descentralização da prestação dos serviços públicos e privados;	• Implantar centrais de serviços públicos à população nos 08 Terminais de Integração; • Incentivar a iniciativa privada a estender a prestação dos seus serviços (educação, saúde, serviços de cartório) em áreas próximas aos terminais de integração, mediante o mecanismo de incentivo fiscal. • Construção do Terminal de cargas da zona Sul.
Prioridade para o transporte público e para os meios não motorizados;	• Implantar corredores exclusivos de ônibus nas principais avenidas da cidade, sobretudo aquelas congestionadas pelo transporte de uso individual; • Adotar instrumentos legais e operacionais que desestimulem, gradativamente, o uso do automóvel; • Integração intermodal de transportes públicos (ferroviário, rodoviário e cicloviário); • Implantar e expandir ciclovias e ciclofaixas observando o Plano Diretor Cicloviário; • Adequar os passeios às necessidades dos pedestres

Ações estruturantes para maior fluidez do tráfego nas vias públicas;	• Implementar o sistema BRT (Bus Rapid Transit) ligando as zonas norte, leste, sul e sudeste ao centro; • Implementar o sistema VLT (Veículos Leves sobre Trilhos), ligando a periferia ao centro; • Construir terminais de integração de ônibus em 8 pontos da cidade e implantar linhas alimentadoras de transporte coletivo; • Implantar pontos de estacionamento público de bicicletas nos terminais de integração de ônibus integradas às malhas de ciclovias; • Encontrar solução de engenharia para permitir a transposição da avenida Frei Serafim no cruzamento com a avenida Miguel Rosa e com as ruas: Coelho de Resende, Pires de Castro, Goiás e Mato Grosso; • Construir a segunda ponte que liga o Poti Velho à Santa Maria da Codipi; • Estender a avenida Marechal Castelo Branco a partir do bairro Primavera até a ponte Mariano Gaioso no Poti Velho; • Rebaixar a avenida Miguel Rosa no cruzamento com a avenida Joaquim Ribeiro; • Construir viaduto no cruzamento da avenida Miguel Rosa com a avenida Getúlio Vargas; • Construir viaduto no cruzamento da avenida Barão de Gurguéia com a avenida Getúlio Vargas; • Estender a avenida Marechal Castelo Branco a partir da curva do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional - CFAP até a BR 316, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal; • Estender a avenida Maranhão desde a curva do Conjunto Saci até a BR 316, nas proximidades da Polícia Rodoviária Federal; • Construir ponte ligando a avenida Gil Martins à avenida Francisco de Almeida Neto; • Estender a avenida José Soares, no trecho da PI-130 até a BR 316 (Km 10); • Resolver o conflito de tráfego existente no cruzamento da avenida João XXIII com as avenidas Nossa Senhora de Fátima e Kennedy; • Duplicar a avenida Josué de Moura Santos do balão da Pedra Mole até o acesso da Santa Maria da CODIPI; • Prolongar a avenida dos Ipês até a avenida Joaquim Nelson, mediante rebaixamento da BR 343, ao lado da linha do pré-metrô; • Estender a avenida Raul Lopes até a avenida Noé Mendes; • Implantar trecho da avenida Pedro Teixeira para compor o binário com a avenida Noé Mendes • Noé Noé Mendes; • Duplicar e iluminar a avenida Paulo Ferraz; • Construir ou ampliar vias alternativas para ligações entre bairros ou regiões, constituindo eixos secundários para a coleta e distribuição interna do tráfego; • Ampliar o pré-metrô, que deverá alcançar o rodoanel, ligando as quatro zonas; • Estender a avenida Raul Lopes a partir da ponte Petrônio Portela no sentido Norte até a avenida Josué de Moura Santos, completando a Marginal Norte. • Estender a avenida Jockey Club até a rua dr. José Auto de Abreu.
---	--

Promoção de um maior adensamento populacional.	Ocupar os vazios urbanos com a construção de conjuntos habitacionais próximos dos futuros terminais de integração e dos corredores de ônibus.
--	---

1.5 - MEIO AMBIENTE

Análise da realidade.

O homem e a sua relação com o meio ambiente é o novo desafio da sociedade moderna a cada dia mais urbanizada. Esta situação impacta a qualidade de vida das gerações futuras. Esta não é só preocupação da cidade de Teresina: é problema mundial que levou a Organização das Nações Unidas na conferência mundial realizada no Rio de Janeiro (ECO-92) a sugerir novo modelo de desenvolvimento. Além de se considerar a justiça social e a eficiência econômica, foi recomendação da ECO-92 a atenção para com o equilíbrio ambiental como fundamental para o que ficou convencionado como desenvolvimento sustentável.

Aos gestores públicos e às lideranças da sociedade civil estão reservados grandes desafios de como garantir a qualidade de vida de forma duradora à sociedade. Esta condição exige conviver com as múltiplas mudanças demográficas, com a intensa atividade econômica, social, cultural, com as inúmeras intervenções urbanas que envolvem o meio ambiente como a ocupação do solo para atender interesses diversos. Estas atividades da sociedade contemporânea são altamente consumidoras de recursos naturais (água, minerais, combustíveis, madeira) cuja exploração precisa ser regulamentada e é altamente produtora de resíduos, que para não poluir excessivamente o ambiente exigem caros e complexos mecanismos de transporte, armazenagem, tratamento e destino final daquilo que está sendo descartado.

Com o crescimento da cidade iniciam-se os conflitos entre o homem e o meio ambiente. As margens dos rios e áreas das bacias das lagoas foram invadidas para construção de casas; os rios passam a receber resíduos poluentes; a pureza de suas águas não mais existe e a calha dos leitos deixa de ser via de transporte e passa a se constituir em empecilho a ser transportado.

A cidade expandiu o território e agora cresce também depois da margem do rio Poti, no sentido leste. A enchente que naturalmente existia ocupando as áreas vazias das baixadas, agora tem contornos catastróficos: derrubam casas, inundam ruas e praças, expulsam pessoas, causando grandes prejuízos. A cidade precisa ser rediscutida quanto à ocupação e uso do solo e quais medidas devem ser tomadas para preservar a natureza e deixá-la menos vulnerável.

O poder público municipal tem mantido e tomado novas iniciativas com vistas à formulação e implantação da política ambiental. A Prefeitura criou na sua estrutura a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que conta com o apoio direto das Superintendências de Desenvolvimento Urbano na articulação e execução das ações. Na tocante a formulação da Política Municipal de Meio Ambiente, foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Áreas verdes e áreas de proteção ambiental.

No que diz respeito a áreas verdes, Teresina possui 271 praças, 34 parques ambientais que juntos somam a área de 226,8 hectares. Possui ainda uma reserva de áreas públicas dentro do perímetro urbano, com aproximadamente 1.000 hectares, de grande valor ambiental. Esse patrimônio precisa ser juridicamente regulamentado como área de reserva ambiental de uso sustentável como o Campus da Universidade Federal e da Universidade Estadual do Piauí, a Secretaria de Agricultura no bairro Pirajá, a área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Parque Zoobotânico, o aeroporto, o pátio de manobra e sede da Estação Ferroviária, áreas do exército (2º BEC, 25ºBC) e o Jardim Botânico.

Outras iniciativas devem ser adotadas, como cadastrar áreas degradadas para recuperação, tornando-as úteis a sociedade e ao meio ambiente, a exemplo do Programa Lagoas do Norte. Outras ações de natureza preventiva devem ser implementadas para efetivar espaços territoriais nas zonas de expansão urbana com reservas ecológicas, como forma de preservar e manter a cobertura de área verde urbana.

Cabe à geração presente conciliar o uso dos recursos naturais com a conservação da natureza, a fim de contribuir para a boa qualidade de vida de gerações futuras; para amenizar as altas temperaturas, melhorar

a umidade do ar e facilitar a infiltração da água no solo alimentando o lençol freático.

A qualidade da água servida à população representa um risco, em função da poluição das principais fontes de água que abastecem a cidade, pelo despejo de resíduos poluentes de esgotos e galerias sem o tratamento devido, tornando a água do rio a cada dia imprópria ao consumo, por converter-se em foco de doenças e intoxicações.

Poluição.

A poluição do ar em Teresina, por não ser cidade industrial, ainda não se constitui em problema mais sério. A poluição se concentra na área central onde o principal poluente são os gases liberados pelos motores dos veículos e o despejo de resíduos orgânicos pela rede de esgotos e galerias.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Adoção dos princípios da sustentabilidade ambiental em todos os instrumentos de gestão da cidade;	• Criar programa de educação integrada para a cidade, envolvendo as áreas de meio ambiente, saúde, educação, cultura, turismo, trânsito, cidadania, segurança; • Monitorar as áreas de preservação permanente; • Exigir a adoção de tecnologias limpas no processo produtivo, quando do licenciamento e das auditorias dos empreendimentos com potencial poluidor; • Implantar o Plano de Arborização de Teresina.
Ampliação, conservação e gerenciamento das áreas verdes da cidade, de acordo com o Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes;	• Adotar mecanismos de compensação ambiental para ampliação de áreas verdes e compensação ambiental pela liberação de CO₂; • Ampliar o número de espaços públicos verdes, distribuídos de forma equilibrada em todas as zonas da cidade;
Valorização, manutenção, conservação e recuperação da paisagem natural e urbana, como marcos ambiental e referencial da cidade.	• Manter e ampliar projetos de recuperação das matas ciliares, com essências nativas; • Aperfeiçoar o controle do sistema de transporte coletivo, visando a redução dos poluentes atmosféricos.
Implantar uma política de caráter construtiva e urbanista com vistas a convivência harmônica da comunidade com as condições ambientais adversas.	• Utilizar materiais construtivos adaptados às condições ambientais de alta insolação e temperatura. • Implantar modelo de ocupação do espaço urbano considerando os espaços entre estruturas edificadas e áreas livres para ventilação, paisagismo e lazer. • Valorizar a implantação de áreas verdes, reservas florestais e os recursos hídricos na política urbana da cidade. Em conjunto com entidades de pesquisa e instituições de ensino superior. • Fomentar e apoiar iniciativas de realização de congressos, eventos técnicos e cursos de especialização para profissionais que exerçam atividades na área.





CIDADE DE OPORTUNIDADES

*Essa é a cidade que produz bens e
serviços para si e para além - fronteiras,
aproveitando as potencialidades naturais
que tem e as oportunidades criadas.
E que não pode parar de crescer.*



EIXO CIDADE DE OPORTUNIDADES

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

2.1.1- Desenvolvimento Econômico

Análise da realidade.

Desperta atenção, a análise dos níveis de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, e o PNUD 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o bom desempenho de Teresina em relação às capitais do nordeste em saúde e educação, ocupando as primeiras posições. No entanto, quando se olha os índices de emprego e renda, a capital do Piauí não está bem posicionada.

Situação Econômica da População.

A capital piauiense apresentou, em 2011, grande crescimento do PIB per capita, que equivale à renda por pessoa, quando comparado com o ano de 2000 – o aumento corresponde a 313,16%, conforme dados do IBGE – sendo superada no nordeste apenas por São Luís (363,17%). Apresentou também o maior crescimento na população ocupada (104,5%) neste período, embora isso represente uma participação pequena na ocupação formal em relação ao total de sua população (30,93%), bem como foi baixo o nível da remuneração média mensal na economia formal (2,91 salários mínimos), conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Perspectivas de Desenvolvimento Econômico. Investimentos não-impactantes.

Teresina em relação a outras capitais nordestinas não tem atraído grandes investimentos industriais em quantidade, e a atenção do Governo Federal por obras estruturantes de largo espectro está sempre abaixo das necessidades. Apesar da privilegiada posição geográfica, a capital do Piauí ressen-te-se de força política e de agressividade empreendedora. Assim, os investimentos produtivos de alta monta ainda são baixos.

Setores da economia.

Acidade voltada ao futuro precisa continuar em seu constante processo de procura a uma aptidão econômica que a torne competitiva, seja suficientemente rentável, se identifique com as aspirações da comunidade e que conviva em harmonia com o meio ambiente. O setor da construção civil é onde se observa maior crescimento na oferta de emprego. Em relação à população economicamente ativa o emprego formal não atende as necessidades da população e muitos são aqueles que vivem na vulnerabilidade para sobreviver.

Setor primário.

A atividade agrícola de subsistência do modo tradicional sem o uso de tecnologia tem-se mostrado ineficiente. A atividade coletiva, entretanto, apoiada pela Agricultura Familiar, pode viabilizar o sustento dos agricultores, pois terra existe em abundância, em uma região onde a água não é fator escasso. O

agronegócio com o uso de alta tecnologia tem grandes possibilidades de crescimento, devido aqui situar-se o maior mercado consumidor do Estado, ser entroncamento rodoviário com acesso fácil para o nordeste oriental e muitos outros Estados. Além do que se localizam em Teresina centros de excelência em pesquisa agropecuária (EMBRAPA e UFPI). Também está em Teresina o maior número e a maior diversidade de técnicos especialistas e os mais estruturados fornecedores de insumos e prestadores de serviços agropecuários. Muitas têm sido as atividades do agronegócio que vem dando certo, na agricultura, na pecuária e na agroindústria.

Setor secundário.

Teresina está longe de ser considerada um polo industrial. Faltam investimentos e uma infraestrutura que estimule a atividade do setor, em especial a energia elétrica. De todo modo, o setor tem razoável participação na formação do PIB municipal, em 2010 era de 18,4% e empregava 16,9% das ocupações formais. É o setor que em média melhor remunera.

Para o crescimento do setor é necessário melhorar a infraestrutura e os investimentos, inserir as universidades no processo com vistas a inovar nas tecnologias, viabilizar a criação de produtos alternativos, capacitar a mão de obra. Teresina, insista-se, tem potencial para ser polo tecnológico. A educação do ensino básico é boa, a diversidade de cursos de nível superior é ampla, o número de mestres e doutores existentes já permite a formação de uma base eficiente para produzir conhecimentos. Existem grandes potencialidades nestas áreas e há tempo para Teresina preparar-se para o futuro. São grandes as possibilidades de exploração de gás e petróleo na região (Piauí/Maranhão), minérios no sul do Estado e se sabe que em torno desta atividade se forma um complexo industrial que dá apoio ao processamento do produto explorado. Teresina pode participar deste processo.

Dos cerrados do sudoeste do Piauí vêm outras possibilidades, como a instalação em Teresina de um parque industrial para o processamento da soja e do milho, passando pela alternativa da formulação de rações. Viabilizada a estrada de ferro do meio norte brasileiro, proposta no Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí – PDES/PI 2050, Teresina será um importante polo alimentador da rede ferroviária de cargas para abastecer o porto de Luís Correia, conforme o previsto no Plano de Desenvolvimento Econômico do Piauí – Agenda 2050. A unidade interior de despacho aduaneiro, chamado de porto seco, planejado para ser instalado em Teresina nos próximos anos (2015/2016), dará um grande estímulo à indústria de Teresina por ampliar as portas para o mercado internacional.

Atualmente a indústria de construção civil e a indústria de transformação (confeções, polo cerâmico, indústria de alimentos e bebidas, setor químico e de artefatos de metal etc.) são as atividades industriais que têm importante participação econômica e na geração de empregos e renda.

A Prefeitura, como forma de atrair novos investimentos, possui leis de incentivos e criou espaços destinados a Polos Industriais, com infraestrutura básica, que são postos à disposição dos empreendedores como estímulo a que instalem suas indústrias. O Governo do Estado administra o Distrito Industrial do Piauí, localizado em Teresina.

Setor terciário.

Tem importante participação na formação do PIB (66,1% em 2011). As atividades de prestação de serviço e o mercado varejista são tradicionalmente os mais importantes setores da vida econômica, social e empregadora de mão de obra da cidade. Em 2011, 17,9% das pessoas empregadas trabalhavam no comércio e 34,4% estavam no setor de prestação de serviços. Não é este, o setor que melhor remunera, mas é o que absorve maior contingente de pessoas com escolaridade média e é menor a exigência em experiência profissional. A atividade comercial para a maioria dos empregados não é uma atividade muito complexa. O setor tem rápida flexibilidade para adaptar-se a novas tendências do mercado.

Pelo modelo urbanístico da cidade, a maior parte das atividades econômicas varejistas se concentra na zona central da cidade, com ligeira tendência de se implantar novos polos econômicos que se vão formando em algumas zonas da cidade. Nestes últimos anos foram frequentes os investimentos que aconteceram na área da saúde, mas os novos e maiores investimentos externos se concentraram no comércio varejista e de prestação de serviços em supermercados, shopping centers, rede de eletrodomésticos e de farmácias, franquias de confeções e gastronomia,

revenda de veículos, distribuição de combustíveis e recentemente a novidade da implantação dos “call centers”.

Políticas diferenciadas devem ser direcionadas para os três grandes grupos de atividade econômica, que exigem tratamentos específicos, como é o caso das grandes empresas varejistas e de prestação de serviços, que tem uma dinâmica própria, financeiramente são independentes, fazem uso de pesquisa e consideram as tendências e potencialidades do mercado regional e nacional. Estes investidores usam critério próprio de seleção dos seus recursos humanos, adquirem seus produtos diretamente dos fabricantes, nos grandes atacadistas nacionais e nos exportadores. Estes empreendimentos, pelos seus tamanhos interferem no espaço urbano e na estrutura comercial dos pequenos negócios, que não têm condições de competitividade em suas áreas de influência. Eles influenciam o mercado, pelo abandono da informalidade, com o modelo de contratação com carteira de trabalho assinada, com todos os direitos trabalhistas assegurados o horário de trabalho por turno.

O outro grupo, das micro e pequenas empresas, estão mais sujeitos às tendências do mercado local, são dependentes das políticas governamentais de crédito, dos programas de preparo de mão de obra, dos programas de incentivos fiscais, da melhoria educacional da população, em especial dos mais jovens. Estes empreendedores, entretanto, são responsáveis por mais de 90% da atividade comercial. Como estão espalhados por toda a cidade, indiretamente dependem da eficiência do transporte coletivo, da iluminação pública e, sobretudo, da garantia da segurança.

Estes micros e pequenos empresários têm papel importante na readequação urbana, na criação descentralizada de polos de atividades econômicas, sociais e culturais.

O terceiro grupo de atividade econômica é representado pelo comércio do centro da cidade, que tem problemática própria e ser enfrentada. As reivindicações são outras. Referem-se à política de tombamento do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade que apresentam restrições à manutenção de edificações tombadas; ao sistema de transportes, com problemas de congestionamento; ao sistema aéreo da fiação da energia elétrica; à arborização, ao embelezamento das praças, dos logradouros públicos em geral e à dinâmica do seu uso. Além disso, é necessário urgentemente conter a poluição do ar, sonora e visual, manter permanente o diálogo entre os gestores públicos e com as atuantes entidades de representatividade dos trabalhadores e empregadores.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Implantação de uma política de inovação tecnológica no processo produtivo e na modernização do gerenciamento dos recursos humanos;	• Levantar as oportunidades ligadas ao desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias, desenvolvimento de software, monitoramento do meio ambiente, indústria, turismo e apoio ao agronegócio; • Ampliar a infraestrutura de telecomunicações por meio de satélite, cabo de fibra ótica ou rádio, de modo a viabilizar o uso de telefone fixo e celular bem como a internet nas zonas urbana e rural;
Promoção de uma política de atração de investimentos produtivos internos e externos.	• Realizar de estudos de identificação de oportunidades de investimentos de produtos importados pelo Piauí para atrair investimentos industriais; • Articular com os protagonistas institucionais e empresariais visando acelerar a implantação de Unidade Teresina de despacho aduaneiro (Porto Seco); • Estimular a criação de novos polos empresariais e avançar na qualificação dos existentes como mecanismo de atração de investimentos; • Criar o Projeto Teresina Criativa por meio da implantação do polo tecnológico, em parceria com instituições públicas, organizações não governamentais e o setor empresarial. • Elaborar perfis (pré-projetos) indicativos das oportunidades de investimentos na agricultura, agroindústria e nos serviços de ponta.

2.1.2- Turismo

Análise da realidade.

Por ser a única capital do nordeste que não está situada no litoral e que não é considerada cidade de registros históricos nacionais, e não está estereotipada de paisagem dotada de “sol & mar”, não se constitui na visão clássica um polo de turismo e lazer regional. Em razão, porém, de sua excelente localização geográfica e ser um polo na prestação de serviços que gera negócios, induz a compras, oferece excelentes serviços em saúde, capta fluxo para educação e possui boa estrutura para eventos, alcançando uma parcela considerável da população de seis estados (o próprio Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Ceará e Pernambuco), excelentes alternativas turísticas e condições de viabilizar atividades de cultura e lazer, passando por sua gastronomia, mediante melhor aproveitamento de seus parques, de suas lagoas e de seus rios.

Origem do turista.

A maior parte dos visitantes de Teresina é oriunda dos estados do nordeste (58,2%), sendo que o Piauí participa com 25,32% do total, vindo em seguida o Ceará (12,4%) e o Maranhão (8,1%). Dentre as outras regiões, se destaca a região sudeste, com 20,7% do total e entre os estados, se sobressai São Paulo. Em relação aos estrangeiros, é muito pequena a participação deles em relação aos turistas que visitam Teresina, pois representa apenas 2,2% do total.

Transporte utilizado pelo turista.

Dentre os transportes adotados pelos turistas que se deslocam para Teresina, os mais utilizados segundo o Relatório de Pesquisa – DEMANDA TURÍSTICA (2013) da Fundação CEPRO são: o transporte aéreo (51,9%) e num segundo plano, o transporte terrestre, através de ônibus de linha (38,5%).

Tempo de permanência do turista.

O tempo médio de permanência do turista em Teresina, é não mais do que o necessário para a realização das tarefas programadas. Aqueles que se hospedam na rede hoteleira convencional passam em média 4,02 dias e os que se hospedam com parentes, amigos ou utilizam outros modos de hospedagem, permanecem 7,46 dias em média.

O Turismo de Eventos em Teresina.

O turismo de eventos em Teresina é importante, uma vez que implica em grande circulação de recursos e ocupação de mão de obra, exercendo um efeito multiplicador considerável na economia. A cidade já possui tradição em realização de grandes eventos, que atraem mais de 5.000 pessoas e alguns chegam a atrair mais de 70.000 visitantes por evento, e que envolve empresas de propaganda, agência de viagens, rede hoteleira e de gastronomia.

Deve-se ainda frisar que o potencial para expandir o turismo de eventos (congressos, convenções, seminários, cursos, feiras, shows musicais, manifestações religiosas, dentre outros) ainda não está totalmente aproveitado, pois dados do Plano Diretor Integrado de Turismo Sustentável, de 2009, revelam que entre as motivações do turista da rede hoteleira, apenas 1,4%, quando se deslocam para Teresina, o fazem motivados por esses encontros.

Para potencializar o turismo de eventos são necessários investimentos na infraestrutura da oferta turística e na rede hoteleira, sobretudo na construção de um novo centro de convenções, com capacidade para acolher todas as atividades e turistas relacionados ao turismo de eventos.

Turismo de saúde em Teresina

O turismo de negócios em saúde detém grande potencial, que precisa ser mais bem trabalhado, pois parte considerável dos usuários de outros estados que procura a rede de consultórios, clínicas e de hospitais

para tratamento, não usufruem com os seus acompanhantes, dos atrativos culturais e de lazer que a cidade oferece, devido a falta de divulgação e de roteiros turísticos mais bem elaborados.

Para dinamizar o Polo de Saúde, mais especificamente no aspecto da hospedagem, o poder público municipal deve ser mais agressivo na oferta de um conjunto de ações de apoio, visando capacitar o pessoal das pensões e pousadas, na receptividade, na prestação de serviços gerais, nas técnicas de preparo de alimentos, de limpeza e higiene e nos procedimentos primários de atendimento a enfermos, bem como, facilitado financiamento através do Banco Popular de Teresina, para reformas e estruturação.

O Turismo de Educação em Teresina em Teresina

No que concerne ao desenvolvimento do turismo de negócios em educação em Teresina, é fundamental a ação do poder público para melhorar a infraestrutura urbana próxima dos complexos educacionais, como pavimentação, iluminação, transporte e segurança. Isto certamente incentivará a iniciativa privada a investir na construção de novas unidades habitacionais para os estudantes e professores, bem como a abertura de restaurantes, lanchonetes e papelarias.

O Turismo de Compras em Teresina

Os deslocamentos de pessoas do interior do Piauí e do Maranhão para realizar compras em Teresina, sobretudo nos seus shoppings centers e redes de supermercados e pequenas lojas populares no centro da cidade, requerem do poder público ações, visando oferecer uma infraestrutura urbana de qualidade, que viabilize o acesso aos meios de transporte e ao sistema de comunicação eletrônica, como a internet e a cobertura de atendimento de celulares, além de segurança pública.

Por outro lado, não se observa regularidade na oferta de passeios internos, com transporte panorâmico adequado à contemplação de visitantes. Falta uma roteirização que contemple não apenas os principais atrativos turísticos, mas também pontos estratégicos de venda de produtos, instalados em fábricas e centros comerciais, além de facilidades para visita às indústrias da região, para estimular o visitante a consumir a oferta de produtos oferecida.

Teresina necessita ter uma política de receptividade turística mais presente, pois existe uma potencialidade a ser mais bem aproveitada. Isso se faz necessário para que os turistas permaneçam mais dias em Teresina e para que essa capital deixe de ser uma simples porta de entrada do visitante com destino ao Delta do Parnaíba, ao Parque Nacional da Serra da Capivara e passagem para o Estado do Maranhão.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Prioridade na diversificação e melhoria da oferta turística para o segmento de lazer;	- Transformar as duas margens do rio Poti, no trecho que se inicia na ponte da Primavera até a floresta fóssil, em dois grandes parques, com forte iluminação, ciclovias e outros equipamentos urbanos (bancos de assento, box para vendas de plantas, flores, artesanato, academia de ginástica, brinquedos infantis); - Melhorar a infraestrutura turística, como centro de recepção e informação turística, maior visibilidade do artesanato local, transporte, restaurante, sinalização turística urbana, - Reestruturar os Parques Ambientais para visita turística e atividades de lazer; - Promover e capacitar recursos humanos para o turismo e sensibilização da sociedade, com ênfase na dimensão hospitalidade; - Implantar o plano de marketing turístico com base em moderno sistema de informações eletrônicas, infraestrutura direcionada, calendário de eventos e roteiros turísticos profissionalizados;

Desenvolvimento do circuito turístico nos rios e lagoas com promoção do turismo náutico	• Implantar infraestrutura de terminais fluviais e equipamentos náuticos como barcos e ou chatas para passeios nos rios com visitas a parques ambientais, shopping, polo cerâmico e cento histórico; • Priorizar o turismo na região do bairro Poti Velho, local de origem da cidade, com a implantação de infraestrutura e equipamentos para eventos nas proximidades do Polo Cerâmico e do Parque Ambiental Encontro dos Rios; • Fomentar a criação de um polo gastronômico especializado em peixes, conforme a tradição das lendas do lugar e a identidade com a grande colônia de pescadores; • Manter ativas as atividades recreativas, esportivas e culturais no Parque Ambiental Lagoas do Norte; • Concluir todas as etapas do Parque da Cidadania, o maior complexo cultural, esportivo e de lazer da cidade, na área da antiga Estação Ferroviária;
Incentivo ao turismo cultural e rural;	• Promover atrativos e roteiros turísticos na zona rural; • Requalificar o Mercado Central de Teresina e incluí-lo no roteiro turístico do centro histórico; • Situar Teresina como centro de atração arqueológica e paleontológica; • Concluir a interligação do terminal ferroviário Governador Alberto Silva com o Shopping da Cidade e o Mercado Central.
Implantação de um espaço de realização de grandes eventos como congressos, convenções e seminários.	• Recuperar a área degradada na confluência das avenidas Boa Esperança e Flávio Furtado, na altura do Parque Ambiental Encontro dos Rios e construir um grande espaço cultural, esportivo e de lazer; • Incentivar a iniciativa privada para que disponibilize grandes áreas para realização de eventos, nas diversas zonas da cidade; • Construir um grande centro de convenções que seja multifuncional e que possa atender à demanda existente;
Inclusão de Teresina nos grandes roteiros das Operadoras Nacionais de Turismo	• Incentivar os agentes de viagens, especializados em Receptivo, a diversificar os seus roteiros e a montar pacotes com preços definidos; • Realizar Workshops com grandes Operadoras nacionais, para apresentar as potencialidades de Teresina e incluí-la em seus tarifários; • Realizar Viagens de Familiarização (Famtours) com operadores nacionais e imprensa especializada, para que conheçam as potencialidades de Teresina.

2.2 - ECONOMIA INFORMAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Análise da realidade.

Não é de agora a existência, nas cidades, da economia informal e mais recentemente da chamada economia solidária na formulação de alternativas que façam frente ao desemprego. Desde a revolução industrial, em virtude da substituição dos artesãos do mercado de trabalho, que os trabalhadores procuram formas alternativas de produzir, vender, trocar e consumir.

Em Teresina, a atividade informal é a maior forma de ocupação de mão de obra e de geração de renda. É uma atividade laboral precária, para a grande massa da população que está próxima da linha de pobreza. Isto é fruto do desemprego tendo em vista que a cidade não tem oferecido vagas de trabalho suficientes. É fato que o mercado a cada dia se torna mais seletivo exigindo escolaridade mínima, qualificação profissional e experiência.

Pesquisa recente do Ministério do Trabalho confirma que os que têm maior escolaridade ocupam maior número de vagas e tem melhores salários e aqueles de menor escolaridade, ocupam os serviços de mais baixa qualificação, com remuneração inferior. Observa-se que 32,4 % dos contratados tem ensino médio, 15,8% tem o ensino médio incompleto e apenas 2,1% são analfabetos, demonstrando a influência da escolaridade na obtenção de emprego formal.

A grande parte dos desempregados que vive à margem do processo de desenvolvimento é o que alimenta o setor informal e a economia solidária. *Segundo o IBGE, em 2011, Teresina tinha formalmente empregados 254.344 pessoas e desocupadas/informalidade 396.724 pessoas. Outro agravante é a restrição à oportunidade aos mais jovens para o emprego formal. Comprovou-se em 2011 que entre os*

17% da população de 15 a 19 anos, apenas 1% estava empregada; e dos 28% da população entre 20 e 29 anos, apenas 17% tinha ocupação formal fixa. Esta situação de vulnerabilidade econômica e social favorece o crime, o trabalho escravo ou a submissão do operário ao trabalho degradante.

A cidade precisa dar um salto qualitativo na formação de seu capital humano para manter um crescimento socialmente sustentável. Em termos de políticas públicas, devem elas potencializar as oportunidades do mercado absorvedoras de mais mão de obra de escolaridade média (comércio e prestação de serviços e até o incipiente turismo), enquanto se viabilizam alternativas, aptidões e perfis diferentes para uma realidade competitiva e tecnificada no futuro.

Se a economia informal é a forma primária de garantir a sobrevivência, ela se caracteriza por ser essencialmente individual, intuitiva, sem planejamento, sem estrutura formal, onde o ganho da coisa vendida ou a remuneração do serviço prestado, é logo transformado em consumo básico, principalmente alimentos. Pipoqueiros, vendedores de sanduíches na rua, verdureiros, ambulantes, borracheiros, guardadores de carros, fabricantes de picolés, engraxates, são alguns exemplos.

Este grupo de pessoas, pelo reduzido volume de produção, não participa do mercado de consumo, não atinge o nível de gerar poupança ou formalizar o empreendimento como empresa, a atividade continua individualizada ou familiar, o comércio é restrito, não existe a formação de estoque.

Na economia solidária seria um passo a mais. O empreendedor comunitário continua muito pequeno, mas de alguma forma se agrupa socialmente (cooperativa, associação, clubes, grupo de pessoas de uma rua, agrupamentos de fiéis de uma igreja etc.), para produzir, comprar insumos, comercializar, dividir tarefas, com o fim de melhorar os ganhos.

Para apoiar este segmento da economia, em Teresina, atualmente atuam aproximadamente 30 órgãos públicos, entidades não governamentais e instituições mantidas pelo setor privado que promovem cursos de capacitação, treinamentos e patrocinam micros financiamentos produtivos.

Com a intenção de viabilizar os pequenos empreendimentos, a Prefeitura, na década de 90, criou o FUNGER (Fundo de Geração de Emprego e Renda), depois transformado em Banco Popular, mantido com recursos próprios do orçamento municipal, que se propôs a financiar o pequeno empreendedor sem acesso às linhas de crédito tradicionais da rede bancária, por falta de garantias e volume de negócios. Financia-se um pequeno valor monetário para a compra de equipamentos simples e custeio mínimo. Constatou-se que a inadimplência foi pequena e a atividade produtiva cresceu na grande maioria dos casos.

Outras instituições de fomento têm atuado na área, como a Agência Piauí Fomento que dá suporte de crédito ao projeto "Trabalho para Todos" e o Banco do Nordeste, que mantém os projetos financiados pelo CredAmigo e Agroamigo. Também o CEAPE –Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos assiste os negócios que se enunciam em sua própria denominação.

Algumas outras iniciativas apoiadas pela Prefeitura têm prosperado: as hortas comunitárias, as lavanderias comunitárias, o polo cerâmico, as centrais de artesanato, os grupos de mulheres que se dedicam ao

bordado, à bijuteria, à confecção de vestuários populares, à gastronomia e culinária popular; os vendedores de plantas ornamentais no Shopping Natureza; os empreendedores fixados nos Shoppings da Cidade, entre outros. Conforme o Serviço Nacional de Economia Solidária, em Teresina atuam 124 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.

Mais recentemente foi criada a SEMEST (Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina) destinada a coordenar e a executar políticas públicas relacionadas à atividade econômica de pequeno porte, associativa e solidária, que já iniciou assistindo aproximadamente 10.000 micros empreendedores, evidenciando que a economia solidária é extremamente importante para Teresina como geradora de ocupação de pessoas, como geradora de renda básica e para a estratégia de desenvolvimento local.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Ampliação das ações institucionais para estimular a economia criativa e solidária;	• Criar o Conselho Municipal de Economia Solidária; • Implantação de assistência técnica para a geração de finanças solidárias; • Facilitar o acesso ao crédito, à capacitação gerencial, e à assistência técnica aos comunitários envolvidos com a economia solidária com vistas à instalação de negócios produtivos e geradores de renda; • Melhorar a produção agrícola, em especial a agricultura familiar; • Criar ou reativação centros de produção e realizar eventos para divulgação e venda de produtos e prestação de serviços; • Estimular empreendimentos intensivos em mão de obra local, com estímulo do acesso ao crédito facilitado do Banco Popular, especialmente nas áreas de artesanato, moda, alimentação, confecções, meios de hospedagem, salão de beleza e turismo receptivo; • Criar o programa "Empresa Fácil" com base nos entendimentos acordados pela Prefeitura com os diversos órgãos públicos, no sentido de reduzir a burocracia, simplificando o processo de abertura e legalização de micro empresas e empreendedores individuais; • Implantar centros de capacitação e ampliar o credenciamento de unidades de treinamento da sociedade, voltadas à capacitação profissional de operários, especialmente no seguimento da construção civil, nos diversos níveis da cadeia de profissionais entre eles mestres de obra, apontadores, pedreiros e auxiliares, bombeiros, eletricitas, marceneiros, pintores; • Estimular a criação de central de comercialização para aquisição de matérias primas para atender a comercialização de produtos gerados por filiados;
Desenvolvimento de modelo de gestão e negócios baseados no bem intelectual que tem foco em atividades com origem no talento e nas habilidades individuais, de conteúdo criativo e valor econômico nos diversos segmentos da economia;	• Capacitar profissionais para formação de instrutores e microempreendedores; • Estimular e apoiar a criação de uma Central de Comercialização de produtos básicos para empreendedores da economia solidária.

2.3 - DESENVOLVIMENTO RURAL

Análise da realidade.

Com o acelerado crescimento urbano, observam-se muitas ocupações desordenadas e falta de empregos. A zona rural de Teresina poderá assumir papel importante na busca do equilíbrio desejado para o processo de desenvolvimento. A população estimada pelo IBGE para o ano de 2013 era de 836.475 habitantes, sendo que a grande maioria continua concentrada na área urbana (94,3%) em uma área de 237 km². A zona rural com 5,7% da população ocupa 83% do território. No entanto, essa expressiva quantidade de área não tem reflexo nos indicadores socioeconômicos. A contribuição do setor agropecuário na formação do PIB municipal é muito pequena, de 0,6% (IBGE-2010), empregando 0,7% da mão de obra e ocupa apenas 4,05% de sua área com produção.

Por outro lado, a zona rural contribui muito pouco para o agravamento dos problemas para a cidade. A população a ser assistida é pequena, já estabilizou o fluxo migratório no sentido campo/cidade, não há ocorrência de latifúndio e atualmente tem poucos conflitos pela ocupação de terras. Conta ainda com recursos hídricos abundantes como os rios Parnaíba e Poti além de ser detentora de um importante lençol freático. Possui muitas terras ociosas ou com baixa atividade econômica. Contraditoriamente, o abastecimento da cidade com produtos hortifrutigranjeiros, é feito por municípios e estados vizinhos, onde há uma tradição e uma cultura empreendedora consolidadas.

Muitos produtores, por falta de alternativas, dedicam-se a produção de subsistência, obtendo baixa remuneração, em função do baixo nível tecnológico empregado nos sistemas de produção ou procuram uma ocupação assalariada de caseiro de sítio ou vigia no povoado ou na periferia da zona urbana. A produção agropecuária para estes produtores de baixa renda se resume a pequenos rebanhos e áreas pouco expressivas cultivadas com culturas agrícolas.

Teresina, apesar de ser dependente da importação de produtos hortifrutigranjeiros provenientes de municípios do interior e de outros estados, tem potencial para se tornar autossuficiente. E mesmo para a exportação de excedentes. A pequena parcela da população rural, por vários fatores, não consegue aproveitar os fartos recursos naturais para produzir alimentos, tanto para a subsistência quanto para o mercado local.

A zona rural passa por profundas mudanças. Se, por um lado, perdeu população em taxas elevadas para a zona urbana, por outra conta com infraestrutura e serviços básicos que se implantaram no decorrer das últimas décadas. Apesar de ainda carente em alguns aspectos, tem razoável cobertura da rede de energia elétrica, água potável de poços tubulares, serviços básicos de educação e saúde e uma ampla rede de estradas, sendo uma pequena parte pavimentada. O setor de agronegócio está baseado nas atividades de criação intensiva de aves, peixes, bovinos de leite, cana de açúcar, flores tropicais, agroindústria de polpas de frutas, processamento industrial de grãos e farinhas. A construção civil é responsável pelos empreendimentos de condomínios residenciais de alto padrão, conjuntos de casas populares e galpões industriais.

O meio rural de Teresina conta ainda com iniciativas ou atividades não agrícolas como postos de combustíveis, restaurantes, lojas de conveniência, clubes sociais, indústrias de transformação, etc., que se constituem em atividades econômicas atuais e mais promissoras demonstrando uma mudança na cultura empreendedora dos teresinenses. Ademais o planejamento da zona rural deve considerar a possibilidade de receber empreendimentos públicos que exercerão grandes mudanças nos seus entornos, alterando significativamente o perfil social, econômico e cultural da região, com é o caso da construção do novo Aeroporto, do Centro de Convenções, da revitalização do Parque de Exposição Agropecuário, dos Polos Industriais, da instalação do Porto Seco, da construção dos novos anéis viários.

Como se vê, é possível aproveitar as oportunidades adormecidas representadas por uma área rural extensa, associada a rios perenes, lençol freático de baixa profundidade, proximidade com mercado consumidor em expansão e poder contar com a melhor estrutura de ensino tecnológico, de instituições de pesquisa e extensão, de estruturas de fomento e a melhor rede de fornecimento de insumos e assistência técnica. Portanto, o foco atual da ocupação ordenada da zona rural de Teresina é encontrar alternativas

de investimentos seja ele agropecuário ou não, que transforme esta região em ambiente atrativo para o surgimento de novos empreendimentos econômicos. E que alavanque o PIB municipal.

Previsivelmente, se não for dado um uso econômico para as áreas rurais, o município corre o risco de continuar experimentando um crescimento horizontal, em que o espaço urbano avançará sobre o espaço rural e uma grande área periférica servirá de zona dormitório, com conhecidas consequências de falta de infraestrutura para as populações mais distantes do centro urbano consolidado. Corre o risco, inclusive, de não conseguir controlar a especulação imobiliária, o que pode dificultar o crescimento da cidade.

Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Analisando as condições da posição estratégica de Teresina como cidade líder da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), tem-se que considerar o nível de influência recíproca existente entre a capital e catorze cidades vizinhas. Estas praticamente dependem de Teresina na medida em que utilizam serviços de saúde, educação, assistência social, comércio, transporte, participam da demanda por emprego e influenciam na mobilidade urbana da cidade. A gestão municipal terá papel indutor do processo de desenvolvimento na região como um todo. Para isso, deve articular ações que envolvam as três esferas do poder (municipal, estadual e federal) em torno de diretrizes que possam proporcionar a exploração de uma ampla lista de oportunidades de integração e investimentos.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Estímulo às agroindústrias familiares rurais e urbanas por meio de capacitações, de projetos de investimento em infraestrutura, equipamentos e estudos de mercado;	- Favorecer as atividades agroindustriais que promovem o aproveitamento da matéria prima local no fabrico de polpa de frutas, cajuína, doces, beneficiamento e empacotamento de grãos, laticínios, processamento de carnes e outros derivados da produção animal e vegetal; - Estimular abatedouros, especialmente de pequenos animais, como forma de apoiar a produção pecuária e a inserção dos produtos nos mercados, inclusive o mercado institucional;
Adoção de políticas de incentivo e outras formas de indução de atividades econômicas dinâmicas na zona rural de Teresina;	- Estudo sobre os locais de grandes obras como o aeroporto de Teresina, porto seco, centro de convenções, polos empresariais, parque de exposição agropecuária, e a construção dos novos anéis viários que terão impacto substancial sobre a ocupação do espaço rural do município; - Desenvolvimento de programa de Turismo Rural com base na demanda reprimida de Teresina; - Estabelecer o zoneamento agroecológico e econômico da zona rural, incluindo-a no Plano de Ordenamento Territorial de Teresina;
Criação leis de incentivo à implantação de complexos agroindustriais na zona rural de Teresina, bem como nos distritos industriais, com o objetivo atrair investimentos, ocupar áreas ociosas, aproveitar mão de obra local e abastecer o mercado regional;	Implantar infraestrutura de apoio à produção agropecuária e unidades de industrialização para aproveitamento da matéria prima local ou regional;

Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para implantação de infraestrutura e de serviços necessários à expansão das atividades econômicas;	• Articular instituições de ensino, pesquisa e inovação tecnológica para criar serviço amplo de assistência técnica aos seguimentos da agricultura familiar e do agronegócio; • Ampliar a pavimentação asfáltica das vias de acesso à zona rural; • Envolver as instituições de ensino e pesquisa como a EMBRAPA e as Universidades na geração de tecnologia agropecuárias e agroindustriais; • Fortalecer a estrutura de planejamento, acompanhamento e integração de Teresina com os 14 municípios que formam a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Promoção da regularização fundiária voltada para a justiça social e o apoio ao desenvolvimento econômico;	• Adotar procedimentos para cadastramento na zona rural e realizar a regularização fundiária;

The background of the entire page is a photograph showing the silhouettes of several people walking on a paved path or bridge. Above them are several tall, black, arched street lamps with spherical light fixtures. The scene is set against a bright, hazy sky at sunset or sunrise, with soft orange and yellow light filtering through the clouds. The overall mood is peaceful and communal.

CIDADE DE DIREITOS

Teresina é uma cidade movida pelo acolhimento e solidariedade a todos que a procuram. Por origem ou escolha. A cidade atrai pelos serviços essenciais à vida que pode oferecer: mais e melhor saúde, educação e assistência social.





EIXO CIDADE DE DIREITOS

SAÚDE: EDUCAÇÃO DO CORPO

Análise da realidade.

À Prefeitura de Teresina cabe a responsabilidade do desenvolvimento de políticas públicas em saúde. Tem como operadores a Secretaria Municipal de Saúde quanto ao planejamento, monitoramento e organização sistêmica; a Fundação Municipal de Saúde, incumbida dos serviços de atenção básica em saúde; e a Fundação Hospitalar de Teresina, que trata da gestão hospitalar. O município foi habilitado para realizar a gestão plena do Sistema Municipal de Saúde em dezembro de 2002.

Ao longo dos anos, Teresina vem consolidando-se como polo regional em saúde atendendo as demandas da capital, bem como às das cidades do interior do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Tocantins. O atendimento abrange desde o serviço básico até serviços complexos, altamente especializados, com diagnósticos por imagem de última geração, cirurgias cardíacas e neurológicas, tratamento do câncer, transplantes de órgãos, etc.

Essa consolidação se deve principalmente à adoção de tecnologias de ponta, pela instalação de equipamentos hospitalares e laboratórios modernos, pela credibilidade dos prestadores de serviços e pela formação de profissionais de nível superior e médio em quase todas as áreas da saúde.

Outro fator que tem contribuído para essa realidade é o aumento da infraestrutura física de atendimento: em 2002 existiam 395 estabelecimentos e em 2014 esse número subiu para 819 estabelecimentos: hospitais de urgência e emergência, pronto socorros, hospitais gerais e especializados, clínicas, laboratórios, centros de atenção psicossocial, centros de saúde, unidades mistas, unidades de pronto atendimento 24 horas, central de marcação de consultas, equipes do Programa Estratégia Saúde da Família, do Programa Agentes Comunitários de Saúde, etc. Em função desta estrutura, também o número de atendimentos básicos de saúde na última década partiu de 277.030 atendimentos anuais em 2000 para 1.811.220 em 2013 (SIAB - 2013), sendo observado, pois, crescimento de 653,79%.

A credibilidade dos serviços de saúde em Teresina tem atraído cada vez mais pessoas de outros Estados. No entanto, os repasses federais do SUS - Sistema Único de Saúde não têm acompanhado essa movimentação, pois esses atendimentos são computados na cota da população teresinense, comprometendo a qualidade dos serviços e as finanças do Município, uma vez que os serviços são realizados aqui, mas a remuneração vai para o estado de origem do paciente, criando forte desequilíbrio financeiro. É necessário que os pactos operacionais e financeiros sejam respeitados e estimulados, sob pena de comprometimento dos serviços de saúde em Teresina.

Outro fator de forte impacto no serviço de saúde, principalmente o de urgência, é o crescente aumento no atendimento de pacientes originários de acidentes com motocicletas. Em 2014, no Hospital de Urgência de Teresina - HUT, 54% do total de atendimentos foi ortopédico, comprometendo todo o sistema de saúde com uma demanda muito acima do previsto.

Um dos mais importantes aspectos que garante a qualidade dos serviços oferecidos e a perspectiva de

que a qualidade destes procedimentos continue em alto nível, são os investimentos na área de educação em saúde, no nível médio e superior, tanto no setor público quanto no setor privado, oferecendo, inclusive, cursos de pós-graduação. A cidade possui quatro faculdades de medicina, sendo duas públicas e duas da iniciativa privada, além de outras faculdades nas mais variadas áreas correlatas saúde, como odontologia, enfermagem, fisioterapia, nutrição, biomedicina.

Apesar dos esforços e avanços alcançados, ainda é necessário trilharem-se novos caminhos, buscando a melhoria contínua no atendimento à população, principalmente na relação servidor da saúde/paciente, e na redução das ocorrências de algumas doenças. Com efeito, em 2013 a situação foi assim retratada: meningite – 130 casos, hanseníase – 397 casos, AIDS – 305 casos, coqueluche – 59 casos, tuberculose 298 – casos, dengue – 2.750 casos. Além dessas, outras duas doenças merecem atenção especial: a diabetes que atinge 5% população; e a obesidade, que, nos homens é 11,3% e, nas mulheres, 14,2%.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Ampliação do acesso da população à rede de atenção básica, mediante qualificação da Estratégia Saúde da Família, atingindo 100% de cobertura populacional;	• Criar e articular as redes de atenção às urgências e emergências e da assistência à mulher gestante; • Atender à demanda por consultas médicas segundo a especialidade, solicitadas pela rede municipal de saúde e por exames laboratoriais e de diagnóstico/terapêutico privilegiando as localidades mais vulneráveis, equipando inclusive os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS para coleta de material; • Estruturar e manter as ações de vigilância epidemiológica, controle de zoonoses, vigilância ambiental e saúde do trabalhador, vigilância sanitária, vigilância de doenças e agravos não transmissíveis; • Implantar equipes de atenção domiciliar, equipes multiprofissionais de apoio e capacitar os agentes comunitários de saúde para realização da busca domiciliar de doenças recorrentes; • Ampliar as equipes de saúde bucal; • Garantir a estrutura física adequada e de mão de obra qualificada para o atendimento de acidentados; • Qualificar o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, na priorização das comunidades carentes, inclusive a zona rural; • Ampliar as equipes do Programa Saúde da Família para atendimento à meta de cobertura de 100% da população;
Qualificação técnica e humanização dos serviços de saúde;	• Adotar atividades de humanização dos serviços públicos de saúde; • Capacitar pessoal, de forma permanente, voltado para o atendimento dos pacientes nos diversos níveis de complexidade;

Estabelecimento de mecanismos de acesso da população aos serviços de atenção integral à saúde da mulher e do homem em todas as suas fases (infância, adolescência, jovens, adultos e terceira idade), com equidade e em tempo adequado;	• Articular ações de atenção à saúde da pessoa jovem junto à Estratégia de Saúde da Família- ESF e ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva, implantando inclusive novos NASFs; • Implantar o Programa Rede Cegonha com equipes e estruturas adequadas para uma atenção especializada; • Implantar leitos psiquiátricos na rede hospitalar municipal; • Implementar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil na Atenção Básica; • Articular ações de segurança alimentar e nutricional; • Implantar o plano de vinculação da gestante aos serviços de saúde com garantia de transporte e passaporte nas maternidades municipais;
Implantação do modelo de gestão por resultados e adoção de instrumentos de execução direta com foco na garantia do acesso a saúde, participação social e financiamento estável;	• Ampliar ações complementares à saúde como academias simplificadas de ginástica nos bairros; ampliar as equipes de Consultório na Rua; estruturar o Programa Saúde na Escola e implantar novos Centros de Apoio Psicossocial; • Implantar links (enlace de dados) com o objetivo de prover serviços de conectividade entre os equipamentos públicos da rede de saúde, bem como à rede mundial de computadores - internet; • Aderir ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção - PMAQ-AB, visando à qualificação da Estratégia Saúde da Família.
Qualificação, ampliação, construção e implantação de infraestrutura e serviços especializados de média e alta complexidade;	• Transformar o HUT em hospital especializado em cirurgias de traumas de urgências ortopédicas, neurológicas, vascular arterial, pediátricas, plástica e buco-maxilar e cirurgia geral; • Ampliar os hospitais Satélite, Promorar, Mariano Gaioso, Parque Piauí, Matadouro e Dirceu nas suas capacidades de atendimento clínico e cirúrgico; • Dotar de UTI neonatal a maternidade Wall Ferraz e os hospitais do Dirceu Arcoverde II, Promorar e do Buenos Aires; • Implantar em cada região da cidade, Centrais de Atendimento Médico Ambulatorial e Central de Atendimento Médico Especializado com funcionamento até a meia noite para atender pacientes de patologias de baixa e média complexidade; • Criar um Centro Unificado de Diagnóstico por Imagem com emissão de laudos informatizados em tempo real; • Implantar o Programa de Internação Domiciliar para atender os pacientes que tenham impossibilidades de locomoção e que possam receber acompanhamento e tratamento fora do âmbito hospitalar; • Implantar Unidades Básicas de Saúde - UBS visando atender 100% da população; • A FMS e STRANS, mapear a cidade para identificação de locais e tipos de ocorrências e acidentes traumáticos. • Implantar Unidade de Pronto Atendimento - UPA nas diversas regiões da cidade

1.2. EDUCAÇÃO: CIDADANIA E TRABALHO

Análise da realidade.

Mais que atingir a universalidade quantitativa de atendimento de educandos, a rede municipal de ensino deve buscar alcançar patamares sempre mais elevados de qualidade. O momento histórico em que se vive, caracterizado pela tecnologia da informação e pela economia globalizada, em que o nível de competitividade se eleva, exigindo melhoria na educação, sugere que esta, além de possibilitar a formação do cidadão e da sociabilidade das pessoas, prepare-as para a vida profissional.

O ensino será considerado a partir de uma análise da educação infantil (que atende crianças de 0 a 3 anos em creches, e de 4 a 6 anos na pré-escola), da educação fundamental, de nível médio, profissionalizante e de nível superior.

Educação Infantil.

Tendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) assumido a educação infantil a partir de 2006, quando até então estava sob a responsabilidade da SEMCAD – *Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente*, que realizava convênios com instituições filantrópicas e associações comunitárias para prestar o atendimento em creche e na pré-escola – a Prefeitura de Teresina passou a assumir parte considerável desta modalidade de educação, tendo em 2013, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), matriculado 25.573 alunos, o equivalente a 70,38% do total de 36.331, que inclui a parte da iniciativa privada, com 10.758 alunos matriculados.

Um dos principais problemas neste nível de ensino é o insuficiente atendimento às crianças na faixa de idade ente 0 a 3 anos, cuja quantidade de matrículas efetuadas na rede municipal de ensino em 2013 beneficiou 10.422 alunos, quantidade essa abaixo do universo total de crianças daquela faixa etária em Teresina, que são assistidas por 152 Centros Municipais de Educação Infantil- CMEIs.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº. 13.005, aprovado em 25 de julho de 2014, na Meta 1, estabelece que até 2016 as matrículas da Educação Infantil na pré-escola (criança de 4 a 5 anos) deverão ser universalizadas. Estabelece ainda que a oferta de Educação Infantil em creches (crianças de até 3 anos) deverá atingir, até a vigência do PNE (em 20 aos), 50% da demanda dessa população. O atendimento das crianças de 4 a 5 anos está praticamente universalizado em 2015.

As dificuldades da Prefeitura para ampliar o atendimento em creches, não se restringem aos custos de construção de prédio para o adequado funcionamento dos CEMEIs, mas principalmente pelo elevado custo de sua manutenção. Para se ter uma referência do custo da Educação Infantil, o estudo orientado pelo professor Luís Carlos Sales da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2012, revela que o custo aluno/ano médio efetivo da Educação infantil foi de R\$ 2.535,23. Esse custo ficou acima do valor aluno/ano que o município de Teresina recebeu em média do Fundeb (R\$ 1.753,88) para manter a Educação Infantil em sua rede pública. Portanto, o insuficiente valor aluno/ano recebido do Fundeb e o elevado custo da educação infantil dão uma dimensão da dificuldade que representa universalizar esta etapa da Educação Básica antes do prazo estabelecido pela Meta 1 do PNE.

Ensino Fundamental.

A elevada posição de Teresina no IFDM (Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011, entre as capitais do nordeste, deve-se muito a seu bom desempenho no Ensino fundamental – inclusive obtendo na década passada grande conquista que foi a universalização da oferta de vagas neste tipo de educação na rede municipal de ensino – posicionando-se em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2005, mantendo essa posição nos biênios seguintes: 2007, 2009, 2011 e 2015.

Esse bom desempenho, obtido pela Prefeitura Municipal de Teresina, não só vem acontecendo em relação às capitais do nordeste, mas também em relação às demais capitais brasileiras. Tal desempenho deve-se a três ações bem desenvolvidas ao longo dos anos: a) Formação continuada de professores e de gestores; b) Monitoramento e gerenciamento de metas; c) Avaliação diagnóstica. Também é importante mencionar

como fator de melhoria do nível de aprendizagem a elevada participação dos 3.598 professores da rede municipal de ensino, com graduação plena (94,25%), sendo que 20,54% deles são especialistas.

Em relação aos problemas identificados na rede municipal de ensino, um deles está relacionado com a inexperiência de alguns diretores, agravada pelo relaxamento da exigência de curso de especialização em Gestão Escolar para quem vai ocupar o cargo de diretor. Para minimizar o referido problema, atualmente a capacitação destes gestores é feita concomitante a atividade de direção.

Outro problema do ensino fundamental é que preocupa os técnicos da SEMEC, está relacionado com os índices de alfabetização, os quais não atingem 100% dos alunos que concluem o 3º ano do Ensino Fundamental. Os alunos que não conseguem ser alfabetizados na idade certa são candidatos em potencial para evadir-se da escola, ou, na melhor das hipóteses, acumular repetências.

Deve-se ainda destacar como problemas que afetam as escolas da rede municipal de ensino fundamental fatores extraescolares como o pouco engajamento da família na vida escolar do filho e a fatores relacionados com o uso de drogas bem como à violência, que tem gerado situação de insegurança nas escolas de um modo geral.

Ensino Médio(6º. Ao 9º. Anos)

Conforme o Censo Escolar de 2013, o desempenho dos alunos da rede estadual de ensino médio detém as menores taxas de reprovação em comparação com os alunos das outras capitais do nordeste, especialmente na rede estadual de ensino, Teresina ocupa o segundo lugar, juntamente com João Pessoa. As taxas de evasão no ensino público, entretanto, são altas.

Segundo os técnicos da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí (SEDUC), essa elevada taxa de evasão no ensino médio se deve fundamentalmente a uma situação de desmotivação por parte dos alunos – sobretudo aqueles do turno noturno – e a oportunidade de obter uma atividade remunerada para ajudar na renda familiar.

Quanto à qualidade do ensino, a situação nas avaliações do MEC é considerada boa. No Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) várias escolas teresinenses, em anos seguidos, foram classificadas como as melhores do Brasil. E pela avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico) as escolas em Teresina destacaram-se nos primeiros lugares entre as capitais nordestinas.

Ensino profissionalizante.

Esta é uma das áreas mais carentes de preparo do jovem e do trabalhador para o mercado de trabalho. Há forte demanda reprimida por mais e melhor educação profissional. A oferta de oportunidades de capacitação tem crescido tanto na esfera do poder público, nas entidades que fazem parte do “sistema S” (SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE, SENAT), como nas entidades não governamentais e pela iniciativa privada.

No ano de 2013, participaram de qualificação 45.461 alunos em apenas cinco entidades: Centros Estaduais de Educação Profissional, Fundação Wall Ferraz, SENAC e SENAI. Entretanto, estas disponibilidades não têm sido suficientes para suprir o mercado e muitas especialidades consideradas mais complexas ainda não são atendidas.

Do programa federal de estímulo ao ensino profissionalizante, o PRONATEC, recentemente lançado, se espera que proporcione grandes impulsos na área de ensino e capacitação profissional.

No ensino formal se destaca o *IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí* nos níveis médio, por ser a instituição mais estruturada e que oferece o melhor nível de educação nos seus diversificados cursos de maior duração. O governo do Estado, embora de forma tímida, oferece cursos profissionalizantes na sua rede de ensino de nível médio, nas unidades do PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino e outros centros profissionalizantes. A Prefeitura e as instituições não governamentais do sistema S e ONGs promovem eventos de capacitação de curta duração.

Educação de Nível Superior.

Teresina tem-se constituído nos últimos anos em polo de educação superior nesta região do meio norte do Brasil. Fato constatado se deve ao número de faculdades criadas e à diversidade dos cursos oferecidos, tendo elevado as matrículas no período de 2000 a 2010 em 334,96%. A posição geográfica de Teresina tem favorecido, pois está a cidade localizada no interior, sendo mais fácil o acesso pela proximidade e por dispor de melhor estrutura socioeconômica e cultural capaz de oferecer melhores condições de conforto e oportunidades. O maior número de unidades de curso superior é administrado pelo setor privado, mas a cidade abriga três grandes universidades públicas (Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia) que oferecem dezenas de cursos, sendo que muitos deles, nas avaliações de rendimento escolar, colocam-se entre os melhores do nordeste. O conjunto destas instituições de ensino superior oferece aproximadamente 265 cursos nos níveis de bacharelado, de licenciatura, tecnológico e sequencial, além dos cursos na modalidade à distância.

Educação na zona rural.

Foi na zona rural, nestas duas últimas décadas, onde ocorreram as maiores mudanças estruturais do ensino infantil e ensino médio. Isto ocorreu basicamente pelo abandono das estruturas improvisadas das antigas creches por prédios edificadas em alvenaria. No ensino médio, a maior mudança ocorreu pela desativação das pequenas escolas de uma ou duas salas com um ou dois professores que ministravam aulas simultâneas para turmas de series diferentes. A construção de novas escolas, amplas, com muitas salas de aula, refeitório, cozinha, laboratórios e biblioteca com um grupo de professores de variadas disciplinas, melhoraram em muito do grau de aprendizagem e trouxe mais conforto aos professores. As crianças e os professores passaram a ser transportados por ônibus para as escolas polos. O serviço de transporte, entretanto, não atende plenamente. Os ônibus não são confortáveis e nem pontuais. Quanto aos alunos do ensino fundamental, residentes na zona rural, mas que estudam na zona urbana, estes reclamam que, quando retornam à noite para suas casas, correm o risco de assaltos nas estradas sem iluminação. Outra dificuldade observada na zona rural é a tendência de diminuição do número de matrículas no ensino fundamental em algumas regiões em razão da diminuição da população residente e do menor número de filhos entre os casais mais novos.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Adoção do tempo integral para a educação infantil, fundamental e do nível médio na esfera pública;	• Ampliar os espaços físicos construídos para possibilitar novas atividades nas escolas de tempo integral de Teresina; • Diversificar as atividades desenvolvidas no âmbito das escolas, com inclusão daquelas relacionadas com a cultura, arte e o esporte; • Adotar prática pedagógica que busque o equilíbrio entre a transmissão dos conteúdos e a construção do conhecimento; • Implementar novas tecnologias digitais, inclusive a internet, no cotidiano da escola, como forma de apoio à gestão da educação; • Implantar equipes multiprofissionais nas escolas em vista o atendimento integral: professor, psicólogo, assistente social e sociólogo; • Estimular a realização de eventos culturais e pedagógicos, tais como olimpíadas de conhecimento, feiras de ciência, concursos, oficinas de artes, reuniões literárias, festivais de vídeos e documentários e campeonatos esportivos.

Adoção do critério de mérito para a escolha dos diretores das escolas da rede municipal e estadual de ensino;	- Exigir especialização em gestão escolar como condição para o candidato pleitear ao cargo de diretor, através da escolha direta da comunidade escolar; - Fortalecer os conselhos escolares.
Valorização do professor, do pedagogo e de todos aqueles envolvidos na missão de educar, garantindo uma formação contínua, boa condição de trabalho e remuneração salarial digna, correspondente ao bom desempenho e a boa qualidade do ensino;	- Criar a “Cidade do Professor”, ampliando as funções do centro de formação Odilon Nunes no que tange a missão de capacitação, assistência e apoio aos professores; - Garantir o cumprimento integral da lei nº 11.738/2008 (lei do piso), que trata do salário e do horário pedagógico; - Construir Escola de Referência com modelo pedagógico inovador;
Garantia e aperfeiçoamento do processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais nas classes regulares;	Promover a adaptação arquitetônica específica e formação em serviço para os professores que atuam com esse alunado em parceria com entidades especializadas da sociedade civil;
Articulação de parcerias para promover o acesso de jovens e adultos à educação geral e educação profissional, com ênfase no mercado de trabalho;	Ampliação da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, tendo em vista o mercado de trabalho;
Universalização do acesso à educação pré-escolar e ao ensino infantil;	- Implantar o Programa Primeira Infância sem Pobreza que visa atender as crianças de 0 a 3 anos, garantindo os serviços de saúde, educação e assistência; - Universalização do acesso das crianças à educação infantil;
Garantir o acesso a educação de nível superior	- Estimular a implantação de faculdades pública e particulares. - Fomentar a diversificação de áreas do conhecimento, priorizando as áreas estratégicas para o desenvolvimento de Teresina. - Apoiar os cursos de especialização e pós-graduação em função das necessidades e potencialidade do mercado de trabalho

1.3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL- CUIDADOS E ATENÇÃO A QUEM PRECISA

Análise da realidade.

Um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento, como o Brasil, é a vulnerabilidade social de grande faixa da população. Em Teresina, observa-se que muitos benefícios ou direitos do cidadão não têm chegado às comunidades, apesar dos avanços observados. De todo modo, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – ano de 2013, em Teresina – que é de 0,751, situa-se entre muito elevados, segundo critérios do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou seja, é superior ao do Brasil: 0,744, no mesmo ano.

A ação da Política de Assistência Social é complexa, multidisciplinar, de atuação transversal, mas que possui a especificidade de garantir as seguranças de acolhida, de rendimento, de convívio e de proteção a riscos circunstanciais aos indivíduos e famílias vulneráveis e/ou em situação de risco do município. Para tal, as ações da Assistência Social acontecem de forma articulada com as outras políticas públicas, como a Saúde, a Educação, Trabalho e Renda e Qualificação Profissional.

A gestão das ações da Política de Assistência Social se realiza através de um conjunto de ações integrada às políticas setoriais de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições

para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Lei 8.742/93).

Em Teresina, segundo os dados do IBGE, cerca de 64.255 famílias vivem em situação pobreza no município, com renda per capita inferior a R\$ 140,00. Este contexto social tem exposto esta parcela da população às diversas expressões da questão social que demandam investimento e intervenção da política de assistência social: a violência contra as crianças e adolescentes; mulheres, pessoa com deficiência e idosos, além da discriminação etária, étnica, de gênero e sexista.

A gestão dos serviços sociosassistenciais em Teresina teve nova dinâmica a partir de 2005, quando foi instituído o SUAS – Sistema Único da Assistência Social, descentralizado e participativo que articula e dá unidade às ações de assistência social. É um novo modelo de gestão pressupondo nova lógica de organização das ações: por níveis de complexidade, por território, considerando suas regiões e articulando aquelas de diferentes naturezas.

Em Teresina, a gestão dos serviços socioassistenciais está a cargo da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS). Em nível estadual a coordenação é exercida pela Secretaria Estadual da Assistência Social e Cidadania (SASC), que coordena o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que tem como objetivo desenvolver a proteção social para as famílias que necessitam de atendimento no âmbito da política de assistência social básica e especial, de caráter preventivo ou de caráter reparador para com aquele de maior vulnerabilidade pessoal ou coletiva. Cabe ainda ressaltar e destacar a participação popular a partir dos conselhos de políticas públicas e setoriais vinculados a SEMTCAS: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos.

Combate à pobreza.

Ainda é significativo o número de pessoas que vivem em Teresina abaixo da linha de pobreza. Esta faixa da população tem contado com a salvaguarda das redes de proteção social, formada por organizações governamentais e não governamentais.

A existência de programas de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família (PBF), que hoje beneficia cerca de 70 mil pessoas na capital; com o pagamento de um salário mínimo ao trabalhador rural quando da sua aposentadoria (FUNRURAL); o Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) com um pagamento de um salário a pessoas idosas com mais de 65 anos e deficientes com uma renda per capita familiar inferior a 25% do salário mínimo; a aposentadoria mínima de um salário pela Previdência Social (INSS); o Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família (PAIF) apoiados pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e o CRDH (Centros de Referência em Direitos Humanos), na obtenção de remédios de uso contínuo, conforme a renda familiar; da prioridade de atendimento nas redes de prestação de serviços na saúde, na educação e em outros serviços públicos, além da gratuidade nos transportes coletivos para os idosos carentes e aqueles com deficiências físicas e mentais; fortalecem e dão grande amplitude às práticas sócio - assistenciais.

Outras contribuições dizem respeito à capacitação desse público visando melhoria de renda, os efeitos do aumento do poder aquisitivo pela remuneração do trabalho laboral e o aumento da oferta de emprego, que indiretamente contribuem para a diminuição da pobreza extrema.

O Índice de Exclusão Social (IES) em Teresina, em 2010, era estimado em 23,1% para um valor médio de 42% no Estado. (o que mede esse índice?) O número de inscritos no Cadastro Único da Previdência Social em 2012 era de 115.074 famílias.

A Secretaria Municipal do Trabalho Cidadania e Assistência Social oferta serviços de proteção social básica por meio dos 17 Centros de Referência de Assistência Social de Teresina situados em áreas de maior vulnerabilidade social e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pelos Centros de Convivência. E no governo do Estado temos a ação da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania, com o apoio da Secretaria Estadual para a Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo.

Violação dos direitos.

Até pouco tempo, Teresina não tinha notícia do grande número de abusos contra crianças e adolescentes, idosos, segmento LGBT, mulheres, entre outros. Nos últimos anos, os registros de agressão têm aumentado. Observam-se casos de submissão ao trabalho precoce, ao abuso e exploração sexual de adolescentes, à exposição frequente desses segmentos a agressões físicas e psicológicas. Muitas famílias registram presença de alcoolismo, drogadição e não oferecem alimentação suficiente para a manutenção e desenvolvimento destas crianças e adolescentes. Teresina começa também a vivenciar os crimes que fazem uso das redes eletrônicas de comunicação (internet), onde a pornografia com crianças é exposta e pedófilos se escondem no anonimato para cooptar crianças e adolescentes para os seus desvios de comportamento social. Nestes casos, as famílias têm papel importante pela possibilidade de orientarem e acompanharem os seus filhos nesta situação de vulnerabilidade.

A população de Teresina também está envelhecendo, seguindo a tendência nacional. Os números do Censo do IBGE de 2010 mostram que, atualmente a população idosa, com 60 anos ou mais é de 69.122 pessoas. É um fator novo na sociedade que necessita dos serviços de assistência social. Por terem sua mobilidade reduzida em função da idade, necessitam de equipamentos e acesso construtivos que lhe permitam facilidades e segurança na locomoção. Preconiza-se que, por terem uma vida de progressiva redução da atividade física e intelectual, sejam-lhes oferecidos serviços que estimulem sua convivência e sociabilidade. Este grupo de pessoas está sujeito pela sua vulnerabilidade pessoal a agressões, sejam elas físicas, psicológicas, de exploração laboral e ou também financeira. Outro aspecto a destacar é que o Piauí é o terceiro Estado brasileiro com maior população de pessoas com deficiência. Ao todo, 106.301 teresinenses possuem algum tipo de deficiência de acordo com o censo 2010 do IBGE. Teresina está entre as primeiras capitais do nordeste, com um percentual de 26%. Mas poucas iniciativas têm sido realizadas para atender este público.

O maior número de pessoas com deficiência é aquele que apresenta diferentes graus de dificuldade visual, aproximadamente 170.000 pessoas. A sociedade organizada tem-se posicionado e entidades públicas têm, mesmo que lentamente, realizado obras facilitadoras da vida destas pessoas, com rampas, faixas orientativas, coletivos para atendimento domiciliar, adaptação de ônibus para facilitar a acessibilidade, os direitos preferenciais de assentos nos coletivos e em salas de eventos culturais, preferências no atendimento de serviços públicos, vagas nas empresas e órgãos públicos com forma de inseri-los no trabalho, acesso à educação e a cultura visando facilitar a inclusão social.

Assim, unidades socioassistenciais, gerenciadas pela SEMCTAS, como os 04 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atendem indivíduos e famílias e situação de violação de direitos, 01 Centro de Referência Especializado para População de Rua, 01 Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência, 01 Casa de Passagem para acolhimento provisório para adultos e famílias, 01 Casa de Acolhimento para Crianças e 01 Casa de Acolhimento para adolescentes do sexo masculino têm sido salvaguardas na proteção aos indivíduos vítimas das violações de direitos.

Vulnerabilidade das mulheres e discriminação de gênero.

Ainda se flagram em nossa sociedade traços arraigados de machismo. As mulheres com frequência têm sido vítimas das mais variadas formas de violência, como a psicológica, a física e a sexual. Muitos são os ataques de parceiros, familiares, vizinhos, patrões que muitas vezes as exploram e as agridem sexualmente. Além disso, sofrem com a remuneração diferenciada no mercado de trabalho, com a discriminação social e, na representatividade política, são preteridas. Outro ponto a destacar é que a opção sexual de homens e mulheres tem sido razão de muitos preconceitos na sociedade teresinense. Tem sido comum aqueles que não respeitam o direito individual de cada um ter a sua preferência sexual, o que provoca conflitos que às vezes chegam ao nível de humilhações, desmoralização social, perseguições no ambiente de trabalho, agressões físicas e até mesmo ações violentas que levam a óbitos.

Em defesa das mulheres, existem estruturas governamentais, como a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM), a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMCTAS) a Secretaria Municipal de Saúde. Na estrutura estadual, a Secretaria de Segurança Pública dispõe das Delegacias da Mulher, na Defensoria Pública tem o Núcleo de Defesa da Mulher e a Secretaria Assistência Social e Cidadania, além de contar com organizações da sociedade que as protegem. Ademais, assinala-se de passagem que as mulheres se garantem um mínimo de espaço na representação política (30% do número de vagas por partido ou coligação) .

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Desenvolvimento de políticas sociais para o atendimento integral dos jovens e famílias em situação de risco pessoal e social, das pessoas que apresentam necessidades especiais, como os idosos, os desempregados e as vítimas de violência e discriminação;	- Realizar mapeamento para identificação de maiores índices de dependentes químicos e fazer trabalho social de recuperação e de prevenção; - Realização de atendimento aos idosos e pessoas com deficiência física através do Benefício de Prestação Continuada; - Criar Centro de Referência para idosos carentes e em situação de abandono, visando à prestação de serviços de assistência médica e psicológica, e atividades de convívio social, lazer, culturais e esportivos; - Criar o Programa “Cidade Eficiente” para inclusão social com atividades produtivas e que garantam a igualdade de oportunidades aos portadores de necessidades especiais; - Fortalecer o Conselho das Pessoas com Deficiência e a humanização do atendimento da rede de proteção; - Direcionamento das políticas transformadoras e compensatórias para o público alvo prioritário, que são as famílias em situação de indigência e pobreza;
Garantia da oferta de serviços de Proteção Social Especial de baixa e média complexidade a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos violados ou ameaçados;	- Inclusão das famílias no Cadastro Único - CadÚnico - da assistência social nos programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho; - Implantar serviços especializados nos CREAS, visando assistir a mulher vítima de violência doméstica; - Implementar ações que promovam a mulher em situação de vulnerabilidade na sua autonomia econômica e financeira com orientação na capacitação e no apoio às atividades empreendedoras, no envolvimento associativo e na atividade da economia solidária; - Implantar programas terapêuticos e educativos em meio aberto ou fechado para os dependentes químicos;
Integração das ações de educação, saúde e ação social e, particularmente, articulação entre os CRAS;	Articular com os diversos órgãos públicos a condução do Programa 1ª Infância sem Pobreza, garantindo sua integração com os demais programas de transferência condicional de renda do Governo Federal;
Garantia da segurança alimentar e nutricional por meio de programas de alimentação, transferência de renda e a inclusão produtiva;	- Ampliar acesso às oportunidades de trabalho e emprego por meio de ações de inclusão produtiva e ensino técnico nos meios urbano e rural; - Capacitar, qualificar e requalificar a população acima de 18 anos com baixa ou nenhuma qualificação profissional, e formar rede de parcerias para encaminhamento ao mercado de trabalho e incentivo ao primeiro emprego; - Criar o Fundo Especial de Desenvolvimento Social (FUNDES) com a finalidade de financiar atividades de promoção social e produtiva.
Gerenciamento das ações sociais tendo como eixo a centralidade da família;	Garantir o direito das crianças/adolescentes à convivência familiar e fortalecimento de vínculos priorizando a atenção à educação e o apoio sócio familiar;

Ampliação do envolvimento da sociedade civil com as políticas sociais, sob a diretriz de gestão compartilhada, fortalecendo os conselhos, entidades filantrópicas, empresas, ONGs	• Fortalecer as políticas de proteção e promoção para idosos, crianças e adolescentes, e pessoas com deficiência; • Incluir as associações comunitárias como espaços de socialização, envolvendo-os na rede sócio assistencial criada pelos CRAS; • Fortalecer os diversos conselhos ligados com a rede de proteção social;
Implantação de políticas que garantam a todos os cidadãos o direito do pensamento livre, da igualdade de gênero e a garantia de iguais oportunidades de acesso à educação, a saúde, a cultura e o lazer.	• Implantar e ampliar os Centros de Referência de Direitos Humanos (CRDH) com a devida estruturação de equipes multiprofissionais como forma de garantir e prestar assistência as vítimas da violação dos direitos humanos.





CIDADE CRIATIVA

*É preciso garantir a integridade
das pessoas, das instituições, e a
preservação daquilo que foi construído,
a identidade e a imagem teresinense.*



EIXO CIDADE CRIATIVA

4.1- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO: PASSADO E PRESENTE, FUNDANDO O FUTURO.

Análise da realidade

Centro Histórico: O maior patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental da cidade encontra-se no seu centro, que tem como limites os mesmos contornos previstos na planta original, proposta pelo presidente da Província Antônio Saraiva e o mestre de obra João Isidoro Franca. A oeste limita-se com a atual avenida Maranhão, ao norte com a rua Desembargador Freitas, a leste pela rua 24 de Janeiro e a sul pela rua Olavo Bilac.

No decorrer dos anos, o centro sofreu muitas mudanças e elas se processaram quase espontaneamente. Cresceu a densidade populacional, a movimentação da atividade comercial e o número de veículos, surgindo os congestionamentos. A partir dos anos 80 e 90 do século XX começa a ocorrer esvaziamento residencial no centro, de onde os mais jovens migraram para outras regiões e muitos imóveis passaram a ser ocupados por pequenos estabelecimentos comerciais, além de escritórios de prestação de serviços e consultórios e laboratórios na área da saúde. Hoje, em função da falta de interesse dos antigos proprietários ou herdeiros e pelas restrições do uso e em razão de estarem situados em uma área de preservação do patrimônio arquitetônico e histórico, muitos imóveis estão fechados, abandonados ou clandestinamente destruídos para servir de estacionamento de carros.

Na década de 90 os problemas de ordem estrutural se agravaram. As ruas estreitas e quadras pequenas não suportam a crescente mobilização de pessoas e veículos. Os vendedores ambulantes ocupavam as ruas em maior quantidade. Praças ficaram abandonadas e degradadas. Começa a insegurança das pessoas e a violência torna-se marcante no centro histórico e comercial.

Outras atividades comerciais acompanham a tendência de esvaziamento e ela é seletiva. Algumas delas são atingidas pela chegada dos shoppings centers, que oferecem mais conforto e permitem maior variedade de produtos em um só lugar e por isso atraem pessoas de maior poder aquisitivo. O comércio de alimentos, basicamente feito por mercearias e açougues, foram substituídas por estruturas modernas de supermercados e por bem equipadas redes de unidades mercantis pertencentes a grandes grupos do setor.

O setor saúde também foi atingido: clínicas, laboratórios e consultórios estão migrando para outras regiões da cidade, especialmente a zona Leste, onde mora grande parte do cliente potencial. O polo de saúde, localizado no centro expandido, sobrecarregado, continuou muito ativo. Na região do Grande Dirceu começa a criação de novo polo de saúde, de baixa e média complexidade de serviços, na procura de desvinculação com o centro de Teresina.

Na década de 2000 novos problemas surgem quanto à preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade. Afloram os conflitos de interesses. Empresários reclamam dos rigores da lei ambiental quanto a preservação do patrimônio edificado e do controle da poluição sonora e visual nos diversos modos de divulgação de atividades mercantis.

A cidade provinciana de décadas passadas passa a conviver com situações de risco, no novo perfil de cidade

de porte médio. Os casos de violência aumentam; adolescentes nas ruas usam drogas e cometem delitos. A prostituição na área central deixa de ser rara e surgem denúncias de exploração de menores; casas vazias e abandonadas passam a ser abrigo desta faixa marginal da cidade. Acompanhando a tendência, o trânsito torna-se caótico e a mobilidade das pessoas fica comprometida.

A partir da década de 60 o poder público reage com as primeiras interferências. Entre as décadas de 60 a 80 foram elaborados três planos diretores da cidade. Em 1997 a Prefeitura, com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), realiza um grande evento com ativa participação da sociedade, o Fórum de Revitalização do Centro que, com maior profundidade, identificou e discutiu os problemas. O Plano Estratégico de Teresina - Agenda 2015, implantado em 2002, deu atenção à requalificação do centro e a preservação do seu patrimônio histórico.

No aspecto urbanístico a grande expectativa é que trânsito melhore; o problema de vagas de estacionamento seja resolvido; os veículos emitam menos substâncias poluentes, as paradas de ônibus tenham um melhor visual e sejam mais confortáveis. A cidade espera melhor iluminação pública, em especial nas fachadas dos prédios públicos e nos monumentos. Que as calçadas sejam recuperadas, que tenham acessibilidade e que sejam criados mais calçadões com forma de atender melhor o transeunte. Que as pichações e as depredações do patrimônio da cidade impliquem em punições rigorosas aos autores. Que o turismo histórico seja apoiado como forma de valorização do patrimônio existente e que sejam incentivados a pesquisa, os estudos e a publicação de obras que registrem a história, a riqueza patrimonial das edificações, os valores das obras edificadas, dos costumes, das festas, dos seus personagens e da importância da expressão das artes e da cultura.

Várias instituições estão diretamente envolvidas na conservação e proteção da memória da cidade e dos seus principais símbolos. No âmbito federal, a principal instituição é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo estado responde a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC) e a cargo do município, o responsável é a Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMH).

Para preservar, conservar e dar uma utilização ao patrimônio da cidade é preciso haver educação e conscientização da sociedade. A preservação e a proteção do patrimônio histórico não se realizam por força de uma atitude discricionária governamental. Para a preservação ser constante e duradoura é preciso a ação conjunta da comunidade e do poder público constituído.

Temos belas praças, bonitos prédios e edificações que no passado tiveram papel importante na vida da cidade, além de ruas e residências que pelo seu valor arquitetônico contam uma parte da história. Portanto, é necessário mantê-la viva e os personagens que dela participaram tenham lugar na memória. Muitos prédios que foram símbolos do passado e que pertencem ao poder público carecem de uma iluminação especial, melhor tratamento de suas fachadas. Quanto às edificações de pequeno porte, que no passado eram residências e lojas pertencentes a particulares, estão mal conservadas, abandonadas à espera que o tempo as destrua de vez. Iniciando nos quintais e no interior das casas antigas, a destruição começa até atingir as fachadas fragilizadas e com ela destruindo a memória, para dar lugar a estacionamentos precários.

O IPHAN, de forma preventiva, tem definido zonas de importância para a preservação, onde é exigida autorização previa da Prefeitura para reformas e demolições, independentemente de o imóvel ser ou não tombado. Neste sentido são constantes os conflitos entre o interesse empresarial e a missão das organizações públicas de zelar pelo bem coletivo da sociedade. Fora os conflitos de interesse, casas antigas são abandonadas ou utilizadas para estacionamentos.

A autoridade de agente público deve ser preservada, o diálogo com os diversos setores da sociedade deve ser mantido, assim como devem ser constantes os investimentos em campanhas educativas para que a identidade da cidade seja resguardada.

Que o turismo histórico seja apoiado como forma de valorização do patrimônio cidade e que seja incentivado a pesquisa, os estudos e a publicação de obras que registrem a história, a riqueza patrimonial das edificações, dos costumes, das festas, dos seus personagens e da importância da expressão das artes e da cultura.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Desenvolvimento de políticas voltadas para promoção da arte e cultura;	• Realizar o inventário do patrimônio histórico, turístico, cultural e ambiental;
Requalificação da área central da cidade, tornando-a agradável e segura;	• Construir calçadas, embelezar as praças, recuperar e iluminar os prédios e monumentos, sinalizar as vias públicas, promover apresentações artísticas de rua e manter os jardins.
Fomento à cultura, com a criação de ambientes estruturados e estímulo às pessoas para o aproveitamento destes ambientes;	• Implantar casas de promoção cultural comunitárias abrigando as artes cênicas, plásticas, audiovisuais e o artesanato, bem como a história urbana, rural e das comunidades ribeirinhas; • Interiorizar as mais diferentes formas de promoção da cultura nas escolas; • Construir bibliotecas comunitárias com inclusão digital; • Conceder à iniciativa privada incentivos à recuperação e manutenção de edificações e espaços públicos que sejam importantes para a história da cidade; • Estimular a parceria público-privada como forma de adoção de espaços públicos na área central com a promoção de eventos de música, dança, teatro e atividades de lazer nas praças e passeios públicos;

4.2 - CULTURA

Análise da realidade.

A cultura tem forte interface com a educação, o esporte, o lazer, o turismo e o meio ambiente. E se revela a partir das expressões estéticas de uma comunidade, dos hábitos, costumes e tradições que a diferenciam de outras, identificando-a. Cultura não se resume a arte. Para além da arte alcança o jeito de ser, de viver e de se expressar. Portanto, ao produzir sentidos, não se firma em conceitos restritos, mas amplos.

Teresina nas últimas décadas, mudou muito. Vários investimentos foram realizados na sua infraestrutura urbana e produtiva; diversos financiamentos apoiaram atividades culturais; observou-se o envolvimento de empresários e entidades da sociedade civil nos movimentos artísticos. Neste período foi construído pela Prefeitura o Teatro João Paulo II e reformado e ampliado o Teatro do Boi. O Governo do Estado reformou o Teatro 4 de Setembro e a Assembleia Legislativa e a Universidade Federal do Piauí ganharam teatros. Foi criado pela municipalidade o Museu de Artes Sacras Dom Paulo Libório e o Estado reformou o Museu do Piauí.

Ocorreram outras mudanças importantes: o antigo Mercado do Cajueiro foi requalificado e tornou-se o Palácio da Música; o histórico prédio da Justiça Federal transformou-se na Casa da Cidadania e abriga a biblioteca municipal Abdias Neves, um museu de artes sacras em madeira, sedia o Conselho Municipal de Cultura e um auditório de uso múltiplo para cinema, teatro e conferências. O Clube dos Diários, que faz parte do Complexo Cultural Praça Pedro II, gerido pelo Estado, instalou a Sala Torquato Neto para eventos e pocket shows e o salão de bailes transformou-se em espaço para galeria de artes e os mais variados eventos.

A sociedade civil organizada e empreendedores privados têm tomado iniciativas e feito investimentos na construção de auditórios, centros de convenções de médio porte e grandes espaços ao ar livre para shows. Artistas, intelectuais e ONGs ligadas às artes mantiveram ateliês, estúdios e promovem “vernissage” e exposição de esculturas e fotografias.

Existe uma potencialidade latente para atividades culturais em Teresina: artistas, estrutura básica, público interessado em comparecer a eventos artísticos e culturais. Entretanto, para que as iniciativas se efetivem,

é necessário que se concebam propostas relevantes e viáveis, melhor nível de organização da categoria de artistas e que haja entrosamento e espírito empreendedor dos operadores da cultura na cidade. Em tese, existem recursos para o financiamento de atividades e empreendimentos culturais. O projeto de incentivo cultural do Governo do Estado (Lei Petrônio Portela) está momentaneamente parado. A Lei A. Tito Filho, que ampara propostas de artistas, artesãos e intelectuais teresinenses, tem as atividades limitadas à disponibilidade de recursos. Entretanto fica claro que os empresários piauienses ainda temem o mecanismo de renúncia fiscal e se ausentam do financiamento de projetos.

Nas das artes cênicas, as experiências com teatro têm sido pequenas, talvez pelo alto custo de produção. Pesa também o longo tempo de ensaios e a falta de tradição do teresinense com as artes teatrais. A escola de teatro Gomes Campos está desativada. Já a dança clássica, apesar de oferecer poucos espetáculos, tem tido uma grande desenvoltura nas suas apresentações com bom comparecimento de público. O ensino da dança é prática bem disseminada, onde não só os governos municipal e estadual mantêm escola de formação, como o setor privado forma anualmente dezenas de jovens dançarinos.

A procura pela literatura tem crescido muito nos últimos tempos. Apesar de ter diferentes alternativas de financiamento, o ponto fraco da produção literária está na comercialização dos livros produzidos, função do pouco hábito de leitura. O mais comum meio de publicação de livros tem sido o autofinanciamento, pelas dificuldades de acesso aos incentivos fiscais governamentais, apesar de todas as leis de incentivo à cultura contemplarem a literatura.

A música é entre as demais artes aquela que oferece maiores oportunidades. A atividade musical de um modo geral vive sem apoio governamental direto. Apenas algumas propostas solicitam financiamento para shows musicais e muitas são voltadas para a gravação de CDs. A grande maioria dos artistas e bandas se profissionaliza em boates, restaurantes, clubes e festas familiares. Para um nível mais alto de estudos e apresentações musicais existe a escola de música da Universidade Federal do Piauí e a Orquestra Sinfônica de Teresina, mantida com o apoio da Prefeitura de Teresina. A orquestra atrai grande número de simpatizantes e recebe constantes convites para apresentações em outros municípios e estados brasileiros. Para os iniciantes, a Prefeitura mantém o Projeto Chapadão, que descobre valores e cria oportunidades para a apresentação de novos compositores, instrumentistas e interpretes. O Festival Nordeste dos Violeiros mantém viva a mais popular das músicas, a música de viola. Os corais têm sido atrativos para muitos grupos de pessoas nas mais variadas idades.

Nas artes plásticas, a maior expressão está na pintura e muitos são os artistas que vivem de sua produção. Muitos pintores teresinenses têm projeção nacional. A arte plástica popular se mantém viva pelo poder criativo dos artesãos que tiram do barro (argila) e da madeira bruta das árvores a sua arte. Os artistas piauienses que se dedicam ao artesanato ganham destaque com a região do Poti Velho, onde está o maior centro de produção e comercialização de peças. Os artesãos de arte santeira em madeira fazem diferença na arte teresinense, pois conquistaram o reconhecimento ao seu trabalho. Peças aqui produzidas estão expostas em muitos países.

Assim como em tempos passados, há uma tendência da sociedade em priorizar ou dar magnitude à cultura erudita: balé, música clássica, teatro, artes plásticas. Mas existe outra cultura pouco vista ou pouco reconhecida, que são expressões culturais com raízes locais. É a cultura do homem simples, com fortes ligações sociais com a origem, com os costumes, com o meio ambiente. Destaca-se o artesanato, a gastronomia, a música interiorana.

A gastronomia tem fortes ligações com o ambiente, por usar a criatividade e a disponibilidade de recursos locais, ter grande identidade com os costumes da comunidade, mas mesmo assim não é percebida por muitos, como cultura.

Já o artesanato é outra expressão da cultura local: mãos hábeis, pouco influenciadas por técnicas mais modernas, dão aos materiais expressão artística, usando a criatividade e habilidade naturais. É o caso do uso do barro, de pedras, de sementes, de linhas, de fibras, galhos e troncos de árvores.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Desenvolvimento de políticas voltadas para o fortalecimento do patrimônio material e imaterial e da identidade cultural teresinense;	- Realizar parcerias público-privadas para equipar as estruturas de apoio às artes e a cultura e criar circuitos de apresentações culturais; - Efetivar o registro das manifestações culturais existentes nas comunidades, estimular tais manifestações e divulgar calendário de eventos populares; - Apoiar e fomentar as manifestações artísticas e culturais populares como forma de preservar a identidade da cidade;
Integração da cultura, turismo, educação, esporte e meio ambiente, fortalecendo o calendário anual de atividades permanentes de eventos;	- Promover a cultura a partir da realização de festivais, encontros, mostras, feiras e concursos e realizar pesquisas e estudos de interesse coletivo; - Apoiar grupos existentes ligados às tradições e a memória da cidade como os voltados à dança, ao folclore, ao artesanato, a gastronomia, as lendas; - Criar o Plano Editorial de Teresina (PET) para a publicação de livros e revistas voltados à arte e cultura;
Criação de estruturas edificadas e oferta de financiamento para a realização de atividades ligadas às artes e a cultura;	- Criar o Museu das Artes de Teresina - Criar o Museu Popular da Arte Santeira - Implantar e desenvolver o Museu da Imagem e do Som de Teresina - Criar a Estação Ciência; - Criar 10 Casas de Cultura ou Complexos Culturais, prioritariamente nos entornos das estações de integração de transportes; - Elevar substancialmente os recursos de financiamento à cultura administrados pelo Conselho Municipal de Cultura através da Lei A. Tito Filho, de forma a dar maior abrangência à produção cultural teresinense, compatível com sua vigor criativo; - Reformular e ampliar as ações da gerência de patrimônio cultural da Fundação Cultural Monsenhor Chaves - Fortalecer e ampliar as atividades da Rádio FM Cultura de Teresina, vinculada à Secretaria Municipal de Comunicação, como importante veículo de divulgação e do fomento da cultura, das artes, da memória de Teresina e da consciência da cidadania como direito do cidadão.

4. 3 – ESPORTE: MENTE E CORPO EM HARMONIA

Análise da realidade.

Mais do que nunca, generalizou-se a consciência de que as atividades esportivas, em qualquer idade, são práticas com reflexos significativos na educação e na saúde, podendo contribuir para a superação de problemas sociais.

As atividades esportivas tem grande importância econômica, não sendo impróprio afirmar a existência de uma economia do esporte diante de toda a cadeia produtiva envolvida: salários de uma gama de profissionais e auxiliares, equipamentos sofisticados, acessórios e roupas especiais, alimentos nutritivos, produtos farmacológicos e instalações apropriadas.

Concorda-se com que o esporte é grande atrativo turístico, conforme se observou na recente Copa do Mundo realizada no Brasil. Procede a constatação de que a prática esportiva aproxima os homens, fomenta a solidariedade, o espírito de equipe e se constitui em ótimo instrumento de ressocialização do cidadão, principalmente em função da violência e do consumo de drogas.

A iniciativa de oferecer o esporte para todos é compromisso envolvente de toda sociedade, cabendo, primordialmente, ao poder público garantir as condições mínimas de infraestrutura para que estas práticas se realizem.

Esporte escolar.

A participação da sociedade se faz de várias formas e uma delas é o esporte escolar, que está diretamente vinculado à educação dos jovens no que diz respeito a sua formação cognitiva e motora. É nesta época que começam a ser descobertos talentos do esporte. Em Teresina, tanto as escolas públicas como as escolas privadas estimulam a prática do esporte e incentivam a participação dos alunos nos jogos escolares.

A consciência da contribuição que o esporte oferece só veio a merecer maior atenção não mais que duas décadas atrás. Atualmente, a maioria das escolas, não só as particulares com as públicas estão desenvolvendo programas de apoio aos particulares como as públicas, está desenvolvendo programas de apoio aos esportes, com um maior número de professores de educação física de formação universitária, com a oferta de equipamentos e materiais esportivos apropriados e principalmente com instalações adequadas. A realização das Olimpíadas Estudantis tem sido incentivo à adesão a prática de outros esportes, fora o tradicional futebol de campo.

Esporte amador.

Existem hoje várias opções para a realização do esporte amador, em especial o futebol e futsal em escolas, clubes sociais, em praças de muitos bairros e, recentemente, em quadras privadas para aluguel. Entretanto muitos reclamam que estas atividades se concentram em um número reduzido de tipos de esporte e a atividade é realizada mais com o fim de lazer.

Para a realização de um esporte mais organizado surgiram 18 federações de diferentes modalidades de esporte amador. Conta-se com a colaboração de dezenas de associações esportivas. No campo governamental, duas entidades são responsáveis pela política desportiva: em nível municipal, a SEMEL (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer) e estadual, a FUNDESPI (Fundação de Esportes do Piauí). Conta ainda a cidade com as arenas de futebol Albertão e Lindolfo Monteiro e diversos ginásios de entidades particulares, municipais e estaduais, com destaque para o Ginásio de Esportes Verdão e ginásios das universidades públicas. Além da disponibilidade de mais de uma centena de quadras de esporte em escolas, praças, clubes sociais e entidades recreativas de times de futebol. Em muitas vias públicas existem pistas de corrida e ciclovias, embora em pequena quantidade. A cidade possui três escolas de nível superior de formação em educação física.

Muitas são as reclamações no sentido de que falta uma política desportiva com o fim de aproveitar as estruturas existentes, capazes de, uma vez utilizadas, sensibilizar e conscientizar todos para a importância da prática esportiva. Somente assim será possível carrear investimentos para fomentar eventos de competição e intercâmbio, além de financiar e patrocinar atletas, conjuntos e seleções de maior potencial de desempenho.

Esporte universitário.

É comum a prática continuada do esporte no âmbito universitário por estar concentrado nestas instituições um maior volume de conhecimento sobre técnicas e avaliação da potencialidade dos atletas para a prática esportiva. Teresina por ser polo de ensino universitário tem potencialidade em oferecer um melhor desempenho esportivo. Entretanto, são poucas as faculdades que investem em esportes.

Esporte de resultado.

De forma espontânea, sem que haja uma política dirigida à formação de atletas com alto rendimento esportivo, nos últimos dez anos a atividade tem trazido para Teresina muitas vitórias. Tal se deve, em parte, ao patrocínio e ao estímulo de familiares e de clubes esportivos, principalmente nos esportes

individuais, onde se tem observado bons resultados no tênis de quadra, no atletismo, no karatê, na natação e especialmente no Judô, que se torna a cada dia um polo de excelência motivado por conquistas nacionais e internacionais, como as de Sarah Menezes.

Recentemente, tem havido ênfase na promoção de modalidades esportivas de formação coletiva, em que existe pouca tradição. Por exemplo, tem merecido destaque e estão sendo muito praticados o handebol e o badminton. Equipes teresinenses já conquistaram vitórias em competições nacionais e internacionais.

A formação saudável dos jovens passa pela prática esportiva. O treinamento dos atletas começa nas escolas, onde os valores são descobertos e as primeiras atenções são oferecidas.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Oferecimento de infraestrutura adequada de esporte nas diversas modalidades para diferentes comunidades;	• Aproveitar as estruturas físicas existentes e construir novas para a prática das diversas modalidades esportivas tendo em vista a universalização da sua prática; • Formar parcerias entre a Prefeitura, federações e clubes amadores objetivando a cessão de espaços ociosos para a prática de esportes; • Ampliar o número de academias populares em áreas públicas equipadas com aparelhos modernos e com acompanhamento de educador físico; • Agregar as estruturas esportivas concentradas no entorno do bairro Matinha, pertencentes ao Governo do Estado (Ginásio Verdão e estruturas esportivas do Instituto de Educação Antonino Freire), ao governo municipal (Estádio Lindolfo Monteiro, quadras esportivas, pistas de atletismo), da UESPI (ginásio de esporte, pista de atletismo, centro de formação esportiva, faculdade de Educação Física), da Sociedade Social Iate Clube (ginásio de esporte, campo de futebol, piscina olímpica, estrutura náutica) e transformá-las por parcerias, no Complexo Polivalente de Esportes de Teresina, com forma de contribuir para tornar Teresina um Polo de Referência Esportiva, regional, • Incentivar a utilização dos rios para pratica de esportes náuticos, com competições esportivas, eventos culturais e artísticos; • Construir junto com o Governo Federal a Vila Olímpica de Teresina; • Instalar na SEMEL o Departamento de Apoio aos Esportes Paraolímpicos.
Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões;	• Ampliar a oferta de modalidades esportivas nos jogos comunitários no município, incluindo atividades para pessoas com necessidades especiais e da terceira idade; • Promover o fomento e a massificação do esporte comunitário, estudantil e universitário; • Implantar escolinhas comunitárias de fomento ao esporte e lazer para crianças e jovens;
Promoção da excelência no esporte, apoiando, por exemplo, atletas na prática de esporte de alto rendimento;	• Implantar e modernizar centros de excelência para a prática do esporte de alto rendimento; • Implantar pista de bicicross bmx.

4.4 – SEGURANÇA PÚBLICA

Análise da realidade.

A Segurança Pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. É dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. Manter a segurança da população em níveis aceitáveis, não tem sido tarefa fácil para gestores públicos nos três níveis de governo. Mesmo com um número significativo de iniciativas e das estruturas governamentais e da sociedade civil, elas não são suficientes para impedir a crescente sensação de insegurança da população.

O entendimento e o enfrentamento da violência são extremamente complexos. De um lado, há a influência de fatores sociais e econômicos. De outro, a omissão do estado em ausentar-se de suas responsabilidades e a impunidade daqueles que praticam crimes. Desagregação familiar, uso de drogas, desemprego, exclusão social são algumas das faces assumidas pela violência a confundir causa e efeito.

A violência também pode ter causa na pedagogia educacional, que não forma as pessoas para a vida em sociedade. Parte dos jovens tem atribuído “o vencer na vida”, através e ganhar mais dinheiro, como a face única de sua razão de estudar.

O certo é que toda essa cadeia de causas e efeitos, individualmente ou coletivamente observados, pode ser corrigida: na ação conjunta, na ação social, na participação da educação, no uso de força repressiva e disciplinar dos órgãos de segurança, no planejamento estratégico da máquina pública.

Analisando fatos, cria-se a convicção de que a violência é crescente em todas as regiões e em todas as classes sociais, especialmente nos maiores aglomerados urbanos. As estatísticas confirmam essa tendência. Teresina é a segunda capital menos violenta do Brasil, ficando atrás somente de Florianópolis. Entretanto, se percebe que a violência se apresenta nas mais diversas modalidades de desrespeito humano: a violência contra crianças, adolescentes, idosos, mulheres, homossexuais. E não só na agressão material, mas também na exploração sexual e financeira, na discriminação preconceituosa e confiscatória dos rendimentos do trabalho.

O poder público tem reagido a essas diversas formas de violência. Promoveu a criação de delegacias especializadas para o atendimento às crianças, às mulheres e aos idosos; fortaleceu os Conselhos Tutelares; investiu na integração das políticas entre educação, saúde, justiça e assistência social, dentre muitas outras ações no sentido de minimizar a violência.

A estrutura de segurança pública, em tese, não é ruim. Reúne instituições estaduais e federais. Teresina é a sede e abriga a quase totalidade dos efetivos das polícias estaduais: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Judiciária, Polícia Científica (Instituto de Medicina Legal, de Identificação e de Criminalística), Polícia Rodoviária Estadual, DETRAN, Corpo de Bombeiros e das unidades de polícias ditas especiais (RONE – Grupo de Enfrentamento do Crime Organizado, o GRECO – Grupo de Repressão ao Crime Organizado) e outras instituições. Teresina ainda abriga polícias de âmbito federal, que conferem melhor possibilidade de interação institucional das diversas polícias: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, INTERPOL. A cidade não possui guarda municipal.

A violência e os acidentes de trânsito têm-se tornado mais frequentes na pacata Teresina. Triplicou na última década. A situação caótica em alguns horários e o aumento na quantidade de motos, o estresse dos condutores de veículos provocam de forma crescente acidentes de prejuízo material e causam ferimentos e mortes. São muitos os conflitos. Alguns deles até por razões banais tendem a ser mais agressivos e frequentes. Em 2012, 30% dos acidentes com morte ocorreram em decorrência de acidentes no trânsito, assim como mais de 50% dos atendimentos ortopédicos com traumatismos graves, no Hospital de Urgência.

As escolas, local de esperança em educar as gerações futuras, tem ultimamente sofrido abordagens deletérias externas, oriundas principalmente dos traficantes aliciadores de jovens. E internamente há violência entre alunos. O respeito ao professor é desconsiderado por muitos. Frequentemente os conflitos entre estudantes sobre “diferenças” a serem passadas a limpo, tem sido comum “resolvê-las” por via de agressões físicas. A reanálise da metodologia pedagógica para convívio com uma geração com valores morais e disciplina em processo de mudança tem sido tentada. Segundo os gestores da SEMEC/PMT, são

muitas as causas que levam crianças, adolescentes e jovens a ingressar no mundo da violência. A violência sexual, por exemplo, acontece no próprio ambiente ou entre conhecidos, na maioria dos casos.

Quanto à defesa externa das escolas, tem sido feito uso de vigilantes terceirizados ou militares nos locais mais difíceis. Segurança privada e uso de sinalizadores e câmaras têm por vezes sido alternativas adotadas para prevenir furtos de equipamentos eletrônicos e bens das escolas.

A modalidade de crime mais ameaçadora já começa a chegar a Teresina: é o chamado “crime organizado”. Devido à repressão de outras cidades, estas organizações criminosas estão em processo de expansão e aqui realizam assaltos mais requintados, como assaltos a bancos e a caixas eletrônicos, realizam sequestros e praticam assaltos com armas de grosso calibre. A superlotação dos presídios e a lentidão da justiça têm sido problemas constantes.

O crescimento da violência em Teresina e, sobretudo as mortes por homicídio, refletem o aprofundamento da violência estrutural. Atribuem-se como causas desse tipo de comportamento:

- A disseminação das drogas;
- O crescimento da desigualdade socioeconômica;
- Os baixos salários e renda familiar que leva à perda do poder aquisitivo;
- Ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população em relação à saúde, educação, moradia e segurança;
- Priorização do desenvolvimento econômico em detrimento do social com sacrifício para população e maior ônus para os pobres;
- Intenso apelo ao consumo, conflitando com o empobrecimento do país.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Participação na promoção de estratégias integradas de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas no Piauí, em particular em Teresina;	• Articular com as instâncias de poder responsáveis pela segurança para o reforço no policiamento e no aparelhamento do sistema de segurança; • Dedicar atenção especial em relação à violência contra crianças, idosos e mulheres; • Envolver a população nas soluções dos problemas de segurança pública nas suas comunidades.
Adoção de política de assistência social por meio da Proteção Social voltada para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social;	• Atender famílias em situações de riscos e vulnerabilidades sociais para potencializar direitos e, desta forma, realizar os atendimentos e os encaminhamentos; • Realizar ações de promoção, proteção, defesa de direitos e articulação institucional e interinstitucional, visando prevenir e enfrentar a violência, bem como o uso e tráfico de drogas;
Articulação junto às diversas instâncias de governo um modelo de gestão de segurança pública que contemple a inserção do município como agente ativo do processo de segurança;	• Realizar ações preventivas com base em estratégia intersetorial (educação, saúde e assistência social) e conselhos tutelares; • Implantar Plano Municipal de Políticas sobre Drogas, com a garantia de recursos para a sua operacionalização e garantia de funcionamento do Conselho Municipal de Política sobre Drogas; • Efetivar a Guarda Municipal.



GOVERNANÇA EFICIENTE

*Dirigir a cidade para o bem e a excelência,
em busca do futuro que nos é de direito,
cuidando daquilo que é de todos
em respeito a cada um.*





EIXO GOVERNANÇA EFICIENTE

Análise da realidade.

Na Agenda 2030, a governança pública ocupa lugar especial no planejamento das ações, tendo em vista alcançar maior eficácia e eficiência na aplicação dos recursos públicos. São elementos imprescindíveis à governança: a participação da população; a ação integrada sistêmica entre os órgãos integrantes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Teresina.

Uma das ações de governança praticadas pela Prefeitura Municipal que tem contribuído muito para a melhor alocação dos investimentos públicos é o Orçamento Popular, onde a população através de seus entes representativos, especialmente as associações de bairros, escolhe de forma democrática as obras que devem ser feitas em cada comunidade. Transformada em política pública de Estado, o Orçamento Popular de Teresina foi instituído no ano de 1997.

Importante ação de governança tem sido a criação de órgãos de ação descentralizada, visando maior proximidade com a população, facilitando o acesso e para conhecer melhor seus problemas e planejar as ações. Entre estes, vale destacar as Superintendências de Desenvolvimento Urbano – SDUs, implantadas em 2002, que estão localizadas nas quatro zonas da cidade (Centro-norte, sul, sudeste e leste) e a Superintendência de Desenvolvimento Rural – SDR cuja área de atuação é a extensa zona rural do município.

Em 2013 houve também mais uma descentralização operacional: o setor saúde foi desmembrado em três vertentes: a manutenção da Fundação Municipal de Saúde para coordenar a atenção básica; a criação da Secretaria Municipal de Saúde para orientar e articular a política em saúde; e a Fundação Hospitalar de Teresina para fazer a gestão dos hospitais. Com isso, se pode conferir mais eficiência e eficácia a duas grandes diretrizes de políticas públicas, inerentes à saúde, antes subordinadas a um mesmo órgão: as ações preventivas e as ações curativas.

A criação da Ouvidoria Geral em 2002 foi outro importante passo do poder público para melhorar sua governança, no que concerne mais especificamente ao aspecto do controle social de suas ações, buscando escutar a população, possibilitando-lhe tirar dúvidas, fazer reclamações, denunciar, elogiar e apresentar sugestões relativas à gestão municipal. A Ouvidoria, como é de sua natureza, propicia a vocalização de postulações das comunidades.

Outros mecanismos relevantes de controle social criados foram os 28 Conselhos Municipais como forma de participação ampliada do cidadão, mediante acompanhamento das políticas públicas. Dentre eles destacam-se: o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Contribuinte, Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Transporte Público, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A transparência das ações tem sido também importante mecanismo de governança da Prefeitura de Teresina, que divulga sua prestação de contas para um público que extrapola os órgãos de fiscalização (Câmara de Vereadores e Tribunal de Contas do Estado), mediante criação do portal da transparência.



Além disso, observa-se na prestação de serviços a existência de entraves burocráticos, que impossibilitam maior rapidez no atendimento ao público, prolongando por “tempo indeterminado” a conclusão dos processos licitatórios e a expedição de determinados documentos, como alvarás, licença de funcionamento, concessão de habite-se. Tais entraves dificultam, por exemplo, a abertura de empresas e início de obras de construção por parte da iniciativa privada. A crescente integração entre os órgãos é um caminho a ser perseguido para evitar o paralelismo das ações, causa de desperdício de recursos humanos, técnicos, financeiros e operacionais.

O QUE FAZER E COMO FAZER

Diretrizes	Ações
Criação de um colegiado sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Município para integrar as ações das diversas secretarias e órgãos municipais;	• Institucionalizar o Conselho Consultivo da Agenda 2030 e dotá-lo dos meios necessários para acompanhar e promover a implantação dos programas projetos e atividades indicadas; • Criar o regimento de funcionamento do colegiado de integração das ações e dos órgãos municipais;
Mais transparência, participação e controle social.	• Criar estações digitais e capacitar a população para o acesso à Internet; • Capacitar os representantes da sociedade civil para atuar nos conselhos comunitários, tornando-os atores coadjuvantes na busca da eficiência/eficácia administrativa e desenvolvimento sustentável; • Apoiar todas as formas de participação popular como as associações, grupos, conselhos comunitários; • Fortalecer o Portal da Transparência; • Manter e ampliar as ações do Orçamento Popular;
Desenvolvimento e políticas de promoção do servidor público municipal tendo como principal critério o mérito de desempenho.	• Criar a Central de Atendimento ao Servidor; • Construir o Centro de Formação do Servidor Municipal. • Implantar o Programa de Modernização de Gestão Administrativa.

RESUMO QUANTITATIVO DE DIRETRIZES E AÇÕES.

Eixo Cidade Sustentável | 05 estratégias | 29 diretrizes | 101 ações

Saneamento básico | 15 diretrizes | 39 ações |

Habitação e situação fundiária | 02 diretrizes | 09 ações

Infraestrutura urbana | 04 diretrizes | 08 ações

Mobilidade urbana e transporte | 04 diretrizes | 33 ações

Meio ambiente | 04 diretrizes | 12 ações

Eixo Cidade de Oportunidades | 03 estratégias | 27 diretrizes | 49 ações

Desenvolvimento econômico e turismo | 07 diretrizes | 27 ações

Economia informal e economia solidária | 02 diretrizes | 11 ações

Desenvolvimento rural | 05 diretrizes | 11 ações

Eixo Cidade de Direitos | 03 estratégias | 19 diretrizes | 67 ações

Saúde | 05 diretrizes | 28 ações

Educação | 07 diretrizes | 18 ações

Assistência Social | 07 diretrizes | 19 ações

Eixo Cidade Criativa | 04 estratégias | 15 diretrizes | 41 ações

Patrimônio histórico, arquitetônico e cultural | 03 diretrizes | 07 ações

Cultura | 03 diretrizes | 14 ações

Esporte | 03 diretrizes | 12 ações

Segurança pública | 03 diretrizes | 08 ações

Eixo Governança Eficiente | 03 diretrizes | 10 ações



A photograph of a tree-lined walkway. The path is paved and leads into the distance. On the right side, there are wooden benches and a tall white lamp post with a black dome-shaped light fixture. The trees are lush green and their branches overhang the path, creating a canopy effect. The lighting is bright, suggesting a sunny day.

PROGRAMAS ESPECIAIS



CAPÍTULO IV PROGRAMAS ESPECIAIS

Os programas aqui desenhados tem a especial característica de promoverem grande impacto urbano, econômico e social, que exigirão ação integrada de vários órgãos públicos, situados nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) e entidades da sociedade civil organizada.

1. PROGRAMA ZONAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

As metrópoles brasileiras passam por período de grande instabilidade ao buscar redefinir um novo modelo de ocupação urbana onde haja uma convivência homem/espço seja sustentável. O desenho tradicional de cidades onde as atividades econômicas, sociais e culturais eram concentradas se exauriu.

Atualmente busca-se uma forma de convivência que atenda com presteza as necessidades da comunidade, garanta-se às pessoas um mínimo de estabilidade econômica, que se respeite o meio ambiente e que se proporcione conforto e bem estar à maioria. Esta utopia começa na descentralização das mais importantes atividades da sociedade, sejam elas econômicas, sociais, culturais, esportivas ou de lazer, como forma de melhor atender as pessoas que moram, trabalham e convivem em diferentes comunidades. A integração entre as comunidades nesta nova política urbana forma novas zonas de atividade econômica, otimiza potencialidades regionais, cria novos mercados consumidores, altera o fluxo da mobilidade, cria empregos e reduz o tempo dos deslocamentos no sentido casa-emprego-casa. A formação destas zonas de desenvolvimento deve contar com os serviços governamentais básicos, tornando-os mais próximos das comunidades para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, este novo desenho urbano torna-se necessário, na medida em que descentraliza os serviços, adensa a habitação, facilita o acesso aos serviços e ao emprego, melhora a mobilidade e otimiza os recursos em investimentos urbanos.

Teresina, na reformulação do seu Plano Diretor de Transporte Público, Mobilidade Urbana e Transito, planejou em sua primeira etapa, oito terminais de integração de transporte, estrategicamente localizados. Estas plataformas foram planejadas de modo a integrar linhas de ônibus coletivos (linhas radiais, circulares e diametrais) permitem, de modo mais rápido e barato, que as pessoas se desloquem da melhor maneira. Estes pontos contribuem positivamente para a política de transporte e têm uma potencialidade muito maior de participação no desenvolvimento sustentado da cidade.

O programa “Zonas de Desenvolvimento Sustentável – ZDS” é uma forma de agrupar esforços e atividades multifuncionais e fazer uso das potencialidades das ações governamentais no sentido de oferecer oportunidades e conforto para todos.

As Zonas de Desenvolvimento Sustentável compreendem área situada num raio de aproximadamente 1,5 km, onde em um tempo máximo de trinta minutos partindo da plataforma de integração de transporte, as pessoas possam alcançar, usando coletivo ou um veículo não motorizado, como a bicicleta, unidades de prestação de serviço público municipal, estadual e federal bem como ao emprego, ao comercio e ao lazer.

No tocante à infraestrutura e serviços urbanos nestas zonas de desenvolvimento prevê-se, numa primeira fase, o atendimento de 100% dos serviços de coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, abastecimento

d'água, correios e serviços bancários por meio de agências ou correspondentes credenciados. Também será assegurada a prestação de serviços públicos, com acesso de pelo menos duas unidades de educação, saúde, segurança, assistência social, meio ambiente, cultura e de esporte e de lazer. A etapa seguinte consta da ampliação das ZDS, onde está previsto a instalação de mais oito áreas em torno de novas estações de integração de transporte, distribuídas nas quatro regiões da cidade.

2. PROGRAMA COMUNIDADE ATRAENTE

Trata-se de conjunto de intervenções abrangentes e coordenadas pela Prefeitura para melhorar as condições de habitação e urbanidade de locais em situação de alta vulnerabilidade social, transformando-as em local onde a população possa viver com dignidade, trabalhar, realizar suas tarefas cotidianas e ter oportunidades de lazer.

O foco é a reestruturação das comunidades existentes e dos espaços que ocupam, oferecendo serviços de construção, reforma e remanejamento das habitações existentes em áreas insalubres e de risco, realização de arruamento e calçamentos, oferta da educação básica, assistência à saúde, abastecimento de água domiciliar, iluminação pública, coleta de lixo, criação de praças e áreas para a prática de esporte e lazer além da facilidade de acesso ao transporte coletivo.

A transformação do espaço urbano e da melhoria da qualidade de vida das pessoas virá da implantação da infraestrutura básica e do atendimento da assistência social que se complementam com o fomento as atividades produtivas, qualificação da mão de obra, do apoio ao empreendedorismo e integração comunitária com estímulo ao associativismo. Atenção especial deve ser dada à eliminação das áreas de risco e recuperação de áreas degradadas para uso coletivo.

A ação terá início com o cadastro das áreas em que a população se encontra em condições precárias, com reconhecimento da fragilidade da infraestrutura urbana inclusive a situação fundiária da área e a identificação do perfil socioeconômico dos moradores. As áreas a serem selecionadas são as que se encontram mais vulneráveis, as mais carentes de infraestrutura e aquelas cuja renda familiar per capita esteja abaixo de um salário mínimo. Será condição essencial que a ocupação do espaço urbano esteja consolidada há pelo menos 10 anos e que não tenha litígio judicial em andamento.

A meta é beneficiar até o ano de 2030 aproximadamente 100 comunidades, com uma população estimada em torno de 150.000 pessoas. O programa envolverá recursos federais, municipais, sendo que o financiamento federal será voltado para o saneamento básico e habitação. As ações com recursos municipais ficarão inscritas nos programas plurianuais de investimentos.

3. PROGRAMA TURÍSTICO VIVER TERESINA

O turismo na sociedade moderna se constitui uma das mais importantes alternativas de geração de renda e emprego. O conceito agora mais amplo vai além da caracterização das cidades que dispõem de grandes monumentos arquitetônicos e históricos ou lugares onde existam excepcionais acidentes geográficos de rara beleza. Cidades litorâneas eram privilegiadas pela maior opção de lazer nas agradáveis e belas praias. O turismo vai além. O novo conceito passou a ligar-se fortemente à cultura, que conta a história de cada povo, porque as comunidades têm muito a oferecer em termos de experiência e de valores humanos que lhes são peculiares.

Damesma forma, o turismo está diretamente relacionado às vocações dos destinos, que não necessariamente precisam estar atrelados ao lazer e possuir praias ou outros atrativos mais vocacionados às férias. Teresina, por exemplo, vem se firmando como um destino de negócios, saúde e eventos, identificados através de pesquisas de demanda que identificam o perfil dos visitantes. Essas são as principais motivações de viagem, que vêm mantendo uma taxa de ocupação hoteleira com média de 60,5% ao mês.

Pelos negócios, a cidade oferece excelentes oportunidades de compras e de serviços, por possuir um parque fabril bastante competitivo e um comércio diversificado. A motivação de saúde demonstra que Teresina possui um excelente polo para tratamento hospitalar, consultas clínicas e exames laboratoriais, que atraem visitantes do interior do Piauí, do Ceará e do Maranhão. Finalmente, os eventos são cada vez

mais crescentes e se distribuem em 127 auditórios, que totalizam 20.665 assentos disponíveis diariamente, além de espaços abertos a feiras e grandes convenções.

É neste novo perfil que Teresina se enquadra, por potencial pouco explorado e que ainda se apresenta de forma intuitiva e amadorística. A atividade turística oferece enorme gama de serviços e oferece mais empregos, nos mais variados níveis de escolaridade. Cabe aos gestores apoiar e promover eventos, montar roteiros criativos, oferecer diversificada prestação de serviços de forma eficiente e cortês, a fim de conquistar os visitantes e convencê-los a permanecer por mais dias na cidade, se sentir estimulados a retornar e comentar com terceiros as qualidades de uma cidade como Teresina.

A cidade tem muitas opções de projetos turísticos, tais como:

Turismo científico

Teresina precisa deixar de ser simples centro irradiador para o turismo de sol e mar do litoral e do Delta do Parnaíba; deixar de ser a entrada para empresários do agronegócio dos cerrados piauienses e ponto auxiliar para aquele com destino ao leste do Maranhão.

Em especial, Teresina tem condições de competir com Petrolina-PE como roteiro de acesso de estudiosos, pesquisadores e curiosos de procedência nacional e internacional para o Parque da Serra das Confusões e o Parque Nacional da Serra da Capivara (este último tombado como Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial) sendo o mais antigo sítio arqueológico das Américas, cujas pinturas rupestres datam de mais de 50 mil anos.

Teresina tem potencialidade para se tornar um centro de apoio ao estudo arqueológico e paleontológico. Aqui, nas cercanias da zona urbana, tem-se o Parque Floresta Fóssil, tombado como Patrimônio Nacional, o mais importante parque arqueológico do mundo, com troncos fossilizados de árvores do período Permiano, em posição original vertical, com idade aproximada de mais de 270 milhões de anos. Na Universidade Federal do Piauí funciona o curso superior de arqueologia onde são formados pesquisadores e realizados estudos de alto nível e pesquisas com achados em muitos outros sítios arqueológicos já identificados no Piauí. A uma distância de aproximadamente 200 km se alcança o Parque Nacional das Sete Cidades, um dos mais importantes do Brasil pela riqueza e grandiosidade de figuras feitas pelas intempéries do tempo, no decorrer dos séculos, nos aglomerados rochosos de arenito.

Um dos pontos de maior estrangulamento para a disseminação do turismo arqueológico em Teresina é o acesso aéreo ao Parque Nacional da Serra da Capivara, via aeroporto de São Raimundo Nonato, além de melhor gestão do Parque da Floresta Fóssil, com preparo de guias fluentes em inglês e espanhol.

Turismo Integrado

Tradicionalmente, Teresina recebe um grande número de visitantes em função de sua localização geográfica estratégica no meio norte do Brasil, sendo a cidade mais bem servida de infraestrutura a oferecer um serviço mais qualificado nas áreas de negócios, compras, saúde, eventos e educação.

Como parte da Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), a cidade serve como portão de entrada para visitas aos demais 14 municípios da RIDE, que se localizam até 100 km de alcance e que possuem boa diversidade de atrações.

Possui rico centro histórico situado no entorno das praças Marechal Deodoro, Pedro II e Saraiva, que conta a história da cidade. Existem bons exemplares de monumentos arquitetônicos de diferentes épocas. O centro configura-se numa mostra da cultura, dos costumes e da hospitalidade do teresinense.

A cidade é diferente de todas as outras capitais por ter surgido no interior e ter o privilégio de ser banhada por dois rios perenes que propiciam momentos de contemplação da natureza e paisagem natural de muita beleza. Nas suas margens existem parques ambientais com perfis diferentes: o Parque Ambiental Encontro dos Rios, Parque da Cidade, Parque Lagoas do Norte, o Complexo Turístico Mirante da Ponte Estaiada, o Parque Poticabana, o Zoobotânico e a Curva São Paulo. Oferecem opções diferentes de lazer.

No artesanato, a cidade é rica nos bordados primorosos feitos ainda "a mão". São também destaques o

artesanato santeiro em madeira e em argila cerâmica, em diferentes linguagens, que se encontram no Polo Cerâmico do Poti Velho, no Centro Artesanal Mestre Dezinho e no Mercado Central.

A rica gastronomia sugere uma profusão de cheiros e sabores bem diversificados. É terna com potencial para ser mais bem explorada, por oferecer uma cozinha das mais típicas e originais ainda processadas de forma rústica nos mercados e uma rede de restaurantes para todos os gostos e poder aquisitivo, em especial no polo gastronômico da zona leste que atende a uma clientela mais exigente com a culinária regional, nacional e internacional.

Em complemento a estes atrativos a cidade terá de tornar-se mais receptiva ao visitante, acolhedora, com investimentos e ações de qualificação dos agentes envolvidos. Suas praças devem ressaltar belezas, cuidados e atratividades. Os calçadões, amplos, requalificados, devem ser locais onde músicos se apresentem, onde o teatro de rua tenha espaço, onde a sinalização das vias públicas fuja do tradicional e que as placas indicativas sejam mais comunicativas.

Da mesma forma, as estações de ônibus, paradas e terminais devem ter um visual alegre, chamativo, diferente do formato atual. Nas ruas e avenidas, postes e luminárias devem ter um desenho diferenciado e que a iluminação seja direcionada para valorizar os bens tombados e os monumentos históricos, transformando-os em elementos cenográficos.

Turismo de Eventos

Teresina acumulou experiência em ações turísticas de eventos. Atualmente realiza pelo menos 12 eventos anuais que atraem mais de dez mil pessoas por edição e alguns deles chegam a contar com mais de 70.000 seguidores. A “Caminhada da Fraternidade” da Igreja Católica e a “Macha para Jesus” das Igrejas Evangélicas são eventos religiosos que reúnem um número muito grande de participantes. O curso de Teresina, que precede o carnaval, já entrou para o Guinness Book, como o maior desfile de carros do mundo. O público estimado no evento em 2014 foi de 350 mil participantes, em um só dia.

Existem muitos e diversificados eventos que podem aumentar tal atratividade com a melhoria das estruturas logísticas e técnicas de marketing. Há encontros e congressos de interesses técnicos, cultural, de negócios, científicos, de categorias profissionais, de trabalhadores nas reivindicações de seus direitos, reuniões políticas e de estudantes. Diferentes feiras vendem desde livros, flores, imóveis, carros, equipamentos e até máquinas agrícolas. São realizadas apresentações artísticas para os mais variados gostos. Do popular ao erudito.

Revertem-se de muita importância e tem proporcionado grandes oportunidades turísticas para a cidade as iniciativas de empresários do entretenimento, que promovem mega shows musicais com interpretes e bandas de renome regional e nacional, atraindo grande público, inclusive dos municípios vizinhos. Outra categoria de eventos que teria bom potencial turístico seriam os esportes, que carecem de organização e profissionalismo, mas que tem um bom potencial tanto nas competições coletivas como individuais, realizadas em quadras cobertas ou a céu aberto.

Relacionado ao turismo, coloca-se o desafio de expandir a rede hoteleira, com demanda reprimida; implantar auditórios e centros de convenções estruturados para sediar eventos nacionais de médio e grande porte; melhorar a capacidade empreendedora dos empresários; capacitar à mão de obra de apoio; e tornar o sistema de fornecimento de energia elétrica mais confiável.

4.PROGRAMA CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

Decorre da estratégica posição geográfica que desfruta a organização e o crescimento do polo de prestação de serviços teresinense. E por isso mesmo apresenta condições de assumir-se como polo de tecnologia voltado ao mercado regional em franca expansão. Há também um ambiente favorável ao investimento em educação básica, essencial para a atividade tecnológica, e que se destaca em vários níveis de ensino conforme avaliações feitas pelo Ministério da Educação, em que escolas públicas e privadas tiveram destacado desempenho em nível regional e até nacional. Este reconhecimento foi constatado pelo

Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, pelo Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico – IDEB, em que as escolas de Teresina foram classificadas entre os melhores do Brasil.

No ensino superior a Universidade Federal do Piauí concentra um expressivo número de mestres e doutores, destacando-se pelas boas avaliações no ENADE (Exame nacional de Desempenho de Estudantes), especialmente nas áreas tecnológicas. Há produtos desenvolvidos e registrados pela UFPI, oriundo de trabalhos de suas equipes, demonstrando potencialidade na área de informática, que são imprescindíveis para o desenvolvimento tecnológico.

No contexto do desenvolvimento tecnológico regional, Teresina torna-se importante na estratégia de fornecer pessoal qualificado e tecnologia de ponta para atender os imensos investimentos que estão sendo feitos no Piauí para a exploração de recursos naturais como ferro, níquel, petróleo e gás natural. Os estudos e projetos mostram que estas atividades são economicamente viáveis e necessitarão de tecnologias de última geração. Estas atividades produtivas têm ainda como características, viabilizar dezenas de novas indústrias e escritórios de prestação de serviços na área, em apoio as suas atividades operacionais.

Nesta conjuntura Teresina apresenta-se com maior potencialidade na região para transformar-se em um polo de geração de conhecimento e tecnologia, por possuir já instalado uma boa estrutura de geração de conhecimentos: três universidades públicas, mais de duas centenas de faculdades/cursos e escolas técnicas profissionalizantes, oficinas, centros de estudos e grupos geradores de inovações, além da cidade dispor de uma razoável infraestrutura de transporte (rodoviário e aéreo), boas alternativas de comunicação via internet e por sediar empresas fornecedoras de insumos, equipamentos e assistência técnica.

O atual mercado teresinense já carece de tecnologias e mão de obra especializada para atender o seu incipiente parque industrial, que precisa ser modernizado. Os setores da prestação de serviços e assistência técnica têm de se requalificar para atender as exigências sempre crescentes do mercado e para ganhar espaços.

O meio ambiente é outra área que exigirá geração de conhecimento e profissionais especializados com a missão de orientar o convívio da atividade exploratória com o meio ambiente e proteger a natureza, ameaçada pela devastação de florestas, pelo desequilíbrio ambiental causado pela interferência humana e a poluição advinda de dejetos e resíduos poluentes que podem comprometer os recursos ambientais para gerações futuras.

Este programa não é exclusivo da ação municipal. Deve ser fruto do interesse coletivo das várias esferas de governo (municipal, estadual, federal), aliado às universidades e institutos de pesquisa, com o apoio e parceria de organizações não governamentais e da classe empresarial.

5. O PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

O Lagoas do Norte é uma das principais intervenções urbanísticas em andamento no Piauí. É resultado de complexas negociações de engenharia financeira que abriram as portas de organismos internacionais para um governo municipal do nordeste brasileiro. Tem apoio financeiro do Banco Mundial. Vem mudando a realidade dos residentes nos treze bairros atendidos pelo programa.

Ao todo, são mais de cem mil pessoas beneficiadas com obras e serviços que incluem drenagem, requalificação urbana, construção de parque linear, melhorias habitacionais, abastecimento de água. O programa inclui ainda a recuperação ambiental e paisagística da área, melhoria das vias de acesso, controle das inundações, recomposição da vegetação, áreas de lazer e teatro, além de obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água, recuperação do hospital e melhorias de escolas.

Na primeira etapa foram investidos R\$102 milhões em recursos do Banco Mundial e Prefeitura. As intervenções já mudaram a cara e a realidade da região localizada no entorno das Lagoas, atuando diretamente em 325 dos 1.300 hectares que precisam ser requalificados, sempre com um comitê de moradores acompanhando as intervenções. No total, 400 famílias foram retiradas de áreas de risco. Além disso, 253 famílias de oleiros receberam compensação financeira, aposentadoria ou cursos para recolocação profissional.

A Prefeitura de Teresina investiu também em obras complementares da primeira fase. Foram obras de requalificação urbana e ambiental incluindo pavimentação asfáltica, melhorias habitacionais, construção de academias de ginástica e playgrounds, reforma do campo do São Joaquim, construção de galerias e irrigação e iluminação.

A 2ª Etapa do Programa de Melhoria de Vida e Governança Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte, visa dar continuidade e otimizar os investimentos realizados na 1ª Etapa e propõe investimentos de R\$ 396,88 milhões de reais a serem aplicados durante cinco anos em ações integradas de cunho social, econômico, habitacional, de infraestrutura e de requalificação urbana e ambiental, visando o desenvolvimento sustentável da região das Lagoas do Norte.

Tem como objetivos: (i) Modernizar e melhorar a capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeira, urbana, ambiental, prestação de serviços básicos e desenvolvimento econômico; e (ii) Melhorar a qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa.

Esta etapa do Programa está estruturada em três componentes:

Componente 1- Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento da Cidade e Gerenciamento do Programa: US\$ 15.897.742,00

Componente 2 - Desenvolvimento Urbano Ambiental Integrado na região : US\$ 153.849.24,00

Componente 3 – Desenvolvimento Econômico e Social na região : US\$6.644.444,00

Total: US\$ 176.391.433,00

A região das Lagoas do Norte, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba apresenta um contexto de grande vulnerabilidade ambiental, considerando-se a sua configuração de planície flúvio-lacustre, com extensa área plana inundável, alterada por intervenções hidráulicas nos últimos 40 anos - como a construção de diques, sistema de interligação das lagoas e sistema de controle de nível.

A estação chuvosa provoca considerável elevação no nível das águas dos rios Parnaíba e Poti, especialmente no mês de abril, marcado por chuvas torrenciais. Essa elevação resulta no extravasamento dos leitos e, consequente, provoca inundações da planície formada na confluência dos rios. Trata-se de fenômeno natural, inerente a muitas outras regiões ribeirinhas. Na região de Lagoas do Norte, no entanto, a ocupação urbana desordenada tem acarretado acentuação e descontrole dos processos naturais, com efeitos negativos à qualidade de vida da população.

Dentre os diferentes problemas gerados pela ocupação desordenada e inadequada do solo, que ocorrem na região das Lagoas do Norte, destacam-se: (i) aterramento parcial ou total de lagoas e construção de habitações nessas áreas; (ii) ocupação com residências de diques marginais dos rios Poti e Parnaíba; (iii) ocupação de áreas localizadas abaixo da cota de inundação periódica de rios e lagoas; (iv) a extração rudimentar de argila para produção de cerâmica (tijolos e artesanato) ampliando as áreas das lagoas e criando uma série de cavas e depressões, algumas ligadas às lagoas existentes; (v) ocupação das áreas de preservação permanente; (vi) traçado de vias públicas sem considerar a topografia e a sazonalidade das inundações dos riachos, talwegues e lagoas; (vii) uso dos rios para turismo e lazer em condições inadequadas, etc.

O primeiro esforço do governo municipal para o enfrentamento da problemática da Região das Lagoas ocorreu a partir da implantação do Programa Lagoas do Norte. O PLN I, financiado pelo Banco Mundial, foi aprovado em outubro de 2008, no valor total de US\$ 44,47 milhões e encontra-se em fase final de execução.

Assim, o PLN II dará continuidade às intervenções realizadas, também por meio de empréstimo com o Banco Mundial, na região denominada Lagoas do Norte.

A concepção atual do Programa reflete uma atualização/revisão da concepção original (2006) realizada com base na experiência obtida na 1ª Etapa, nas lições aprendidas e na análise de alternativas para as intervenções inicialmente previstas.

O desenvolvimento desses estudos chegou ao seguinte detalhamento dos componentes:

Componente 1 – Modernização da Gestão Municipal, Desenvolvimento da Cidade e Gerenciamento do Programa, compreendendo três Subcomponentes, além do gerenciamento do programa:

Desenvolvimento Institucional da PMT;

Elaboração de Estudos, Planos Diretores e de Projetos Estratégicos para a Cidade e cumprimento dos programas complementares do PGAS;

Gerenciamento do Programa.

Componente 2 – Desenvolvimento Urbano Ambiental Integrado nas Lagoas do Norte. Este componente realizará as intervenções físicas para melhorar a prestação de serviços urbanos básicos e as condições ambientais da área de atuação do Programa. As intervenções previstas estão agrupadas em três Subcomponentes:

Requalificação Local - urbanismo e paisagismo;

Infraestrutura de saneamento, drenagem e sistema viário;

Projetos de engenharia, arquitetura e fiscalização das obras.

Componente 3 – Desenvolvimento Econômico e Social nas Lagoas do Norte. Este componente financiará as intervenções complementares ao Componente 2, incluindo:

Fortalecimento das associações comunitárias e outros grupos a fim de melhorar o acesso de famílias elegíveis aos programas sociais, creches, serviços de saúde básica e educação, etc.;

Atividades de educação ambiental e sanitária na região;

Programas de geração de trabalho e renda localmente;

Renovação/ampliação e construção de equipamentos públicos (postos de saúde, escolas, etc.) como parte integrante das intervenções de melhorias no Componente 2;

Atividades para a mobilização e a participação da comunidade nas obras de intervenção





A scenic view of a river with modern buildings in the background and birds on the water. The image shows a calm body of water reflecting the sky and the surrounding urban landscape. In the background, there are several high-rise buildings, including a prominent one with a red and white facade. The foreground is filled with green vegetation and numerous white birds, possibly herons, standing in the shallow water. The overall atmosphere is peaceful and urban.

GRANDES DESAFIOS



CAPITULO V GRANDES DESAFIOS

Uma cidade, por menor ou maior que seja, deve ter olhos postos no futuro. O processo peculiar de crescimento que experimenta sugere desafios que precisam ser enfrentados com planejamento e orientação estratégica.

Em Teresina, quatro grandes desafios estão postos: a cidade escolhida por tantos como morada concentra interesses econômicos que não cabem mais no padrão do imprevisto e do adiamento. Será preciso assumir vocações econômicas bem definidas para fortalecer a produção e assim gerar riqueza, renda e emprego; a cidade banhada por dois grandes rios precisa aprender a preservá-los e a utilizá-los com racionalidade; a localização de um novo terminal aeroportuário compatível com o porte econômico e social que assumiu, deve ser estudado para facilitar o acesso de todos quantos a procuram no ir e vir dos interesses; o envelhecimento natural e previsível da população que passa a viver por mais tempo, sugere um olhar mais humano sobre a questão.

01 - PROJETO CAPITAL DAS OPORTUNIDADES.

Desde sua fundação, Teresina foi pensada para servir ao Piauí. Primeiro em função da necessidade de dar ao Estado uma capital que fosse mais acessível aos centros decisórios de poder; depois, ao estar na margem direita do rio Parnaíba, e pelas condições deste de banhar uma vasta extensão do território longitudinal, funcionar como força de integração do espaço geográfico pela via do transporte de cargas e passageiros.

Se a motivação era de natureza política, a mudança da capital para local aprazível, salubre e acessível pelas condições de então, a vocação era econômica – o surgimento de um polo comercial regional que rivalizasse com Caxias, no Maranhão.

Aceitando-se tal pensamento, a vocação econômica pela produção de serviços vem desde o início. Aqueles gerados para dar suporte aos serviços da administração pública e ao comércio de mercadorias. O vasto território reservado ao novo município-capital indicava, também, o caminho da fertilidade da terra e abundância de água para servir à produção agrícola e pecuária.

Assim a história revela que o serviço público evoluiu, modernizou-se e multiplicou-se; que o acesso à terra e água nunca foi em Teresina problema e circunstância que viesse a inibir a instalação de unidades de produção agropecuária. A especulação imobiliária, sim; a produção industrial, entretanto, não ganhou fôlego.

Teresina desponta como município-capital, aberta a variado leque de oportunidades de investimentos dada a evolução já alcançada, o aprendizado adquirido e o conjunto de suas potencialidades. No balanço das forças de atração e das restrições o saldo é excepcionalmente favorável à atratividade exercida sobre vasta área que extrapola os limites de seu território, alcançando todo o Piauí, boa parte do Maranhão e ainda Ceará, Pará e Tocantins.

É possível concluir, portanto, que a identificação das oportunidades, resultado de estudos e vivências, decorre da avaliação das potencialidades existentes.

A ação do poder público deverá ser liderada pelo governo municipal para que o estado-instituição cumpra

a função de indicador e facilitador de caminhos para o estabelecimento da capacidade produtiva.

Para isso deverá orientar seu esforço em função da formação da infraestrutura e da oferta de incentivos à produção competitiva de alta produtividade e em atividades intensivas em mão de obra.

Há muito tempo entendeu-se que o desenvolvimento econômico local não deveria mais ser fruto da ação política exclusiva do governo nacional nem delegada aos governos regionais. A ação resultante do conjunto de forças deveria ser planejada, articulada, coordenada e liderada pelos municípios.

Há importante papel a ser desempenhado pelos governos locais. Para alcançar o desenvolvimento econômico local cabe à Prefeitura de Teresina, através dos seus órgãos, especialmente àqueles diretamente relacionados ao esforço pró-desenvolvimento, articular as iniciativas públicas e privadas locais às iniciativas, projetos, ações e investimentos do governo federal e do governo estadual, que acelerem a formação de infraestruturas destinadas a fortalecer o surgimento e ampliação da produção econômica. Sem pretender substituir a iniciativa privada.

Como só se articula aquilo que se conhece, é vital que este papel seja precedido por formal aproximação com os agentes que planejam investimentos na cidade. Conhecer a fundo suas intenções, bem como a extensão daquilo que pretendem, para o melhor posicionamento de Teresina: em que se poderá colaborar e em que tempo o que se espera deverá acontecer, que respeite as restrições econômicas, sociais, legais e ambientais. E que de certa forma, se possa dimensionar riscos, custos, benefícios e a sustentabilidade.

Divulgar para existir. Estimular para atrair. Investir para apoiar.

Essa é a síntese do programa que se quer implantar e missão delegada à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo: estudar e divulgar as potencialidades econômicas presentes e futuras; planejar o conjunto dos estímulos destinados às empresas que se dispuserem a investir em Teresina e mantê-los atualizados; planejar e acompanhar a execução dos investimentos da cidade em infraestrutura voltada à produção.

Seu *objetivo* corresponde a acelerar o processo de crescimento econômico, para obter mais empregos, renda e geração de riqueza, buscando a diversificação em produtos e serviços e assim fortalecer a competitividade, a sustentabilidade e a produtividade.

Para alcançá-lo, será preciso colocar em prática uma *estratégia* em três vertentes:

1. Investir com planejamento e orientação em infraestrutura de água, energia, comunicações, transportes e mobilidade urbana e rural, tendo como centro: a cidade como um todo; sua extensa zona rural; e as áreas institucionais de concentração de empresas - os polos empresariais sul e norte;
2. Conceder incentivos, sejam fiscais, de instalação ou orientadores do uso e ocupação do solo amparados em legislação atualizada e moderna;
3. Acelerar a formação do polo de educação e tecnologia em Teresina.

Aproveitando-se das potencialidades de que dispõe, sejam elas em função da abundância dos fatores de produção, terra e água principalmente; de uma localização geográfica interiorizada; da proximidade com grandes mercados consumidores; ou ainda pelo que representa para uma extensa área conhecida como meio norte do Brasil; e a concentração- dependência observada em função do Piauí, Teresina deverá assumir a vocação de produzir alimentos, ser capaz de processar industrialmente as matérias primas a seu alcance e a vocação de modernizar e ampliar a rede de comercialização e serviços.

Para superar a força da especulação imobiliária cidade-campo parece plausível que o município assuma a *vocação de produzir alimentos em escala ascendente*, que sirva à subsistência das famílias agrícolas, cada dia menos numerosas, e gere excedentes para a comercialização. Como se viu, condições para isso não faltam: há abundância de recursos naturais (terras férteis e em quantidade, água farta, insolação presente o ano inteiro); infraestrutura em processo de expansão; há proximidade com mercados consumidores fortes. Mas será preciso disseminar e fortalecer a cultura empreendedora para modernizar as técnicas produtivas e emprego de tecnologias adequadas não apenas para produzir, como também para armazenar e comercializar em escala rentável.

A rigor, a pequena produção poderá ocupar-se de hortaliças, verduras, frutas, granjeiros e carnes. Ao agronegócio, de produção intensiva, caberia a avicultura, a piscicultura, a bovinocultura de leite, a cana de açúcar, a produção de flores tropicais, polpas de frutas, grãos e farinhas.

Teresina deverá assumir com estímulos, preparação e orientação estratégica, a *vocação de processar industrialmente aquilo que produz hoje e produzirá no futuro* servindo de esteio ao Piauí, em processo semelhante de voltar-se à produção para progredir.

Como também não poderá deixar de dar atenção e orientar esforços no sentido de fortalecer o setor econômico que hoje já é o mais representativo de sua base econômica: Teresina deverá assumir a *vocação de modernizar e ampliar sua rede de comercialização de produtos e de prestação de serviços de suporte*.

É importante notar que a configuração do setor de serviços está intimamente ligada aos outros dois, e atua como reflexo destes, por ter a capacidade de acelerar a circulação de mercadorias e serviços através da atividade comercial, naturalmente que de forma independente da base e produção primária ou secundária estar restrita ou não ao espaço geográfico municipal.

O esforço preconizado acima permite indicar os seguintes caminhos para cada um dos setores produtivos:

Setor primário: fortalecer as atividades produtivas no campo. Em duas vertentes: a) favorecer a agricultura familiar (com apoio, organização, assistência técnica); b) estimular o agronegócio, procurando efetivar parcerias para resolver ou minimizar os gargalos. Em ambas, o que interessará é que se planeje e implante as infraestruturas mínimas necessárias para que a mentalidade produtiva se dissemine e a zona rural teresinense se torne efetivamente produtiva, competitiva.

Setor secundário: fortalecer as atividades produtivas na cidade através da pequena produção artesanal, com foco nas ações de economia solidária, e as atividades industriais em determinados setores estudados e aceitos como estratégicos: confecções, cerâmico, alimentício, bebidas (água, refrigerantes, sucos), metalúrgico, químico e madeireiro.

O Centro Industrial de Teresina deverá ser reforçado com suas infraestruturas requalificadas e ajustadas, especialmente em função das atividades extrativas minerais do sudoeste do Piauí e de parte do Maranhão (gás, petróleo, ferro, níquel) e das culturas de exportação (soja, milho, rações). Isto para cumprir o papel de base para o processamento do produto explorado. Dois investimentos para isso são de suma importância: a estrada de ferro do meio norte brasileiro e a estação aduaneira de Teresina (Porto Seco).

Setor terciário: fortalecer as atividades produtivas na cidade, nos subsetores de comércio e de serviços.

Aparentemente é o setor que menos exigiria participação do poder público, dado o grau de dinamismo que já conquistou e de independência que ostenta na condução dos negócios. Mas é só aparência. Na medida em que as atividades crescem e as relações e produção se tornam mais complexas, aquelas que atingem patamares superiores, pelo seu poder de influência, podem atuar tanto no sentido de organizar quando de desorganizar sufocando as pequenas iniciativas.

Portanto, a atividade terciária cresce em função da complexidade e da diversificação das cadeias produtivas.

Caberá ao poder público atuar em três grandes eixos, com estratégias distintas ao mesmo tempo voltadas para o mesmo fim – apoiar o crescimento dos negócios – via grandes empresas (varejistas e prestação de serviços); micro e pequenas empresas; comércio e serviços tradicionais (na zona central da cidade).

02 - PROJETO TERESINA E AS ÁGUAS

Teresina é um sítio urbano que por sua configuração natural e espacial é vulnerável a enchentes periódicas classificadas em três proporções: a) inundações de áreas baixas e de lagoas em função das chuvas, que, nos períodos mais intensos, inundam áreas residenciais de ocupação indevida. O excedente de água gerado alaga ruas e avenidas. O poder público administra esta situação com o uso de estações de bombeamento. Nestes casos não há invasão de água dos rios em razão da cidade estar protegida por diques/avenidas. b) A segunda situação ocorre em intervalos maiores, mas geram consideráveis prejuízos. É quando o leito do rio Poti transborda e invade a cidade nos seus pontos mais vulneráveis, onde não existe dique de proteção. A região mais afetada é a zona norte, onde bairros inteiros são inundados. c) Quando ocorre simultaneamente

cheias no Poti e no Parnaíba. Sendo o rio Parnaíba de maior vazão, este represa o rio Poti que chega a ter o seu nível de água elevado a mais de dez metros. Neste caso o dique do rio Poti é vencido em vários pontos e as águas chegam a cobrir residências e diferentes áreas da cidade. As cheias do rio Parnaíba são controladas pela barragem de Boa Esperança. O problema maior está no rio Poti, pois não há barragem construída que possa ser uma solução para as enchentes em Teresina.

Muitas medidas podem ser adotadas: a conclusão dos diques/avenidas de proteção nas margens do rio Poti; melhorar a interligação das lagoas; aumentar e reforçar as estações de bombeamento, assim como a rede de energia elétrica que lhes dá sustentação. É necessário também uma constante manutenção das comportas dos diques de proteção; regulamentar, zonear e fiscalizar as zonas de risco, proibindo a sua ocupação; realizar o remanejamento das habitações construídas em áreas de risco.

A recuperação das áreas degradadas por inundação deve ter uma ocupação social, com práticas esportivas e culturais nos períodos secos.

03 - PROJETO VIVER MAIS E MELHOR

O perfil da sociedade teresinense tende a sofrer progressiva mudança em função da longevidade de sua população. A esperança de vida ao nascer das pessoas a cada ano aumenta e também se observa um efeito reverso, pois é menor o número de nascimentos de crianças por mulheres em idade fértil. Observa-se um crescimento populacional mais lento com visível redução relativa dos mais jovens em atividades econômicas, com os mais velhos na pirâmide demográfica. Esta situação indiretamente gera outro efeito, percebido nas habitações, que atualmente são menores e com um menor número de pessoas. Esta situação muda à rotina do modo de viver das pessoas mais idosas que tendem a viver sozinhas e alteram suas rotinas de vida, passam a ter novas necessidades que devem ser atendidas pelo mercado na oferta de serviços apropriados, pois uma grande parcela deste público possui boa condição financeira.

Em vinte anos a população de idosos dobrou e estima-se que até 2050 este número triplique. Estas pessoas estarão exigindo boa qualidade de vida e boa capacidade de mobilidade. Condição estabelecida em função de uma série de fatores como melhor assistência médica, oferta de medicamentos mais eficazes, exames clínicos de alta precisão, acesso a alimentação de melhor qualidade, realização de atividades físicas e, sobretudo, pela maior escolaridade e acesso ao conhecimento. Tudo isso vai proporcionar o surgimento de novos mercados, novas especialidades médicas, clínicas especializadas, academias de condicionamento físico, e a indústria farmacêutica lançará novos produtos para atender especificamente a este público.

Da mesma forma, o setor de alimentação também será afetado positivamente. Com o menor número de pessoas por habitação, com a reformulação dos empregos domésticos e o envolvimento de todos os membros da família em atividades laborais, não será mais prático processar alimentos em casa e a opção é alimentar-se em estabelecimentos de pronto atendimento ou adquirir alimentos já processados.

O cidadão mais idoso, apenas com pequena redução de sua capacidade de locomoção, demandará oportunidades de trabalho condizentes com a sua capacidade física, intelectual e emocional e ter alternativas de lazer apropriadas à sua idade.

Os seus direitos se estendem às adaptações urbanísticas, adaptadas às novas situações e realidades deste grupo de pessoas. A mobilidade terá que responder às mudanças nos equipamentos urbanos e nas edificações: rampas, elevadores, sinalização, banheiros apropriados, piso antiderrapante e calçadas contíguas. Quanto ao transporte, os ônibus devem ser adaptados e deverá ser assegurada gratuidade aos mais pobres, e prioridade nos assentos. Para os mais carentes deve ser implantada uma política que lhes assegure moradia digna, assistência social e médica permanentes e de qualidade, e atendimento preferencial nas atividades cotidianas.

04 - PROJETO NOVO AEROPORTO.

O aeroporto de Teresina, pela localização, movimentação de passageiros e cargas, e em função da legislação do transporte aéreo tem restringido o desenvolvimento da cidade. Foi construído décadas passadas na confluência dos rios Parnaíba e Poti em uma área de fácil acesso a zona central da cidade, mas na região

mais baixa da cidade.

A baixa cota do raio aeroportuário impede a construção de edificação para fins residenciais, comerciais e industriais, causando prejuízos a todos, pois afeta seriamente a expansão urbana, impedindo novos investimentos imobiliários. A atividade urbana também é comprometida tendo em vista impedir o estímulo ao adensamento habitacional, que seria fortalecido pelo crescimento vertical das edificações em áreas onde já existe infraestrutura urbanística consolidada como esgotos, água domiciliar, ruas pavimentadas, iluminação pública, linhas de transporte coletivo, unidades educacionais e de saúde e onde já ocorre uma intensa atividade econômica. Outro fator de interferência na vida urbana da cidade é o fato de a grande área ocupada pelo aeroporto dificultar a mobilidade da cidade por bloquear ruas e avenidas na congestionada zona norte.

Fora estes aspectos econômicos e urbanos diretamente relacionados à localização do aeroporto, outro aspecto deve ser considerado: o risco de acidentes tendo em vista que este equipamento aeroportuário está situado em uma região densamente povoada.

O desafio é viabilizar urgentemente uma reforma nas atuais instalações que proporcione uma sobrevida de aproximadamente 10 anos, tempo suficiente para a construção e funcionamento de um novo aeroporto em um local apropriado, nas proximidades da zona urbana de Teresina. Somente o uso da pressão política de todos os segmentos da sociedade será capaz de incluir esta obra nas prioridades do governo federal, a quem compete autorizar a reforma do atual e a construção do novo aeroporto. Caberá ao poder municipal e o governo do estado disponibilizar o patrimônio imobiliário e realizar os projetos básicos de infraestrutura de energia, água, comunicações e vias de acesso.

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS

Prefeito Municipal de Teresina

Firmino da Silveira Soares Filho

Vice Prefeito

Ronney Wellington Marques Lustosa

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação

Washington Luís de Sousa Bonfim

Coordenador da Agenda 2030

Matias Augusto de Oliveira Matos

COLABORADORES E CONSTRUTORES DA AGENDA 2030

Equipe Técnica

Antônio César Almeida de Oliveira

João Emílio Lemos Pinheiro

Antônio de Pádua Franco Ramos

Narianny Carvalho Araújo Aguiar

Ernani da Cunha Pereira de Araújo Filho

Raimundo Leôncio Ferraz Fortes

Francisco de Vasconcelos Melo

Raimundo Ulisses de Oliveira Filho

Consultor

George Henrique de Araújo Mendes

Equipe de Apoio Administrativo

Francisca Alves Arruda Amorim

Sávio Simeão Sousa Silva

Coordenadores das Oficinas nas Comunidades

Antônio César Almeida de Oliveira (SEMPPLAN - AGENDA 2030)

Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (SEMPPLAN - AGENDA 2030)

João Emílio Lemos Pinheiro (SEMPPLAN - AGENDA 2030)

Narianny Carvalho Araújo Aguiar (SEMPPLAN -

Dinamizadores das Oficinas nas Comunidades

Analysleia Cavalcante de Sousa (SEMDUH -Orçamento Popular)

Maria Lúcia de Lira (SEMDUH -Orçamento Popular)

Antônio Carlos Carneiro (SDR)

Marcus Vinicius de Carvalho Almeida (SDR)

Calmon Castelo Branco (SDR)

Nayara Fernandes da Silva (SEMDUH -Orçamento Popular)

Evandro Carvalho de Macedo (SDR)

Tatiana de Barros Cardoso Carvalho (SDR)

Glauco de Oliveira Castro (SDR)

Pablo Henrique da Silva (SEMJUV)

Jackson Batista de Sousa Carvalho (SEMJUV)

Rídis Sousa dos Santos (SEMJUV)

Gerson Luís Welber (SDR)

Silvana Brito Sena (SEMDUH - Orçamento Popular)

João Evangelista Isaías da Silva (SEMDUH)

*Equipes de Apoio as Oficinas

João Felipe da Costa Silva Santos (SEMDUH - Orçamento Popular)

Alexandre da Costa de Sousa (SEMPPLAN)

Josefa Leal Ramos (SEMDUH - Orçamento Popular)

Andréia Maria N. Alves (SEMPPLAN)

Maria do Socorro de Jesus da Silva (SEMDUH -Orçamento Popular)

Claudiana Lima da Silva (SEMPPLAN)

Francisco das Chagas P. de Assunção (SEMPPLAN)

Ma. do Socorro Pires do Nascimento (SEMDUH -Orçamento Popular)

Técnicos e Gestores Públicos Entrevistados

Adriana Chagas Barreto (Agrônoma)	Francisca Ramos Araújo (Advogada)
Adriana Muniz Morgado (Arquiteta)	Francisco das Chagas Sá Pádua (Odontólogo)
Agamenon Pereira Bastos (Engenheiro)	Francisco Canindé Dias Alves (Administrador)
Ana Isabel Ferreira do Nascimento (Arquiteta)	Francisco Alexandre Costa Castelo Branco (Bancário)
Amarilis de Sousa Borba (Médica)	Francisco Carlos de Macedo Rocha (Advogado)
Ângelo Cavalcante da Silva (Engenheiro)	Francisco Alberto Gomes de Almeida (Professor)
Acelino Martins Portela (Engenheiro)	Francisco Prancácio A. de Carvalho (Economista)
Alcy Marcos Borges (Advogado)	Galba Coelho Carmo (Educador Físico)
Ana Luiza Mesquita (Contadora)	Geraldo Souza Cândia Júnior (Engenheiro)
André Gustavo Galvão Andrade (Arquiteto)	Geraldo Magela Rodrigues Soares (Médico)
Antônio Luís Mourão Santana (Engenheiro)	Horácio Côgo Junior (Agrônomo)
Arisbel Gomes de Freitas e Silva Filho (Contador)	Iolanda Avelino Carvalho Sá (Assistente Social)
Augusto César Basílio Soares (Engenheiro)	Indira Cardoso Matos (Arquiteta)
Avelar Damasceno Amorim (Agrônomo)	Isabel Maria de Paiva (Pedagoga)
Benedito Rubens Luna de Azevedo (Sociólogo)	Jaqueline Freitas Melo (Design de Interiores)
Bruna Estefânia Nunes Lima (Psicóloga)	João Batista Lopes (Agrônomo)
Carlos Antônio Alves Afonso (Engenheiro)	João Batista Alves de Sousa (Agrônomo)
Carlos Augusto Daniel Junior (Engenheiro)	John Roberto Feitosa da Silva (Militar-PM)
Carla Simone Miranda Borges (Assistente Social)	José Airton Gomes Gonçalves (Biblioteconomista)
Carlos Henrique Holanda da Silva (Administrador)	José João de Magalhães Braga Júnior (Engenheiro)
Carmen Neudélia Corrêa de Carvalho (Economista)	José Manuel Rosa Simões Moedas (Economista)
Cenira Torres Viana Vieira de Alencar (Engenheira)	Karenina Cardoso Matos (Arquiteta)
Constance de C. Correia Jacob Melo (Arquiteta)	Karina Kedna Portela Soares Rocha (Socióloga)
Claudinei Alves da Costa Feitosa (Advogado)	Laisa Nogueira Lima Verde (Arquiteta)
Clélia do Socorro S. Ribeiro (Licenciatura em Letras)	Layla da Costa Soares (Advogada)
Cleto Augusto Baratta Monteiro (Engenheiro)	Lázaro José da Silva (Administrador)
Debora Melo Batista da Rocha (Arquiteta)	Leonardo Rodrigues Sales (Agrônomo)
Domingos Pereira da Silva Júnior (Economista)	Lourival José da Silva (Servidor Público)
Douglas Bezerra Castro (Arquiteto)	Lecínio Ferreira Silva (Bancário)
Diogo Luiz da Rocha Martins (Bancário)	Luiz Gonzaga Lobão Castelo Branco (Médico)
Edson Moura Sampaio Melo (Engenheiro)	Luiz Alberto da Silva Junior (Bancário)
Eneas do Rêgo Barros (Economista)	Luis Carlos Sales (professor)
Erick Elysio Reis Amorim (Economista)	Manuel Moura Neto (Advogado)
Etivaldo Quirino da Silva (Administrador)	Márcia Rejane Moraes de Sousa (Engenheira)
Fábio Marcelino Costa Nascimento (Administrador)	Marcia Staly Megda (Geografa)
Fábio Henrique Ferreira Nery (Administrador)	Márcia Costa Santos (Engenheira)

Márcio Sampaio Joudrat Sousa (Engenheiro)	Roberto Viana da Silva (Tecnólogo)
Marco Antônio Ayres Correa Lima (Engenheiro)	Rogéria Lucia Clara Sousa (Assistente Social)
Maria Carmelita Moura Pacheco (Pedagoga)	Ronney Wellington M. Lustosa (Administrador)
Maria Gomes de Moura (Assistente Social)	Rosa Gabriela Uchoa Lima Oliveira (Arquiteta)
Mauricéia Ligia Neves da Costa (Assistente Social)	Rosa Lídia Moraes da Silva (Agrônomo)
Maurício Tavares Costa (Economista)	Roselene Marques Sobrinho de França (Assistente Social)
Monique de Menezes (Economista)	Ricardo Barbosa de Freitas (Engenheiro)
Naira Paz Genuína de Oliveira (Pedagoga)	Sâmia de Deus Barros (Assistente Social)
Noé de Cerqueira Fortes (Médico)	Samara Pereira Cristina (Assistente Social)
Olavo Braz Barbosa Nunes Filho (Economista)	Sergio Wilson Lopes Soares (Advogado)
Osvaldo de Jesus da Silva (Administrador)	Smithanny Barros da Silva (Enfermeira)
Paulo Murilo Moreira Lima (Agrônomo)	Teresa Cristina Moura Costa (Assistente Social)
Paulo Silva Lopes (Servidor Público)	Terra Lorena Sá Nunes (Assistente Social)
Paulo Roberto Santos Carvalho (Agrônomo)	Thamy Barbara Gioia (Analista Ambiental)
Pang Yen Hsiao (Engenheiro)	Umbelina Jales de Carvalho (Assistente Social)
Raimundo Nonato Monte de Sousa (Servidor Público)	Vicente da Silva Moreira Filho (Engenheiro)
Renato Lopes da Silva (Servidor Público)	Weldon Alves Bandeira da Silva (Engenheiro)
Ricardo Barbosa de Freitas (Engenheiro)	

Entidades Públicas Visitadas

Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí (ADH-PI)	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAM)
Banco do Nordeste (BN)	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN)
Fundação Cultural Monsenhor Chaves (FCMC-PMT)	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS)	Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro - Norte (SDU Centro - Norte)
Fundação Wall Ferraz (FWF)	Superintendência de Desenvolvimento Urbano - Leste (SDU-Leste)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI-PI)	Superintendência de Desenvolvimento Urbano - Sudeste (SDU-Sudeste)
Polícia Militar do Piauí (Militar PM-PI)	Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul (SDU-Sul)
Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR)	Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR)
Secretaria Municipal de Comunicação (SEMCOM)	Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (STRANS)
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH)	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC)	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL)	

Lideranças e dirigentes de Entidades da Sociedade Civil Entrevistados:

Antônio Auro da Silva (Conselho Regional de Medicina Veterinária do Piauí)	Josué da Paz Almeida (Associação dos Jovens Empresários)
Alyne da Grécia (Conselho Regional de Assistência Social)	Juliana Portela do Rego Monteiro (Empresário Agronegócio)
Ângela Martins Napoleão Braz e Silva (Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PI))	Lenildo de Lima e Silva (Empresário Agronegócio)
Carina Alves Barbosa (Conselho Regional de Assistência Social)	Lívio de Sousa Moura (Empresário Agronegócio)
Carlos Henrique Andrade (Associação dos Jovens Empresários)	Lucilene Ferreira de Sousa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina)
Claudiana Cruz dos Anjos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)	Luiz Antônio Teixeira Veloso (Sindicato dos Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí)
Diego Felipe Barbosa Oliveira (Associação dos Jovens Empresários)	Marcos Carvalho Portela Santos (Associação dos Jovens Empresários)
Edson Chaves Ferreira (Conselho Regional de Economia)	Maria Inês de Sousa Mendes (Conselho Estadual de Assistência Social)
Elizabeth Lais (Conselho Regional de Economia)	Márcia Cristina Ferreira Brandão (Conselho Regional de Assistência Social)
Evandro Cosme Soares de Oliveira (Sindicato dos Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí)	Nícia Bezerra Formiga Leite (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)
Ezequias Costa Filho (Associação Industrial do Piauí)	Paulo Emílio do Rêgo Monteiro (Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAR)
Francisco José de Sousa (Conselho Regional de Economia)	Paulo Roberto Ferreira (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí)
Felix Rebouso de Melo (Associação Industrial do Piauí)	Rivaldo Oscar da Cruz (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina)
Francisco Sousa Alves (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina)	Sâmia Luiza Coelho da Silva (Conselho Estadual de Assistência Social)
Franklin Kalume Brígido (Associação Industrial do Piauí)	Sanderland Coelho Ribeiro (Conselho dos Arquitetos e Urbanistas)
Gilberto Gomes de Medeiros (Agência de Desenvolvimento Habitacional do Estado do Piauí)	Sandro Antônio da Cunha Sousa (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí)
Gilberto Diogo Pedrosa (Associação Industrial do Piauí)	Stefane Almeida Lopes (Conselho Regional de Economia)
Gilberto Cordeiro da Silva (Associação Industrial do Piauí)	Teresinha de Jesus F. da Silva (Conselho Regional de Economia)
João de Deus Soares Filho (Empresário do Agronegócio)	Valmir Martins Falcão Sobrinho (Conselho Regional de Economia)
José Manuel Mendes (Conselho Regional de Economia)	Wirlen Oliveira Henriques Ferreira (Conselho Regional de Assistência Social)

Entidades da Sociedade Civil

Ação Social Arquidiocesana (ASA)	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Piauí (CRMV-PI)
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH-PI)	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Teresina (CDL)
Associação dos Jovens Empresários	Empresários do Agronegócio do Estado do Piauí
Associação Industrial do Piauí (AIP-PI)	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PI)
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU)	Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-PI)	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Piauí (SENAR-PI)
Conselho Regional de Assistência Social (CRAS-PI)	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Conselho Regional de Economia (CORECON-PI)	Sindicato dos Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí (SINDILOJAS)
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (CREA-PI)	

Relação dos Participantes nas Oficinas

Absalão de Sousa Lima	Ana Maria Dias
Adão José	Ana Maria Chaves
Agenor A. da Silva	Ana Paula Lima
Alan Costa	Antônio da Silva
Albertina Soares do Nascimento	Antônio Saboia
Alice Alves Campos	Antônia Santos da Silva
Alcides de Paula	Antônia Maria Alves dos Santos
Aldenora Oliveira	Antônio das Chagas
Aline Regina	Antônio Alves Ferreira
Álvaro Abmael Araújo	Antônio de Pessoa Rosa
Aline Cristina Lopes	Antônio Barreiro
Alexandre de Araújo	Antônia Francisca Soares
Alcione Soares de Brito	Antônio Ribeiro Sousa
Alexandre de Araújo	Antônia Gonçalves dos Santos
Aldiane Veloso	Antônio Costa
Alyne M. Soares	Antônio da Silva
Aline Kiara L. Fontenele	Antônio José Silva
Alexandre de Araújo	Antônio Francisco
Albertina Maria da Rocha	Antônia da Silva Melo
Alexandre de Araújo	Antônia Maria
Amanda Viana	Antônio Rocha
Ana Célia R. Silva	Antônia Chaves
Ana Cristina	Antônio J. de S. Silva

Antônio G. da Silva
Antônio Cardoso
Antônia Carla Araújo da Costa
Antônio Maria do Nascimento
Antônia Francisca
Antônio Santiago
Antônio Nascimento
Antônia Selma
Antônio de Pádua Silva
Antônia da Silva
Andorico Wilson
Arisvaldo Pereira
Aristeu dos Santos
Benício Gonçalves dos Santos
Bernardinho Silva
Benedito Martins
Bernardo de Sales
Bruna Pereira
Bruna Valéria
Caroline Pereira
Conceição de Maria
Cícero Romão Batista
Cristina Soares
Chico Chaves
Cristiane Machado
Conceição Viana
Cleanto Moreira
Celso Meneses Amorim
Cleovania R. Campos
Cláudio Alves da C. e Silva
Cleber dos Reis
Cosme Sales
Carlos Henrique dos Santos
Celia Borges Pires Nonato
Cláudia Regina R. de Oliveira
Carolina Gaivota Alves da Silva
Caio Lizard
Conceição de Maria Sena Lima

Dani Millo
Deborah Letícia
Domingos Pereira
Domingos F. da Silva
Doralice C. Sousa
Doralice de G. Alves
Dilsa Maria da Cruz
Edna Pereira da Silva
Edvan Inácio
Elizabeth Batista Ribeiro
Efigênia Otaviano
Eduardo Santiago
Elizete Cardoso da Silva
Elisabete Silva Costa
Evani Rodrigues
Eunice Alves da Silva
Eliza Alves Almeida
Elisandra Silva
Eduardo Dias
Emanuel Perneta
Erica Fernanda da Silva
Elizeu Damasceno
Faris Bento
Francinete Sousa
Francisco de Sousa Vieira
Francisco das Chagas
Filomena Moreira da Silva
Francisca da Cruz
Francisco da Silva Rocha
Francisco Ferreira dos Santos
Francisco da Silva
Francisco José Rocha
Francisca Ibiapina
Francisco Wellington
Francisco de Assis dos Santos
Francisca Costa da Silva
Francisco das Chagas
Francisco Barros

Francisco das Chagas
Francisco de Sousa
Francisco das Chagas Alves
Francisco Rodrigues de Araújo
Franco Lopes de Araújo
Francisca Valdênia da Silva
Francisca Jesus Rodrigues
Francisco da Silva
Francisca Meire Silva
Francisco de Assis
Francisco Cardoso
Francisco Alberto
Francisco Antônio de Sousa
Francisco Santana
Francisco Junior
Francilurdes de Jesus
Francisco Alves
Fábio Alves Camelo
Francisca das Chagas da Silva
Francisco Mendes
Francisco das Chagas
Francisco de Jesus
Francisco dos Santos
Francisco José de Andrade
Francisca Clara de Macedo
Francinildo Lemos
Givanildo Camelo
Gilvaneide Rosa
Genesiano Gonçalves Cardoso Barreiro
Geraldo Rodrigues da Silva
Gustavo Reis
Graciane de Sá e Silva
Gisleide Ferreira
Girlene Sousa
Gilvan Santos
Gilmar Alves
Jessica Araújo
Helena Oliveira

Ivan Rodrigues dos Santos
Iane Nunes da Conceição
Izabel Rodrigues
Iranildes Matos
Izabel Eugênia Linhares
Ivonete de S. Silva
Jamilly dos Santos Gomes
Joana Darc de O. Silva
João dos Santos
José Meireles Alves
João Paulo.....
Jorge Bernardo de Sales
José Antônio Sousa Silva
João de Deus
João Batista Santos
José Sabóia
João Carvalho
Jorge Luiz
Jean Carlos
José do Egito de A. Lucas
Joana Ferreira
José Francisco Borges
João de Deus
Jane de Albuquerque
José Pereira do Nascimento
José Sanches de Melo
José Arimateia dos Santos
José Pereira da Silva
Joaquim Matias P. da Silva
José Antônio de S. Oliveira
José Marques
Jean Cardoso de Brito
José Recimar P. e Silva
Jean Jânio de Sousa
José Afonso da Silva
José da Cruz Abreu
Juliette Ravena Soares Borges
José de Ribamar

José Pereira de Sousa Filho
Lourival Cardoso
Luiz Rodrigues dos Santos
Luiz Raimundo de Paula Rosa
Luciano Gonçalves Reis
Luana Cristina
Luiz Edivan Sousa
Leidiane Oliveira
Luiza Maria
Leonildo Bezerra
Luis Fernandes
Lucas Luan
Lázaro Ferreira dos Reis
Loana P. da Silva
Luzia R. da Silva
Luciana Magalhães
Leilla Rosana
LidiIza do Rio da Graça de Carvalho
Leomar Patrício
Luciano Costa
Luciana Veras
Lucidia Pereira
Luciana Ferreira França
Luis Higino da Costa
Kerliane C. Carvalho
Madalena Machado
Mayra Kelle Santos
Manoel de Freitas
Manoel de Jesus S da Silva
Manoel de Sousa
Manoel Enoque Silva
Manoel Messias
Marciana Bastos
Mariana Rodrigues
Mariana Araújo Lopes
Marlene Siqueira
Maria da Cruz
Maria Inês da Silva

Maria Vanessa
Maria das Dores
Maria do Socorro
Maria Ivonete
Maria dos Remédios
Maria Helena
Maria das Dores
Maria Virgínia Santos
Maria da Conceição
Maria Francisca
Maria Amélia Pereira da Silva
Maria do Rosário da Silva
Maria Sebastiana
Maria Ducarmo
Maria Irene
Maria Dalva
Maria de Deus
Maria José
Maria de Nazaré
Maria Elisiane
Maria da Graça
Maria das Graças Leal
Maria da Paz
Maria Liliane de Oliveira
Maria Antônia Lemos dos Santos
Maria da Penha Rosa
Maria de Lurdes
Maria de Fátima Gonçalves dos Reis
Maria Ivone Machado Sousa
Maria do Rosário
Maria do Carmo
Maria do Livramento
Maria de Fátima
Maria Benta
Maria do Socorro Alves
Maria dos Milagres P. Bispo
Maria de Fátima S. Figueiredo
Maria dos Anjos P. Carvalho

Maria da Cruz
Maria dos Remédios
Maria do Carmo
Maria Elizabete
Maria Helena
Maria do Socorro
Maria Sousa
Maria Katiana
Mariza Vieira Araújo
Maria da Conceição Silva
Maria Célia Alves
Maria do Socorro S. Carvalho
Maria do Socorro Cardoso
Maria de Lourdes Alves
Maria Zélia
Maria do Socorro B. do Nascimento
Maria Lucia da Silva
Maria do Socorro
Maria Vera
Maria da Luz
Maria de Jesus Soares
Maria Concebida Dantas
Maria Sandra
Maria Rosa
Maria Valdenira G. de Aquino
Marisa Amarante
Maria de Fátima
Marta Santos Ximenes Cavalcante
Maria do Amparo Costa
Marta Maria de Sousa
Matildes Pereira de Sousa
Miguel P. da Costa
Milce Borges da Silva
Moises Teodoro da Silva
Napoleão Carreiro
Nayana Gomes
Nelson Lopes de Assunção
Neide Ribeiro

Neusa da Silva
Neide Coutinho de Sousa
Nilton de Jesus silva
Núbia Bandeira Brito
Ocimar de Sousa Silva
Ozeni Gomes
Osmar Pereira
Osaí Soares
Patrícia de Sousa
Patrício Guilherme
Paula Regina R. Ferreira
Paulo Roberto Carvalho
Paulo Roberto
Paulo Chaves
Pedro Lopes
Pedro Pereira de Araújo
Pedro Lopes
Poliana de Sousa
Raimundo Mendes
Raimundo Pereira da Cruz
Raimundo Nonato
Raimunda Rodrigues dos Santos Silva
Railana Alves
Ronaldo Macedo Ferreira
Rosa Maria da Conceição
Rosileny de Sousa
Rosana dos Santos
Rosalinda
Richael Nixon de Sousa
Rita de Brito
Romana Ferreira dos Anjos Nascimento
Rubens Cardoso Lima
Rita de Cássia P. de Alcântara
Rita Maria da S. Ferreira
Rosineide da Silva
Rosana Marques da Silva
Rômulo Rego
Rubens Portela Dantas

Ricardo Santos
Rita Leandro
Samia Vitória
Saturnina da Silva
Sebastião Silva
Silvia Maria de Sousa
Socorro Rodrigues
Sonia Maria
Scheyvan Xavier Lima
Tâmara Rodrigues Araújo
Talita Jéssica da Silva Lima
Teresinha Rosa
Tayse do N. Gomes
Teodorico Santos
Thais Mendes
Teresa Cruz de Moraes
Tercio de Oliveira
Teresinha Soares dos Reis
Tiago da Cruz R. Pires
Tiago Fernandes dos Santos
Valdinei Melo
Valdizar Leandro Melo
Valéria Magalhães
Vera Lúcia
Vera Lúcia P. Damasceno
Vicente da Silva
Virgínia de Sousa
Vicenza da Silva
Wellington Lopes
Zaqueu Carvalho

